

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**IMAGEM INSTITUCIONAL: A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO
ENTORNO DO CÂMPUS MACAPÁ SOBRE O
INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ**

SUELY LEITÃO DA CONCEIÇÃO

2014



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

IMAGEM INSTITUCIONAL: A PERCEPÇÃO DOS MORADORES DO
ENTORNO DO CÂMPUS MACAPÁ SOBRE O
INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ

SUELY LEITÃO DA CONCEIÇÃO

Sob Orientação da professora

Dr^a Sandra Regina Gregório

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Agroindústria.

Seropédica, RJ
Setembro de 2014

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

SUELY LEITÃO DA CONCEIÇÃO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 1º/12/2014

Profa. Dra. Sandra Regina Gregório, - UFRRJ
(Orientador)

Profa. Dra. Ana Mena Barreto Bastos - IFAM

Profa. Dra. Nádia Maria Pereira de Souza- UFRRJ

Profa. Dra. Rosa Cristina Monteiro- UFRRJ

AGRADECIMENTOS

Tenho absoluta certeza de que não seria possível concluir esta dissertação de mestrado se nessa caminhada, muitas vezes tateando na escuridão das dúvidas, não houvesse na minha vida a presença de Deus Pai, Filho e Espírito Santo, a quem dou toda a honra e toda a glória por ter chegado até aqui com êxito, pois Ele me deu forças para perseverar até o fim.

Muitas pessoas também merecem meus sinceros agradecimentos.

Agradeço à minha mãe Luíza, que reserva a mim diariamente o seu apoio incondicional e os melhores cuidados.

À minha filha Talita, que, mesmo na sua ingenuidade e pureza, soube compreender a importância dessa conquista nas nossas vidas, incentivando-me ao estudo e dividindo comigo o sacrifício de horas de descanso e lazer.

Aos meus irmãos Nazaré, Manoel, Cláudia, Sérgio e Renata, assim como demais familiares, que sempre me incentivam e acreditam na minha vitória.

À minha orientadora Sandra Regina Gregório, pelo muito que aprendi sobre como fazer pesquisa científica, mas também sobre a vida, sobre a amizade.

Ao reitor Emanuel Alves de Moura, chefe e amigo, a quem jamais tive negado um pedido de colaboração durante esta jornada.

À professora Rosa Cristina Monteiro, grande incentivadora.

Ao professor Gabriel Santos, que com sua maestria soube me posicionar no momento exato da minha necessidade de mestranda.

A todos os professores do PPGEA-UFRRJ com os quais, sem exceção, fiz descobertas que levarei por toda a vida.

Aos meus colegas da turma do mestrado, pelo companheirismo e descobertas compartilhadas, em especial ao Alexandre Brito, à Arlene Gomes e à Emmanuele Andrade, aos quais recorri inúmeras vezes ao longo dessa jornada, seja para pedir um livro ou um equipamento emprestado, seja apenas para desabafar. Sempre fui socorrida com carinho e atenção.

Ao Instituto Federal do Amapá (IFAP) pela oportunidade e patrocínio desta qualificação.

A todas as pessoas que de alguma forma, perto ou distante, contribuíram para a realização deste que agora é um sonho realizado.

BIOGRAFIA DA AUTORA

Suely Leitão da Conceição, filha de Pedro Ramos da Conceição e Luíza José Leitão da Conceição, nasceu em 2 de junho de 1968, na cidade de Macapá, no então Território Federal do Amapá, hoje estado do Amapá, graduada em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo e em Publicidade pela Universidade Federal do Pará, especialista MBA em Gestão de Marketing pela Fundação Getúlio Vargas. Iniciou a carreira profissional na área de jornalismo científico na Assessoria de Imprensa da Universidade Federal do Pará e no Museu Paraense Emílio Goeldi – Belém-PA (1989-1991). Repórter e editora do jornal O LIBERAL – Belém/PA (1991-2002). Jornalista da Coordenadoria de Comunicação da Prefeitura de Belém (1998-2004). Publicitária no Banco da Amazônia - Belém-PA (2002-2011). Técnico-administrativa no cargo de jornalista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá -Macapá-AP (desde 2011). Ingressou o curso de Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola do Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro em outubro de 2012.

RESUMO

CONCEIÇÃO, Suely. L. **Imagem institucional: a percepção do Instituto Federal do Amapá pelos moradores do entorno do câmpus Macapá**. 2014. 85 p. Dissertação (Mestrado em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2014.

Esta dissertação é o resultado de um estudo de caso que buscou caracterizar a imagem institucional do Instituto Federal do Amapá (IFAP) a partir da percepção da comunidade do território do câmpus Macapá, localizado em um bairro periférico da capital amapaense. Inserido no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola – PPGEA da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, teve como objetivos específicos fazer o levantamento diagnóstico das características socioeconômicas da comunidade do território que compõe o câmpus Macapá; identificar as características do Instituto Federal do Amapá na percepção das pessoas adultas que moram ou trabalham no entorno do câmpus Macapá e, finalmente, correlacionar a missão do Instituto Federal e a expectativa da comunidade. Para tanto, a investigação teve como referência teórica a discussão sobre os conceitos de território, identidade, imagem institucional e recepção na comunicação relacionados ao âmbito do Instituto Federal do Amapá. A pesquisa utilizou método quantiqualitativo com a técnica de entrevistas estruturadas e semiestruturadas com 40 moradores do bairro Brasil Novo, precedidas da aplicação de questionário socioeconômico. Os resultados coletados permitiram identificar a perspectiva desse público em relação à instituição e ao mesmo tempo correlacionar as características apontadas pelos sujeitos com a identidade do Instituto Federal do Amapá, o que inclui sua missão institucional. Foi possível concluir que os sujeitos consideram positiva a presença do IFAP no bairro, assim como sua atuação no contexto da educação profissional.

Palavras-chaves: Imagem institucional, Território, Identidade.

ABSTRACT

CONCEIÇÃO, Suely. L. **Institutional image: the perception of the Federal Institute of Amapá by residents surrounding the campus Macapa**. 2014. 85 p. Dissertation (Masters in Agricultural Education). Institute of Agronomy, Federal Rural University of Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2014.

This dissertation is the result of a case study that intended to characterize (Build / Rebuild) the institutional image of the Federal Institute of Amapá (IFAP) from the perception of the campus community of the territory of Macapa, located in a suburb of Amapá capital. Inserted into the Graduate Diploma in Agricultural Education Program - PPGEA Federal Rural University of Rio de Janeiro, had the following specific objectives to survey diagnosis of socioeconomic characteristics of the territory that makes up the community Macapa campus; identify the characteristics of the Federal Institute of Amapá in the perception of elderly people who live or work in the vicinity of Macapa campus and ultimately correlate the mission of the Federal Institute and the expectation of the community. Therefore, the investigation was to theoretical reference to discussion of the concepts of territory, identity, corporate image and reception in communication relating to the scope of the Federal Institute of Amapá. The research used quanti method with the technique of structured and semistructured interviews with 40 residents of Brazil New neighborhood, preceded by the socioeconomic questionnaire applied. Our results have indicated that public perspective on the institution and at the same time correlate the characteristics indicated by the subjects with the identity of the Federal Institute of Amapá, which includes its institutional mission. It was concluded that the subjects consider positive the presence of IFAP in the neighborhood, as well as his role in vocational education. .

Keyword: Institutional image, Territory, Identity.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Maquete eletrônica do câmpus Macapá.....	22
Figura 2 – Estado das obras de construção do câmpus Macapá em setembro de 2010	23
Figura 3 – Fachada da Escola Estadual Tempo Integral Prof. Darcy Ribeiro	24
Figura 4 – Fachada do Centro de Educação Profissional Graziela Reis de Souza.....	26
Figura 5 – Bloco administrativo e de ensino do Câmpus Macapá em março de 2012	27
Figura 6 – Evento de abertura do ano letivo 2012 do câmpus Macapá.....	27
Figura 7 – Logomarca completa do Instituto Federal do Amapá.....	33
Figura 8 – Organograma funcional do Instituto Federal do Amapá.....	34
Figura 9 – Imagem de satélite do câmpus Macapá no bairro Brasil Novo (Macapá-AP).....	37
Figura 10 – Mapa com figuras do bairro Brasil Novo (Macapá-AP).....	37
Figura 11 – Registro fotográfico da rodovia BR 210 em frente ao câmpus Macapá	38
Figura 12 - Registro fotográfico de uma das ruas de entrada do bairro Brasil Novo.....	39

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - População do bairro Brasil Novo por grupos de idade	41
Gráfico 2 – População do bairro Brasil Novo por faixa de renda familiar.....	42
Gráfico 3 – Perfil socioeconômico dos sujeitos – Divisão por gênero sexual.....	43
Gráfico 4 – Perfil socioeconômico dos sujeitos – Idade.....	43
Gráfico 5 – Perfil socioeconômico dos sujeitos – Estado civil	44
Gráfico 6 - Perfil socioeconômico dos sujeitos - Número de filhos.....	44
Gráfico 7 – Análise percentual das respostas à pergunta 3 (três) da entrevista estruturada	48
Gráfico 8 – Análise percentual das respostas em relação ao item “a” da pergunta 4 (quatro) da entrevista estruturada - Condições físicas de ensino	54
Gráfico 9 – Análise percentual das respostas ao item “b” da pergunta 4 (quatro) da entrevista estruturada – Qualificação dos professores	58
Gráfico 10 – Análise percentual das respostas ao item “c” da pergunta 4 (quatro) da entrevista estruturada – Acesso aos cursos conforme faixa de renda.....	59
Gráfico 11 – Análise percentual das respostas à pergunta 5 da entrevista estruturada – Valorização do bairro.....	61
Gráfico 12 – Análise percentual das respostas à pergunta 6 (seis) da entrevista estruturada - Benefícios para a população do bairro	62
Gráfico 13 – Análise percentual das respostas à pergunta 7 (sete) da entrevista estruturada – Relacionamento do IFAP com a comunidade.....	62
Gráfico 14 – Análise percentual das respostas ao item “a” da pergunta 8 (oito) da entrevista estruturada - Eficiência.....	63
Gráfico 15 – Análise percentual das respostas ao item “b” da pergunta 8 (oito) da entrevista estruturada - Qualidade.....	64
Gráfico 16 – Análise percentual das respostas aos itens “c”, “d” e “f” da pergunta 8 (oito) da entrevista estruturada – Respeito, Confiança e Honestidade.....	66
Gráfico 17 – Análise percentual das respostas ao item “e” da pergunta 8 (oito) da entrevista estruturada - Segurança	67

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Demonstrativo de candidatos inscritos no Processo Seletivo Discente de 2010..	24
Quadro 2 – Demonstrativo de candidatos inscritos no Processo Seletivo Discente de 2011 ...	25
Quadro 3 – População residente por bairro de Macapá em ordem decrescente em relação ao contingente populacional.....	40
Quadro 4 - Perfil socioeconômico dos sujeitos – Ocupação principal.....	45
Quadro 5 – Agrupamento das respostas dos sujeitos à pergunta 1 (hum).....	50
Quadro 6 - Agrupamento das respostas dos sujeitos à pergunta 4 (quatro)	53
Quadro 7 – Agrupamento das respostas dos sujeitos à pergunta dois (2)	55
Quadro 8 - Agrupamento das respostas dos sujeitos da pesquisa à pergunta 3 (três)	60
Quadro 9 - Agrupamento das respostas dos sujeitos à pergunta cinco (5).....	65

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
1. CAPÍTULO I - ESTUDO TEÓRICO	4
1.1. Um Breve Relato Histórico da Educação Profissional no Brasil.....	4
1.2. Questões de Território e Identidade	7
1.2.1. Abordagem de território	8
1.2.2. Abordagem de identidade.....	9
1.3. Imagem	11
1.3.1. Imagem institucional	13
1.3.2. Percepção de imagem e recepção na comunicação	14
2. CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	16
2.1. Pesquisa Documental.....	16
2.2. Entrevistas.....	16
2.2.1. Entrevistas estruturadas	17
2.2.2. Entrevistas semiestruturadas.....	18
3. CAPÍTULO III – CONSTRUINDO A IMAGEM DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ	21
3.1. A Implantação do Instituto Federal do Amapá	21
3.2. A Identidade do Instituto Federal do Amapá	28
3.3. A Comunicação Institucional no Instituto Federal do Amapá	33
3.4. Caracterização do Território da Pesquisa.....	36
3.4.1. Território e identidade no contexto do Instituto Federal do Amapá	36
3.4.2. O bairro Brasil Novo	38
3.4.3. Caracterização dos sujeitos da pesquisa	42
3.5. Características do Instituto Federal do Amapá na Percepção dos Sujeitos da Pesquisa	46
3.5.1. Conhecimento Geral sobre Instituição e Impacto na Comunidade	47
3.5.2. Alcance das estratégias de comunicação institucional	52
3.5.3. Percepção quanto aos serviços ofertados e às condições físicas de ensino	54
3.5.4. Percepção quanto à qualificação dos professores.....	58

3.5.5.	Percepção quanto ao acesso da população aos cursos ofertados	58
3.5.6.	Percepção quanto à valorização do bairro	60
3.5.7.	Satisfação da comunidade	61
3.5.8.	Percepção quanto ao relacionamento com a comunidade	62
3.5.9.	Percepção quanto aos valores atribuídos à instituição.....	63
3.5.9.1.	Quanto à eficiência.....	63
3.5.9.2.	Quanto à qualidade.....	63
3.5.9.3.	Respeito, confiança e honestidade	66
3.5.9.4.	Quanto à segurança	66
CONCLUSÕES		70
REFERÊNCIAS		72
ANEXOS		76

INTRODUÇÃO

Para o educador Paulo Freire (1979), a educação deve ser dialógica, onde professores e alunos se relacionam e compartilham conhecimentos e vivências. Trata-se de uma visão antagônica com a chamada, nas palavras daquele autor brasileiro, “educação bancária” ou extensionista, quando ocorre somente uma transmissão de conhecimento. Na concepção educacional proposta por Freire, há um fazer educativo libertador, sendo a educação uma relação de comunicação e, como tal, produtora de sentidos pois possibilita a realização de um diálogo entre sujeitos históricos, portanto, portadores de seus próprios saberes.

Foi com a visão freireana que esta pesquisa começou a ser gerada, ou seja, na compreensão de que a escola é um espaço comunicativo e de que educação e comunicação são ações humanas que se entrelaçam, se não em todos, mas em momentos fundamentais do ciclo de vida social. Nos estudos da comunicação, por sua vez, encontramos autores, como Stuart Hall e Jesus Martín-Barbero, que abordam a comunicação como um ato cultural, e um processo de significação entre sujeitos e não apenas como um ato entre um ou mais emissores para um ou mais receptores de mensagens. Deste modo a comunicação se completa com a significação ou até a ressignificação da mensagem, com todo o universo de saberes, de crenças, história e repertório cultural de todos os envolvidos nesse processo.

Educação e comunicação foram, portanto, referências de base do presente trabalho, contudo o foco não foi a prática do ensino em sala de aula, mas sim o reflexo do processo comunicativo além dos muros de uma instituição educacional, no caso o câmpus do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) na capital do estado do Amapá, mais especificamente em um bairro periférico de Macapá. O que resulta dessa relação dialógica entre o público e o Instituto Federal foi tratado aqui como imagem institucional, conceito definido pelos estudos organizacionais como a percepção que as pessoas ou grupo de pessoas possuem em relação à determinada instituição (NEVES, 2000).

O problema investigado foi se a comunidade do entorno do câmpus Macapá percebia ou não o IFAP como uma escola pública de educação profissional, conforme prevê a missão institucional e a própria legislação referente à criação da instituição.

Foi necessário revisar conceituações inerentes à temática estudada, a começar pela Educação Profissional no Brasil, assunto que inicia o primeiro capítulo, abordando desde sua origem, ainda no período colonial, até os dias de hoje, quando uma rede de escolas mantidas com recursos da União se espalhou por todo o país e a qual está integrado o Instituto Federal do Amapá.

A fim de aprofundar a compreensão da presença do Instituto Federal do Amapá no bairro Brasil Novo, a pesquisa enveredou pelas questões de território e identidade, visto que, como destaca Haesbaert (1997) quando analisa a dupla conotação da palavra território, a chegada do IFAP naquele lugar escolhido ocorreu não somente de maneira física, mas também simbólica. Adentramos nas questões de identidade e de como ocorre sua construção nas relações individuais e institucionais, que, na análise de Raffestin (2003, apud SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. 2009), não é somente um estado, mas também um “um processo

dinâmico de identificação que se faça reconhecer ao outro”, até chegarmos ao âmbito da identidade organizacional.

Foi discutido o enfoque semiótico da comunicação para entender a imagem institucional como um signo, fruto da relação comunicativa entre a escola e a população do território no qual o IFAP está inserido, porém, considerando também a perspectiva marxista da linguagem de Bakhtin (2006), a partir da qual entendemos que a imagem institucional do IFAP estaria sujeita, assim como todos os signos, aos critérios de avaliação ideológica de quem a vê ou percebe.

O caminho da investigação colocou a temática na perspectiva da recepção na comunicação, objeto principal de estudiosos latinoamericanos como Barbero (apud Boaventura, 2009), que analisa o papel do receptor do processo comunicativo não como mero destinatário de mensagens produzidas pelos meios de comunicação.

Após o referencial teórico que embasou a investigação, são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados para dar conta dos objetivos traçados. A primeira fase foi concentrada na pesquisa documental com o objetivo de relatar o processo de implantação do Instituto Federal do Amapá e caracterizar o território da pesquisa. Já a segunda fase envolveu a coleta dos dados, com aplicação de entrevistas estruturadas e semiestruturadas na amostra selecionada. E, finalmente, na terceira e última fase foi feita a análise dos dados.

Os resultados da pesquisa são relatados e analisados no terceiro capítulo. Inicialmente, tratou-se do processo de implantação do Instituto Federal do Amapá, particularmente do campus Macapá, bem como apresentando, a partir dos documentos pesquisados, a identidade organizacional da instituição, relacionando os dados com a abordagem teórica realizada no primeiro capítulo.

Também são apresentadas as estratégias de comunicação planejadas e executadas pelo Instituto Federal e que têm papel fundamental sobre a temática estudada, visto que a percepção da imagem institucional está diretamente relacionada às escolhas e ações desenvolvidas para fazer chegar ao conhecimento público informações de interesse de ambas as partes, ou seja, tanto para cumprimento da missão da instituição como para atender às necessidades educacionais da população atendida. No item sobre o território da pesquisa, estão as características do bairro Brasil Novo e o resultado da pesquisa socioeconômica realizada com os sujeitos entrevistados.

Finalmente, o terceiro capítulo se concentrou na descrição crítica das respostas às entrevistas estruturadas e semiestruturadas dos sujeitos com o fim de buscar as características do Instituto Federal do Amapá, na percepção dos sujeitos, capazes de constituir a imagem institucional. O que sabem e falaram esses sujeitos a respeito da instituição? As estratégias de comunicação surtiram os efeitos desejados? Ao final, são apresentadas as conclusões da pesquisa, as referências bibliográficas e os anexos.

Portanto, para atingir o proposto, o presente estudo teve os seguintes objetivos:

Objetivo geral

- Caracterizar a imagem institucional do Instituto Federal do Amapá a partir da percepção da comunidade do território do câmpus Macapá.

Objetivos específicos

- Qualificar a proposta de imagem institucional do Instituto Federal do Amapá (IFAP) câmpus Macapá.
- Conhecer a comunidade do território do câmpus Macapá do IFAP através das suas características socioeconômicas.
- Analisar a percepção dos moradores do território do câmpus Macapá sobre a imagem institucional do Instituto Federal do Amapá.
- Correlacionar a missão do Instituto Federal do Amapá com a expectativa da comunidade do território do câmpus Macapá.

1. CAPÍTULO I - ESTUDO TEÓRICO

1.1. Um Breve Relato Histórico da Educação Profissional no Brasil

Para compreender a importância da implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e como se configura a partir da primeira década deste século XXI, é fundamental lançar um olhar na história da educação no Brasil com foco nas origens do ensino profissional. Tal história está pouco contada em relação à educação escolar tradicional, o que reflete a própria concepção original do que é o chamado “ensino de ofícios” e para quem era destinado em sua gênese, ou seja, às camadas da sociedade desprovidas de poder econômico e político.

Um dos autores dedicados ao resgate e à análise das origens do ensino técnico industrial no Brasil é Luiz Antonio Cunha (2000), que, por sua vez, tomou como referência básica a obra de Celso Suckow da Fonseca.

Desde o início da colonização do Brasil, as relações escravistas de produção afastaram a força de trabalho livre do artesanato e da manufatura. O emprego de escravos como carpinteiros, ferreiros, pedreiros, tecelões etc. afugentava os trabalhadores livres dessas atividades, empenhados todos em se diferenciar do escravo, o que era da maior importância diante de senhores/empregadores, que viam todos os trabalhadores como coisa sua. Por isso, entre outras razões, as corporações de ofícios (irmandades ou "bandeiras") não tiveram, no Brasil Colônia, o desenvolvimento de outros países. (CUNHA, 2000, p.2)

Os historiadores da educação são unânimes em relatar que foram os padres da Companhia de Jesus, os chamados jesuítas, os responsáveis pela introdução da educação formal no território brasileiro, ainda colônia portuguesa. O ensino profissional, embora estivesse nos planos iniciais da catequese e da instrução dos índios bem como dos filhos dos colonos portugueses, não chegou a ser executado, prevalecendo em todo o período colonial a aprendizagem de escravos e homens livres diretamente no campo, no ambiente de trabalho, de forma assistemática, sem regras. E, mesmo após a expulsão dos jesuítas, em 1759, Marquês de Pombal não promoveu mudanças nesse cenário. Para os filhos de famílias ricas, a opção de estudo superior era a Europa.

Com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, inaugurando o período imperial, começam as iniciativas de profissionalização, estas direcionadas não à população infantil como um todo, mas voltadas diretamente às crianças desvalidas, órfãs e delinquentes, que, sabedoras de um ofício, teriam uma “função” definida no sistema econômico capitalista.

As instituições de caráter filantrópico foram as primeiras a oferecer tal ensino, tendo sido pioneiro o Colégio dos Órfãos São Pedro, criado em 1739 pelo bispo do Rio de Janeiro para acolher meninos órfãos e desamparados. Curiosamente, este seminário é a instituição que em 1837 foi transformada em Colégio Pedro II, hoje integrante da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.

Por ter esta finalidade de atender a camada excluída da sociedade, o ensino

profissional traz, na análise de Soares (2003) a marca da segregação social, onde o objetivo educacional não é equiparar oportunidades, mas relegar aos mais pobres e sem opção de estudo de nível superior, as funções manuais no mundo do trabalho. Trata-se, segundo a pesquisadora, de um ensino que nasceu “separado” da educação no sentido mais amplo, ou seja, de aprimoramento intelectual refletindo um modelo econômico baseado na desigualdade social e na destinação classista de profissões.

O ensino técnico profissional no Brasil tem sua história marcada por uma concepção dualista/separatista que remonta ao Império, onde aos cegos, surdos e aleijados, num primeiro momento, incorporando se depois os menores carentes, era destinado um ensino profissionalizante, com o sentido de ofertar-lhes, como uma benesse do Estado, uma possibilidade de inclusão à força de trabalho. (Soares, 2003 p.22)

Documentos do Ministério da Educação (MEC, 2009a) revelam que, em 1809, ocorreu a primeira ação governamental de ensino profissional, com o Decreto do Príncipe regente, o futuro Dom João VI, de criação do Colégio das Fábricas, logo após a suspensão da proibição de funcionamento de indústrias manufatureiras em terras brasileiras.

Mas apesar de experiências pontuais de criação de escolas no Brasil Império, o ensino profissional somente ganha certa organização na República. Em 1890, a educação passa a ser atribuição de um órgão ministerial juntando-se aos serviços de correios, o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos.

Na criação das Escolas de Aprendizes Artífices pelo então Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio está certamente a origem dos Institutos Federais. Foram 19 escolas criadas pelo presidente da República, Nilo Peçanha, em 1909, que nasciam como as primeiras instituições públicas voltadas para a formação profissional. Essa formação, seguindo a lógica escravagista, era em atividades consideradas menos nobres, as do trabalho manual, como alfaiataria, carpintaria, funilaria e sapataria, destinadas diretamente aos filhos das famílias mais pobres, os quais raramente, por questões econômicas e mesmo culturais, chegariam ao ensino superior. Na análise de Soares (2003), tratava-se da mesma concepção separatista de ensino do Brasil Império.

No Brasil império, argumentava-se que as crianças originárias de famílias ricas, após concluírem a instrução primária, iriam cursar um ginásio ou Liceu, direcionando-se a uma carreira liberal e não optariam por frequentar as chamadas “escolas práticas”, de ensino médio. De outro lado o discurso utilizado afirmava a impropriedade de oferecimento de conhecimentos da área de humanidades para filhos de agricultores que certamente deles não iriam se utilizar e, portanto corria-se o risco de receber alunos oriundos da cidade ou mesmo de esvaziar as escolas. Parece-nos um argumento muito próximo dos usados na atualidade para justificar a separação da Educação Profissional dos níveis de ensino em que se organizou a educação nacional (...) (SOARES, 2003, p.26)

Com a Constituição Federal promulgada em 1934 pelo presidente Getúlio Vargas, a educação passa a ser direito de todos e dever do Estado, refletindo, na análise de SOARES (2003), a influência do Manifesto dos Pioneiros de 1932 e da V Conferência

Brasileira de Educação. Uma das medidas adotadas pelo governo é a transformação dos Patronatos Agrícolas – havia dez unidades em funcionamento em diferentes estados - em Aprendizados Agrícolas.

Porém, instalado o Estado Novo de Vargas, o que parecia um avanço tem seu retrocesso em 1937, quando a Constituição retira do Estado o dever sobre a educação, inclusive sem apontar a destinação de recursos financeiros. É oficializado o ensino profissionalizante como destinado às classes menos favorecidas. As Escolas de Aprendizes e Artífices são transformadas por lei em Liceus Industriais em 1937.

Após a queda do Estado Novo, a educação alcança um novo patamar político, como pode ser observado nos princípios da própria Constituição de 1946, onde a educação volta ser “direito de todos e será dada no lar e na escola”, devendo “inspirar-se nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana” (BRASIL, 1946). A Lei Orgânica do Ensino Industrial eleva o ensino profissional para o nível médio, passando os Liceus Industriais a ser Escolas Industriais. Já em 1959, as escolas industriais são transformadas em Escolas Técnicas Federais, autarquias federais com autonomia administrativa, pedagógica, financeira e patrimonial.

Com o golpe militar de 1964, ocorreram reformas no ensino superior e no ensino de 1º e 2º graus, sendo este último direcionado para a formação profissional, com vistas a atender às necessidades de mão de obra na indústria. Em 1978, as escolas técnicas federais do Paraná, Rio de Janeiro e Minas Gerais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET), ganhando autonomia para oferta de cursos superiores.

Em 1989, foi a vez da Escola Técnica Federal do Maranhão e da Escola Técnica Federal da Bahia, até que, em 1994, todas as Escolas Técnicas Federais foram transformadas em CEFET's. Já no período de 1998 a 2004 não houve a criação de novas escolas pelo governo federal.

O ano de 2004 foi decisivo para as instituições federais de ensino técnico porque os CEFETS, as Escolas Agrotécnicas Federais, Escola Técnica Federal de Palmas/TO e as escolas técnicas Vinculadas às Universidades Federais ganharam autonomia para a criação e implantação de cursos em todos os níveis de educação profissional e tecnológica. Já as escolas Agrotécnicas Federais receberam autorização excepcional para ofertar cursos superiores de tecnologia, em nível de graduação.

Entre 2006 e 2007 ocorreram duas expansões da rede de educação profissional. A primeira foi em 2006 com a criação de escolas técnicas federais em estados onde tais instituições ainda eram inexistentes (Acre, Amapá, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal), bem como em municípios do interior de estados já providos da rede. Nesse período também foi dado início à reforma da educação profissional. A segunda fase da expansão ocorreu em 2007 com a proposta de implantar, em quatro anos, 150 novas unidades.

Ao citar o crescimento da Rede Federal - de 140 instituições, no período entre 1909 a 2002, ao total de 354 até o final de 2010 -, Moura (MOURA, 2010) avalia que, “com a expansão, o crescimento expressivo do número de instituições federais de educação profissional e tecnológica, surge a necessidade de uma nova institucionalidade onde o caráter

social é preponderante”.

Para Otranto (2012), que investigou a mudança de institucionalidade ocorrida a partir do Decreto nº 6.095 de 24 de abril de 2007 “pode ser considerado o marco regulatório inicial para a concretização da Reforma da Educação Profissional e nova configuração da Rede Federal”. O decreto criou os Institutos Federais e estabeleceu as normas para a transformação dos 33 CEFETs, 36 Escolas Agrotécnicas, 32 Escolas Vinculadas às Universidades Federais e a Escola Técnica Federal de Palmas, no total de 102 instituições autônomas, até então, em câmpus desses Institutos.

O Ministério da Educação, através da Chamada Pública MEC/SETEC 002/07 (MEC), determinou o prazo de 90 dias para adesão das escolas a esse novo formato da educação profissional capitaneado pelos Institutos Federais. Com a adesão de 75 das 102 instituições convidadas, de acordo com Otranto (2011), o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, sancionou em 29 de dezembro de 2008 a Lei 11.892/08, criando 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFET), estes formados por todas as 36 Escolas Agrotécnicas existentes até então, 31 dos 33 CEFETs e oito das 32 Escolas Vinculadas às Universidades Federais, que passaram a constituir os câmpus dos novos Institutos Federais.

A Rede Federal ficou formada pelos novos 38 Institutos Federais - sendo um deles o Instituto Federal do Amapá (IFAP) -, dois centros federais (Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG), a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) e as Escolas Técnicas que continuaram Vinculadas às Universidades Federais. Quatro anos depois, o Colégio Pedro II é anexado à Rede Federal, pela Lei nº 12.677/2012.

Após 2008, a Rede Federal continuou crescendo em número de unidades de ensino vinculadas aos novos Institutos Federais, ou seja, os câmpus. Em agosto de 2011, a presidenta da República, Dilma Rousseff, anunciou a criação de 208 unidades de educação profissional até o final de 2014, o que totalizará 562 câmpus implantados, nos 26 estados da Federação e no Distrito Federal (MEC, 2011).

1.2. Questões de Território e Identidade

A partir do resgate histórico de implantação dos Institutos Federais integrantes da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o presente estudo analisou as questões de território e identidade envolvidas, compreendendo que essas instituições têm em sua natureza a característica de intervir no ambiente em que estão instalados, provocando mudanças na perspectiva social, econômica e cultural da sociedade com a qual se relacionam.

Para o professor Eliezer Pacheco (PACHECO, 2009), o que define essa “intervenção” é a “estrutura multicampi e uma territorialidade definida” dos Institutos Federais, que “assumem um compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, com inclusão social”.

1.2.1. Abordagem de território

Diversas abordagens teóricas são encontradas nas ciências sociais a respeito do território e em todas há a discussão da relação com poder, tanto no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação. O conceito vem sendo abordado desde o século XIX a partir de três pontos-de-vista – jurídico-político, cultural e econômico.

Sob enfoque político, os territórios são vistos como áreas definidas ou limitadas pelas fronteiras físicas e geridos por um poder político estatal. Na perspectiva cultural, destaca-se a dimensão simbólica e mais subjetiva do território, produto da apropriação feita através do imaginário e/ou da identidade social sobre o espaço; e, na perspectiva econômica, aborda-se o território como espaço resultante da relação contraditória entre classes sociais e capital-trabalho.

Friedrich Ratzel atrela território às concepções de Estado e fronteira, confundindo-se com a noção de Estado-nação, enquanto B. Badie compreende o território como espaço essencial para cada Estado que busca estabilidade em nível internacional (SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M., 2009).

Rogério Haesbaert (1997) explica que a palavra território deriva do latim *territorium*, que por sua vez vem de terra e nos tratados de agrimensura aparece com “pedaço de terra apropriada”. Ele também destaca a dupla conotação, material e simbólica, da palavra território, lembrando que, além de terra-*territorium* deriva também de *terreo-territor* (terror, aterrorizar), “ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política) da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que com esta dominação ficam alijados da terra, ou no '*territorium*' são impedidos de entrar. Por outro lado, o território inspira a identificação (positiva) e a efetiva 'apropriação' para aqueles que têm o privilégio de usufruí-lo”.

De acordo com o estudioso brasileiro, território, assim, em qualquer acepção, tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional “poder político”. O território, portanto, diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação. A distinção entre o sentido de apropriação e o sentido de dominação vem de Henri Lefebvre (apud Haesbaert, 2004), o primeiro considerado um processo muito mais simbólico, carregado das marcas do “vivido”, do valor de uso, e o segundo mais concreto, funcional e vinculado ao valor de troca.

O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes” que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo. (Lefebvre, apud Haesbaert, 2004, p.2)

Dominação e apropriação são processos realizados sobre os espaços usufruídos por um ou outro grupo social transformando-os em territórios. A esses processos ou relações que se dão em torno dos territórios podemos chamar de territorialização. Nesse ponto da discussão

teórica, emerge a questão da territorialidade como algo distinto de território, pois não se trata apenas da dimensão simbólico-cultural do território, mas do processo de identificação territorial estabelecido mediante relações sociais, sejam políticas, econômicas, culturais ou de outra ordem.

Para Saquet (2003, p. 3), “o território é compreendido como fruto de processos de apropriação e domínio de um espaço, inscrevendo-se num campo de forças, de relações de poder econômico, político e cultural.”

E são essas relações de poder, como afirmam Mariani e Arruda (2010), o fator primordial para a delimitação e entendimento dos distintos territórios. Tais relações são chamadas de territorialidades, que conferem existência aos territórios, seja material ou imaterialmente falando, implicando tanto a formação de territórios materiais como puramente simbólicos, como é a Terra Prometida dos Judeus.

Para Mariani e Arruda (2010), a territorialidade como materialidade, como o próprio termo sugere, é aquela que se expressa nos territórios materiais. Pode-se dizer que ela tem como função a delimitação e conseqüente configuração física dos territórios, e confere a dominação dos mesmos aos grupos. Neste caso, tais grupos dominantes controlam o acesso de outros grupos aos territórios, muito embora os mesmos territórios tenham funções meramente funcionais, sem marcas simbólicas e/ou culturais dos indivíduos.

No que tange à territorialidade como imaterialidade, observa-se que a tônica da configuração dos territórios são as marcas simbólicas e culturais dos indivíduos para com o território, sendo que este pode ser material ou imaterial. No caso dos territórios imateriais, eles são meras construções do imaginário dos grupos, que mesmo assim exercem suas territorialidades para com o território. (MARIANI e ARRUDA, 2010, p.8)

Outro conceito discutido quando se trata de analisar a ocupação dos territórios é a multiterritorialidade, que, na concepção de Duarte (DUARTE. J., 2009), abrange um conjunto superposto de várias territorialidades cuja abrangência pode ir além dos seus limites. É uma perspectiva não somente quantitativa – pela ocorrência de vários territórios disponibilizados aos indivíduos -, mas também qualitativa porque combina a vivência de diferentes territórios.

Além de dispor de opções de territórios, o que é explicado muitas vezes pelo fenômeno contemporâneo da globalização, a sociedade conta com possibilidades de combinar territorialidades diversas, o que, para Haesbaert (2004), trata-se de uma multiterritorialidade qualitativa, “na medida em que se tem hoje a possibilidade de combinar de uma forma inédita a intervenção e, de certa forma, a vivência, concomitante, de vários territórios”.

1.2.2. Abordagem de identidade

Depois de situada a questão do território, cabe discutir a conceituação de identidade, que tem estreita relação com o assunto tratado no item anterior. Para alguns autores, a identidade é construída pelas múltiplas relações de territorialidades que estabelecemos todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais que produzimos, como

os templos, as canções, as crenças, os rituais, os valores, as casas, as ruas etc.

A discussão em torno da identidade está tanto no campo da filosofia, como também no da religião, da história, da psicologia e de outras ciências sociais. A identidade é uma instância cuja existência está no próprio ser por ela referida, é o que este ser é por si só, ao mesmo tempo também o que o diferencia dos demais a ele relacionados.

Não há apenas a identidade individual, como tratada largamente na psicologia, mas a identidade coletiva – esta mais estudada na psicologia social - e ainda, o que nos interessa particularmente neste estudo, a identidade organizacional.

Para Raffestin (2003, apud SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. 2009), a identidade não é somente um estado, mas também e, sobretudo, “(...) um processo de tornar-se similar no interior de uma área territorial, com mesmas imagens, ídolos, normas. (...) Um processo dinâmico de identificação que se faça reconhecer ao outro”.

Como atributo sociocognitivo, a identidade não é inata nem exclusiva do indivíduo. Os grupos e as organizações também teriam identidade. De fato, por meio do processo de identificação, a identidade do indivíduo estaria relacionada estreitamente com a identidade dos grupos e organizações em que ele se insere. Além disso, a identidade também poderia ser entendida como tendo uma natureza reflexiva, o modo como a pessoa vê a si mesma seria o seu autoconceito. (NOGUEIRA; SILVA, 2001, p. 40)

Os estudos no campo dos estudos organizacionais sobre o tema identidade mesclam as concepções da psicologia, esta em uma perspectiva a partir do indivíduo, como também da sociologia, mais voltada às relações entre os sujeitos. No enfoque psicológico, vemos a identidade do indivíduo no ambiente de trabalho, enquanto no enfoque sociológico temos a busca da composição da identidade organizacional como fruto da síntese coletiva de elementos individuais, voltados para um bem ou objetivo comum, no caso a organização.

Bauer e Mesquita (2007, apud Carrieri e Pimentel, 2011) observam que os estudos no âmbito internacional sobre identidade abordam tanto o nível coletivo, da identidade corporativa (ou imagem organizacional), como o caráter mais subjetivista, da identidade social e identificação. Já na literatura nacional predominam os estudos sobre identidade na organização, em vez da identidade da organização, ou seja, com inclinação mais para a vertente psicológica, em detrimento da sociológica ou da psicologia social, buscando a análise da identidade dos indivíduos inseridos nas estruturas organizacionais.

Dentro da psicologia social, como lembraram Nogueira e Silva (2001), a identidade é vista como fenômeno social, resultante dos significados provenientes das interações mantidas pelo indivíduo na sua vida em coletividade.

Diversos autores dos temas organizacionais consideram o conceito de identidade organizacional proposto por Albert e Whetten (1985) como ponto de partida desses estudos, ao definirem três critérios de compreensão: o critério da centralidade, ou seja, o que é central na existência da organização, as crenças compartilhadas pelos seus membros e que vão compor a essência da organização, seus objetivos e a sua missão institucional; a distintividade o que isto é, que permite ao grupo social (ou organizacional) se distinguir dos outros,

diferencia-se dos demais de um mesmo grupo ou com características semelhantes; e, o último critério, a continuidade temporal, determinadas características que se mantêm ao longo do tempo, dando coerência histórica à organização.

“O critério de centralidade aponta as características vistas como a essência da organização. O critério de distintividade aponta os elementos que distinguiriam uma organização das outras com as quais poderia ser comparada. O critério de continuidade temporal ressalta as características estáveis no tempo” (ALBERT; WHETTEN, 1985, apud NOGUEIRA; SILVA, 2001, p.42)

Os estudos a respeito da identidade organizacional consideram, porém, que, mesmo tendo centralidade, distintividade e continuidade, a identidade organizacional não precisa necessariamente ser unidimensional ou única; mas pode ser composta de múltiplos tipos e produzida pelas interações de múltiplas identidades. E ainda que essa identidade também dependerá da forma como a própria organização percebe a si mesma, correlacionando-a ainda à sua imagem externa e à percepção dessa imagem externa.

Elsbach (1994) distingue dois tipos de percepção da identidade organizacional: primeiramente aquela percebida por seu corpo interno – o que seus gestores e empregados acreditam como seus atributos centrais, distintivos e duradouros – e, segundo, a identidade construída a partir do que o seu corpo interno pensa que a comunidade externa, ou seja, as pessoas que não pertencem à organização, acreditam que são esses atributos centrais, distintivos e duradouros.

Outros estudos analisam os aspectos sociológicos do simbolismo organizacional, relacionando a identidade organizacional à identidade social, onde os indivíduos têm uma concepção da sua própria identidade social, em outras palavras, um autoconceito, influenciado por sua associação ou afiliação com grupos sociais.

Acredita-se que, em nível cognitivo, as identidades sociais dos indivíduos são delineadas em termos de múltiplas e hierárquicas categorias, incluindo diversas bases de referência, tais como geração, idade, raça, ocupação, afiliações organizacionais. Assim, a percepção a respeito da identidade organizacional pode ter efeito direto sobre a percepção da própria identidade social. (NOGUEIRA; SILVA, 2001, P.44)

Assim as organizações constroem identidade coletivas a partir do compartilhamento conscientemente ou não das crenças dos membros do seu corpo interno relativas ao que seja central, distintivo e duradouro para cada um deles, e, através de processos de comunicação, rituais, símbolos e outras ações expressões culturais resultam em uma identidade organizacional. Em outras palavras, essa identidade institucional é tanto aquela declarada pela própria organização, bem como aquela transmitida a seus públicos de maneira informal e inconsciente.

1.3. Imagem

Antes de adentrar na formação da imagem institucional, cabe abordar o conceito anterior - a imagem propriamente dita -, enquanto forma de comunicação visual, uma

manifestação que remonta aos primórdios da cultura humana, a exemplo dos registros pictóricos das cavernas, as chamadas pinturas rupestres. Para isso, foi necessário estudar o conceito de imagem a partir de algumas teorias da recepção e da semiótica.

A imagem é um tipo de signo, porque significa alguma coisa para alguém, já que o signo é “algo que está no lugar de outra coisa”, como provoca Umberto Eco (2012), em seu “Tratado Geral de Semiótica”. Nesta obra, o teórico italiano apresenta as duas clássicas definições dos pioneiros da semiótica contemporâneos dele, nas primeiras décadas dos anos 1900, Ferdinand de Saussure e Charles Peirce.

A definição de Saussure é muito importante e serviu para desenvolver uma consciência semiótica. Sua definição de signo como uma entidade de dupla face (significante e significado) antecipou e determinou todas as definições posteriores de função sígnica. (...) Segundo Peirce, um signo é qualquer coisa que está para alguém no lugar de algo sob determinados aspectos ou capacidades. (ECO, 2012, p.10 e 11).

Eco também aceita a definição de Morris.

Uma coisa é um signo somente por se interpretada como signo de algo por algum intérprete; assim, a semiótica não tem nada a ver com o estudo de um tipo particular de objetos, mas com os objetos comuns na medida em que (e só na medida em que) participem da semiose. (MORRIS, 1938, apud ECO, 2012, p.11)

Para Bakhtin (2006), em sua perspectiva marxista da linguagem, o signo não existe apenas como parte de uma realidade, mas também reflete e refrata uma outra realidade. Portanto, a imagem refletida pelo Instituto Federal estaria, na perspectiva Bakhtiana, sujeita, assim como os signos, aos critérios de avaliação ideológica. Ou seja, se é verdadeira, falsa, correta, justificada ou boa.

Compreendendo a imagem como signo, pode-se relacionar a imagem aos tipos de signo na classificação proposta por Peirce (apud ECO (2012)). Seriam três as categorias do signo: o ícone, semelhante ao seu objeto, o índice, fisicamente relacionado com seu objeto e o símbolo, aquele que foi criado para representar algo de forma arbitrária.

Para W.J.T.Mitchell (MITCHELL, 1994, apud PORTUGAL; ROCHA, 2009), a imagem adquiriu uma importância tão grande nos dias atuais que ameaça a supremacia da comunicação escrita nos dias atuais.

A imagem agora goza de um status localizado em algum ponto entre aquilo que Thomas Khun chamou de 'paradigma' e uma anomalia, emergindo como um tópico central de discussão nas ciências humanas do mesmo modo que a língua o fez: ou seja, como um tipo de modelo ou figura para outras coisas [...], e como um problema não solucionado, talvez até mesmo como objeto de sua própria 'ciência', aquilo que Panofsky chamou de 'Iconologia' (1994, p.13, apud PORTUGAL, ROCHA, 2009, p. 1.)

Em seus estudos, Mitchell (1994) questiona a distinção entre imagem material e imagem material, respectivamente, “image” e “picture”, na língua inglesa. “Sob meu ponto de

vista, é parte da ontologia fundamental das imagens que elas sejam tanto materiais quanto imateriais, tanto corporificadas em objetos e lugares particulares quanto migrando eternamente através das fronteiras e corpos da mídia”.

1.3.1. Imagem institucional

Discutida a questão conceitual de imagem, entra-se finalmente no tema da imagem institucional, muito encontrado nas teorias de Administração de Empresas e, por conseguinte, do Marketing. Ainda assim, é fundamental recorrer a um conceito proposto por Mitchell, o de imagem perceptual, que “está precisamente na fronteira entre as realidades material e mental. Ela é a interface entre mente e mundo, uma interface que se abre, entretanto, para as profundezas tanto da mente como do mundo”.

Afinal é nesta categoria, de imagem perceptual, essencialmente mental, que se vai encontrar conceitualmente a imagem institucional, como vemos em Neves (2000):

O que está na cabeça das pessoas, ou seja, a percepção que elas possuem em relação à determinada instituição. Essa percepção é formada a partir de “níveis diferenciados de preferência, tolerância, compreensão, boa vontade, simpatia em relação a outras pessoas, amigos, filhos, irmãos, parentes, colegas de trabalho, homens públicos, empresas, produtos, lugares, coisas. (NEVES, 2000, p.19)

Também para Torquato (2002) a imagem é o reflexo da instituição a partir da percepção dos seus públicos. Em consequência, quanto mais a imagem institucional representar aquilo que a instituição realmente é – ou seja, quanto mais a imagem representar a identidade – melhor terá sido o processo de comunicação.

Costa apud Farias, 2006 remete a imagem à identidade constante das atitudes e das mensagens emitidas pela organização. A partir desse conceito, Farias (2006) conclui que a imagem representa a visão externa da instituição, uma tradução no imaginário das pessoas daquilo que é a própria instituição. Dessa forma a imagem institucional revela-se um instrumento estratégico pelo qual cria e fixa na memória das pessoas os valores da instituição.

Nassar e Figueiredo (2004, apud FUCK, 2006) falam de diversas imagens que vão se formando a partir do complexo sistema de comunicação.

Ao se mencionar, então, imagem institucional, está se falando do amálgama de imagens da instituição, de uma síntese. Por exemplo, o atendimento prestado por uma instituição pode ser bom, mas a eficácia de seu serviço pode deixar a desejar. Tem-se, em nível das percepções, uma boa imagem quanto ao atendimento e uma má imagem quanto à eficácia. A síntese dessas imagens, associadas às demais imagens resultantes de outras frentes de ação e comunicação, resultará na imagem institucional, ou seja, nas palavras de Nassar e Figueiredo (2004, p.21), aquela imagem que é a soma de todas as outras imagens da empresa. (FUCK, 2006. p.26)

1.3.2. Percepção de imagem e recepção na comunicação

Esta investigação parte da premissa de que o Instituto Federal do Amapá, por ser uma instituição de ensino, é um espaço comunicativo na definição de Freire (1979), onde professores e alunos vivenciam um diálogo cuja compreensão da mensagem ou a leitura dos signos depende da experiência, do arsenal de informações ou da perspectiva histórica dos atores ou sujeitos desta relação comunicacional. “A educação é comunicação, é diálogo, na medida em que não é a transferência de saber, mas um encontro de sujeitos interlocutores que buscam a significação dos significados” (FREIRE, 1979, p. 69).

Mas se esta comunicação ocorre dentro da escola, pressupõe-se que os muros que a cercam não são barreiras para a realização de um processo comunicativo que resultará em uma imagem institucional. O que está na mente nessa relação dialógica entre o público e o Instituto Federal, no plano simbólico, é o que interessa aqui.

Entende-se que o processo de significação escapa além-muros da escola e alcança outros componentes do território, independentemente da aplicação ou não de estratégias específicas para alcançar os públicos desejados, conforme preveem os princípios do marketing. Quando um operário da construção assiste à programação radiofônica e ouve falar da escola X passa a ter uma percepção, sempre parcial, individual, a respeito dela, considerando o que acumulou de informações ao longo de sua vida sobre outras escolas, seu trabalho e até mesmo sua família.

No início do século XX, as pesquisas sobre a temática da comunicação social eram especialmente voltadas para a compreensão dos efeitos dos veículos de comunicação - que naquele momento ganhavam força e poder, como o rádio e a televisão - sobre o público receptor. Os modelos informacionais e semióticos das teorias de comunicação apontavam os emissores da mensagem, no caso as emissoras de rádio e TV, como capazes de determinar como o público compreenderia suas mensagens. Os focos dos estudos eram os efeitos da comunicação de massa ou da mídia sobre a sociedade.

Os estudos da recepção reposicionaram o receptor como produtor ativo de significação, assim como o emissor, no processo de comunicação. Com os “Estudos Culturais”, que tiveram no jamaicano Stuart Hall, um dos seus principais expoentes, passou-se a entender que a comunicação se completa com a significação ou até a ressignificação da mensagem, com todo o universo de saberes, de crenças, história e repertório cultural de todos os envolvidos nesse processo.

Estudiosos da comunicação na América Latina têm elegido a recepção dentro do processo de comunicação como objeto principal de suas investigações, entendendo o receptor não como mero destinatário de mensagens meticulosamente elaboradas pelos meios de comunicação, mas sim como produtor de sentidos a partir de suas experiências, conhecimentos, modos de vida, história, enfim. Vale ressaltar o pesquisador Jesús Martín-Barbero, que analisa a questão da recepção da comunicação:

Assim a comunicação se tornou para nós questão de mediações mais que de meios, questão de cultura e, portanto, não só de conhecimento, mas de reconhecimento. Um reconhecimento que foi, de início operação de deslocamento metodológico para rever o processo inteiro da comunicação a partir de seu outro lado, o da recepção, o

das resistências que aí têm seu lugar, o da apropriação a partir de seus usos. Pois na América Latina a diferença cultural não significa, como talvez na Europa e nos Estados Unidos, a dissidência contracultural ou o museu, mas a vigência, a densidade e a pluralidade das culturais populares, o espaço de um conflito profundo e uma dinâmica cultural incontornável” (MARTÍN-BARBERO, apud Boaventura, 2009, p.28).

Na visão analítica de Boaventura (2009) sobre a obra de Martín-Barbero, ele enfatiza que não se trata só de reconhecer a não passividade do receptor, o que já teria sido proposta por Lazarfeld, mas mudar o eixo de análise e seu ponto de partida, onde o receptor deixa de ser apenas um decodificador das mensagens propostas pelo emissor e passa a ser também um produto de sentidos.

2. CAPÍTULO II – PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Neste trabalho foi desenvolvida uma pesquisa exploratória qualitativa, usando como técnica de pesquisa: a pesquisa documental e a entrevista. A primeira fase foi concentrada na pesquisa documental com o objetivo de relatar o processo de implantação do Instituto Federal do Amapá e caracterizar o território da pesquisa. Já a segunda fase envolveu a coleta dos dados, com aplicação de entrevistas estruturadas e semiestruturadas na amostra selecionada. E na terceira e última fase foi feita a análise dos dados e elaborada a dissertação.

2.1. Pesquisa Documental

O passo inicial da investigação foi a pesquisa documental, que conforme Gil (2006, p.66), “vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa”. Diferentemente da pesquisa bibliográfica, que se debruça sobre dados encontrados em material já publicado, no caso os livros, e, portanto, já analisados, a pesquisa documental ocorre em material ainda não conhecido publicamente, o que requer do pesquisador o empreendimento de uma busca própria, de caráter científico, para ter acesso a eles.

Sobre a diferença em relação à pesquisa bibliográfica, Silva et al (2009) escreveu que “o elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a principal diferença entre a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica”.

Para tanto, a pesquisadora empreendeu uma busca de informações em documentos oficiais do próprio Instituto Federal do Amapá, como o Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI 2011-2014 (IFAP, 2011b) e o Relatório de Gestão 2013 (IFAP, 2013), bem como em ofícios, material jornalístico publicado no sítio eletrônico da instituição e a legislação relativa à educação profissional brasileira, além de relatórios do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), entre os quais Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010).

Com os dados analisados, foi possível atingir o objetivo proposto, porque, como diz Moreira (2005), a pesquisa documental é, ao mesmo tempo, método e técnica, porque, primeiramente, define o passo inicial da investigação, e técnica, como recurso que complementa outras formas de coleta de dados. A partir da análise da documentação, foram elaborados os itens referentes à implantação do IFAP, sua identidade e a comunidade institucional.

2.2. . Entrevistas

A escolha da entrevista como técnica de pesquisa teve como objetivo obter dos sujeitos sua opinião a respeito dos assuntos tratados, bem como seu posicionamento em

relação ao Instituto Federal do Amapá, a fim de compor a imagem institucional na percepção da comunidade do entorno do campus Macapá. Isso corroborou com o que Minayo (1996, apud Boni e Quaresma, 2005) afirma ao descrever que as “pesquisas qualitativas na Sociologia trabalham com: significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois que, respondem a noções muito particulares. Entretanto, os dados quantitativos e os qualitativos acabam se complementando dentro de uma pesquisa”.

A coleta de dados ocorreu em amostra não probabilística, do tipo intencional, quando, conforme Lakatos e Marconi (2002), há uma escolha deliberada dos elementos da amostra a partir dos critérios e julgamento do pesquisado. A escolha dos sujeitos teve os seguintes critérios:

- a) Serem moradores do bairro Brasil Novo, comunidade do entorno do campus Macapá, ou trabalharem naquele bairro;
- b) Serem pessoas adultas, a partir de 18 anos; e
- c) Serem responsáveis total ou parcialmente pelo sustento da residência e/ou família.

Todos os entrevistados assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), modelo anexo (**anexo F**)

Antes de iniciar as entrevistas propriamente ditas, que ocorreram de forma individual, os sujeitos foram convidados a responder um formulário socioeconômico (**anexo C**) a fim de traçar um perfil da amostra pesquisada.

Foram realizados dois momentos de entrevistas, sendo o primeiro com entrevistas estruturadas, com a utilização de um formulário com perguntas fechadas, ou seja, com opções de respostas, tendo uma amostra composta por 33 sujeitos. No segundo momento, foram feitas entrevistas semiestruturadas com sete sujeitos, utilizando um roteiro com perguntas abertas, onde os sujeitos podiam responder às perguntas com suas próprias palavras.

Os dois momentos – o primeiro ocorrido em outubro de 2013 e o segundo em maio de 2014 - foram complementares, permitindo aprofundar as opiniões a respeito do tema tratado.

O local escolhido foi o mesmo para os dois momentos, ou seja, um espaço público, por, no entendimento da pesquisadora, proporcionar maior imparcialidade dos sujeitos ao responder às perguntas. As entrevistas foram realizadas na calçada de uma das ruas de acesso ao bairro, na rodovia BR-210, na esquina da primeira rua transversal. Nesse local, há um minimercado, o que atrai normalmente grande número de pessoas.

2.2.1. Entrevistas estruturadas

As entrevistas estruturadas são aquelas que utilizam perguntas previamente formuladas, em formato de questionário ou formulário, sendo a diferença entre os instrumentos a forma de aplicação. Conforme Lakatos e Marconi (2010), enquanto no

questionário não há a mediação pessoal do pesquisador com os sujeitos, no formulário há o contato face a face entre o pesquisador e o pesquisado, sendo as respostas aos questionamentos anotadas pelo próprio pesquisador. Nesta pesquisa, foi utilizado formulário com oito perguntas fechadas, ou seja, onde as respostas foram dadas como alternativas aos sujeitos.

Tal instrumento de pesquisa foi escolhido porque, diferentemente do questionário, têm as respostas aos questionamentos anotadas pelo próprio pesquisador. Tanto o questionário quanto o formulário, como descreve Richardson (1989), têm questões fechadas, nas quais as opções de respostas são fixas e preestabelecidas.

A amostra foi composta por 33 sujeitos dentro dos critérios definidos já citados acima, tendo sido aplicado um formulário (**anexo C**) com oito perguntas destinadas a obter dos entrevistados dados objetivos e subjetivos a respeito de sua relação com o Instituto Federal do Amapá. Duas perguntas continham subquestões.

As três primeiras questões foram elaboradas com alternativas de resposta “sim” e “não” a fim de definir de forma direta e logo na parte inicial da entrevista a relação dos sujeitos com o Instituto Federal. A primeira pergunta “Você conhece o Instituto Federal?” teve como objetivo verificar se o sujeito tinha conhecimento da existência do Instituto Federal; a segunda se já havia visitado o câmpus no bairro onde mora ou trabalha e a terceira se estudava ou tinha algum familiar e/ou conhecido estudando na instituição.

A quarta pergunta buscou captar dos sujeitos a percepção sobre o Instituto Federal, considerados aspectos de condições físicas, qualificação dos professores e acesso para pessoas de todas as faixas de renda, tendo três opções de resposta quanto à opinião dos sujeitos: positiva, negativa e sem opinião. Já a quinta pergunta teve como objetivo saber se, para os sujeitos, a instalação do Instituto Federal havia provocado ou não a “valorização” do bairro, complementando em seguida com a indagação, na sexta pergunta, se esta implantação havia trazido ou não benefícios para a população do bairro. Nessas duas perguntas, as respostas eram “sim”, “não” ou sem opinião a respeito.

Na sétima pergunta, os sujeitos foram questionados quanto à percepção do relacionamento entre o Instituto e a comunidade do bairro Brasil Novo, podendo opinar entre a opção de ocorrência de parceria, ocorrência de conflito ou de que não tem relacionamento.

A oitava e última pergunta foi formulada com o intuito de obter dos sujeitos sua opinião sobre características específicas do Instituto Federal. A partir de uma pergunta genérica sobre a percepção dos sujeitos - “Qual dessas qualidades (ou valores) você atribui ao IFAP” foram apresentados seis itens com proposições antagônicas entre si. A apresentação se deu sob forma de alíneas – de “a” até “f” –, e a marcação da opção constituiu-se na escolha de uma ou outra alternativa em cada alínea, havendo, ainda, a alínea “g” com opção de não emitir opinião a respeito da temática apresentada.

2.2.2. Entrevistas semiestruturadas

A fim de captar a oralidade dos sujeitos, foram realizadas em um segundo momento da

pesquisa entrevistas semiestruturadas. Ao serem indagados com questões abertas, os sujeitos puderam responder com suas próprias palavras aos assuntos levantados e, da mesma forma, expressar algo a mais, ou seja, o lado emotivo de percepção da imagem do Instituto Federal do Amapá.

Foi selecionada uma amostra de sete sujeitos, número determinado pela pesquisadora após considerar, com base em sua experiência profissional no jornalismo, que os sete entrevistados completaram uma amostra representativa, incluindo homens, mulheres e jovens, estudantes e trabalhadores, suficiente para atingir o objetivo de coletar de cada um dos sujeitos sinais de como ele percebe o assunto tratado, bem como montar um painel consistente de impressões. Ou como, diz Rosália Duarte (2002), ao tratar da delimitação do universo de sujeitos nas entrevistas de pesquisas qualitativas, “tudo depende da qualidade das informações obtidas em cada depoimento, assim como da profundidade e do grau de recorrência e divergência destas informações”.

À medida que se colhem os depoimentos, vão sendo levantadas e organizadas as informações relativas ao objeto da investigação e, dependendo do volume e da qualidade delas, o material de análise torna-se cada vez mais consistente e denso. Quando já é possível identificar padrões simbólicos, práticas, sistemas classificatórios, categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão, e as recorrências atingem o que se convencionou chamar de “ponto de saturação”, dá-se por finalizado o trabalho de campo, sabendo que se pode (e deve) voltar para esclarecimentos. (Duarte, 2002, p. 6)

Na entrevista semiestruturada, foi utilizado um roteiro com cinco perguntas previamente elaboradas (**anexo E**), abertas, ou seja, sem opções de respostas, de forma a permitir aos sujeitos expressar oralmente, com as suas próprias palavras, a sua percepção a respeito do Instituto Federal, utilizando a técnica de entrevista gravada.

Utilizou-se a entrevista semiestruturada a fim de capturar respostas às mesmas perguntas, permitindo “que todas elas sejam comparadas com o mesmo conjunto de perguntas, e que as diferenças possam refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas”, como alerta Lodi (apud LAKATOS; MARCONI, 2010, p. 33).

Para Queiroz (1988, apud DUARTE, 2002), a entrevista semiestruturada é uma técnica de coleta de dados que supõe uma conversação continuada entre informante e pesquisador e que deve ser dirigida por este de acordo com seus objetivos. Dada essa possibilidade, houve momentos em que a pesquisadora precisou fazer adaptações da abordagem ao sujeito entrevistado, esclarecendo e detalhando as perguntas previamente elaboradas, sem alterar o objetivo a ser atingido, a fim de torná-las mais claras para os sujeitos, que, conforme será visto no capítulo a seguir, têm diferentes níveis sociais e de escolaridade.

A entrevista realizada nesta pesquisa, portanto, pode ser considerada do tipo semiestruturada, porque combinou perguntas abertas e fechadas, seguindo a orientação de Quaresma e Boni (2005), “onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto.”

O pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal. O entrevistador deve ficar atento para dirigir, no momento que achar oportuno, a discussão para o assunto que o interessa fazendo perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista, caso o informante tenha “fugido” ao tema ou tenha dificuldades com ele. Esse tipo de entrevista é muito utilizado quando se deseja delimitar o volume das informações, obtendo assim um direcionamento maior para o tema, intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados. (QUARESMA E BONI, 2005, P. 8)

Posteriormente as falas dos entrevistados foram transcritas, sendo produzido arquivo de dados. As respostas foram compiladas através do agrupamento de ideias, a partir de convergência de opiniões, gerando ideias centrais que representam as características do Instituto Federal do Amapá na percepção da comunidade entrevistada.

A pesquisadora tomou como referência na apresentação dos resultados as contribuições de Duarte (2004), para quem o uso de entrevistas em pesquisas qualitativas é tema recorrente e ainda polêmico nas discussões acadêmicas, cabendo aos pesquisadores explicitar os procedimentos metodológicos que norteiam seu trabalho.

Uma maneira de analisar é fragmentar o todo e reorganizar os fragmentos a partir de novos pressupostos. Trata-se, nesse caso, de segmentar a fala dos entrevistados em unidades de significação – o mínimo de texto necessário à compreensão do significado por parte de quem analisa – e iniciar um procedimento minucioso de interpretação de cada uma dessas unidades, articulando-as entre si, tendo por objetivo a formulação de hipóteses explicativas do problema ou do universo estudado. (DUARTE, 2004, p. 9)

Após a identificação das características do Instituto Federal descritas pelos sujeitos, esta foram correlacionadas com a proposta de atuação do Instituto Federal, verificando se a expectativa da sociedade apresenta uma correlação com a missão institucional.

3. CAPÍTULO III – CONSTRUINDO A IMAGEM DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ

3.1. A Implantação do Instituto Federal do Amapá

O Instituto Federal do Amapá é criado, inicialmente, como Escola Técnica Federal do Amapá, conforme a Lei nº 11.543 de 25 de outubro de 2007. Pouco mais de um ano depois, transforma-se em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP), através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, sendo a primeira instituição federal de educação profissional no estado do Amapá, como relata Moura (2010).

O IFAP é a única Instituição Federal de Educação Profissional no Estado do Amapá. Como Instituição de Educação Superior, juntamente com a Universidade Federal do Amapá – UNIFAP – totalizam, a partir de 2009, as duas únicas Instituições Federais de Ensino no Estado. Além destas, existe ainda a Universidade Estadual do Amapá – UEAP como mais uma Instituição Pública de Educação Superior. No cenário da Educação Profissional, nos níveis técnico e tecnológico o IFAP será a única Instituição Pública de ensino que atuará com a oferta de cursos nesses níveis de formação. (MOURA, 2010, p.10)

Ainda como Escola Técnica Federal do Amapá, o processo de implantação prosseguiu com a publicação da Portaria MEC nº 1.066, de 13 de novembro de 2007, que atribuiu ao Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET/PA) o encargo de adotar as medidas necessárias à implantação. Com a Portaria MEC nº 1.199, de 12 de dezembro de 2007, o servidor federal Emanuel Alves de Moura, do quadro do Centro Federal de Educação Tecnológica de Roraima, é nomeado para exercer o cargo de Diretor Geral *pro tempore* da ETFAP.

Em 2008, foram realizadas, com apoio do Governo do Estado e prefeituras de Laranjal do Jari e Macapá, audiências públicas com o objetivo de coletar subsídios junto aos representantes de todos os segmentos da sociedade amapaense para definição dos cursos a serem oferecidos pelo IFAP, conforme artigo noticioso publicado no site da instituição (IFAP, 2008).

As duas Audiências Públicas ocorridas em Macapá, nos dias 31 de março e 28 de abril de 2008, respectivamente, e uma Audiência Pública realizada em Laranjal do Jari, em 27 de abril de 2008 se constituem no marco histórico inicial de participação da sociedade organizada no que tange às ações do IFAP porque foram estas Audiências que determinaram quais Cursos Técnicos de Nível Médio serão os primeiros a formar cidadãos amapaenses em Técnicos de Nível Médio oriundos de uma Instituição Federal de Educação Tecnológica – a única com este perfil em todo o Estado do Amapá. (IFAP, 2008)

Com a transformação em Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, em dezembro de 2008, o professor Emanuel Alves de Moura é nomeado reitor *pro tempore*, conforme a Portaria MEC 021/2009 de 7 de janeiro de 2009. Sem quadro próprio de pessoal técnico e docente, o Instituto Federal foi implantado com apoio do Instituto Federal do Pará (IFPA) e de outras unidades da Rede, que disponibilizaram servidores, para que

fossem tomadas as providências iniciais.

A partir de 2009 há registros documentais relacionados às obras de construção dos câmpus. No dia 25 de setembro de 2009, a Assembleia Legislativa do Amapá, aprovou, por unanimidade o Projeto de Lei nº 21, autorizando o Poder Executivo Estadual à doação da área do câmpus Macapá, na rodovia BR-210, km 3, com extensão de 16 hectares. A lei de doação, a de nº 1.381/2009, foi sancionada pelo então governador Waldez Góes, em 13 de outubro daquele ano.

Os editais de licitação das obras de construção dos câmpus Laranjal do Jari e Macapá foram lançados em 2009 pelo Instituto Federal do Pará. Em 19 de outubro de 2009 foram assinados o contrato da obra e a ordem de serviço para a Engefix Engenharia, vencedora da licitação para construção do câmpus Macapá. A obra foi orçada em R\$ 12,4 milhões, com recursos do governo federal.

O projeto arquitetônico do câmpus Macapá, foco deste estudo, seguiu o projeto padrão elaborado por profissionais do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e Ministério da Educação, em parceria com a Secretaria de Educação Profissional (SETES/MEC), amplamente utilizado para implantação de Escolas Técnicas do Programa Brasil Profissionalizado. Trata-se de um projeto de domínio público, sendo disponibilizado para implantação de novas unidades da Rede Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia, de acordo com ofício do MEC encaminhado, em 2012, a todas as instituições componentes da Rede Federal de Educação Profissional. Um dos itens deste projeto é a maquete eletrônica (**Figura 1**).



Figura 1 - Maquete eletrônica do câmpus Macapá
Fonte: Arquivo da Assessoria de Comunicação (ASCOM/IFAP), 2009

Em 2010, foram realizados primeiros concursos públicos de servidores do IFAP. O edital do primeiro concurso público para o cargo de professor do IFAP foi publicado no Diário Oficial da União no dia 12 de março de 2010, com 58 vagas, sendo 34 para o câmpus Macapá e 24 para o câmpus Laranjal do Jari. Também em março de 2010 foi publicado no Diário Oficial da União o edital do primeiro concurso público para técnico administrativo da instituição, com 47 vagas para Macapá e 23 para Laranjal do Jari. Do total, 32 vagas foram de nível superior e 38 de nível médio.

Antes mesmo da nomeação dos primeiros servidores, foi lançado edital do primeiro processo seletivo estudantil, com inscrições a partir do dia 12 de julho de 2010. No total de 340 vagas para cursos técnicos na forma subsequente – ou seja, para quem já possui o ensino médio completo -, sendo 140 para Macapá e 200 para Laranjal do Jari, o processo seletivo teve as provas em 15 de agosto. No câmpus Macapá, foram ofertadas 70 vagas no curso técnico em Informática e 70 em Edificações, no período noturno. Em Laranjal do Jari foram 80 vagas matutinas e 40 noturnas. Do curso de Informática, além de 40 vagas vespertinas e 40 noturnas em Secretariado.

As portarias de nomeação dos primeiros servidores foram publicadas no Diário Oficial da União (DOU) de 3 de agosto de 2010. Dezesesseis professores e 32 técnicos administrativos tomaram posse ainda no mês de agosto, sendo empossados 10 servidores para o câmpus Macapá, oito para o câmpus Laranjal do Jari e 14 para a Reitoria.

Como os câmpus da instituição ainda estavam em construção (**Figura 2**), e tendo a meta de iniciar as atividades de ensino em 2010, o reitor Emanuel Alves de Moura solicitou formalmente a cessão de instalações da rede estadual de ensino, como, por exemplo, através do Ofício nº 198/2010/GR/IFAP (IFAP 2010a), conforme **Anexo A**, bem como da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), através do Ofício nº 248/2010/GR/IFAP (IFAP, 2010b), conforme **Anexo B**.



Figura 2 – Estado das obras de construção do câmpus Macapá em setembro de 2010
Fonte: Arquivo da ASCOM/IFAP, 2010

Em Macapá, foram cedidas pela Secretaria Estadual de Educação do Amapá (SEED) quatro salas de aula e um laboratório de informática da Escola Estadual Tempo Integral Prof. Darcy Ribeiro, no bairro Novo Horizonte II (**Figura 3**). Em Laranjal do Jari, o IFAP utilizou instalações da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), no bairro Castanheira, e da Escola Estadual Mineko Hayashida.



Figura 3 – Fachada da Escola Estadual Tempo Integral Prof. Darcy Ribeiro
Fonte: Arquivo da ASCOM/IFAP, 2010

O edital do primeiro processo seletivo estudantil do Instituto Federal do Amapá foi lançado no dia 12 de julho no site institucional www.ifap.edu.br. Foram abertas 340 vagas, 140 para Macapá e 200 para Laranjal do Jari. No câmpus Macapá, foram 140 vagas abertas nos cursos técnicos de nível médio na forma Subsequente em Informática e Edificações, sendo cada um com 70 vagas, no turno da noite. Em Laranjal do Jari, os primeiros cursos também foram Subsequentes, sendo 120 vagas em Informática e 80 em Secretariado, nos turnos da manhã, tarde e noite.

O número de candidatos surpreendeu positivamente, visto que era a primeira seleção realizada pela instituição, que sequer tinha prédio próprio em funcionamento. Foram contabilizadas 3.499 inscrições, sendo que 1.222 candidatos efetuaram o pagamento da taxa e puderam realizar a prova para concorrer às 340 vagas, conforme o **Quadro 1**.

As primeiras turmas de alunos, constituídas pelos candidatos aprovados no processo seletivo de 2010, funcionaram, a partir do mês de setembro daquele ano, nos espaços físicos provisórios. A aula inaugural dos primeiros cursos do Instituto Federal foi realizada no dia 8 de setembro de 2010, simultaneamente nos dois câmpus.

Quadro 1 – Demonstrativo de candidatos inscritos no Processo Seletivo Discente de 2010

Cursos	Número de candidatos inscritos	Número de vagas	Relação candidatos inscritos / vagas
Informática – Noturno Câmpus Macapá	360	70	5,14
Edificações – Noturno Câmpus Macapá	167	70	2,38
Informática – Matutino Câmpus Laranjal do Jari	133	80	1,66
Informática – Noturno Câmpus Laranjal do Jari	300	40	7,50
Secretariado – Vespertino Câmpus Laranjal do Jari	83	40	2,07
Secretariado – Noturno Câmpus Laranjal do Jari	179	40	4,50
Todos	1.222	340	3,59

Fonte: Elaborado pela autora com informações do *website* institucional (www.ifap.edu.br), 2014

O segundo processo seletivo estudantil foi lançado nos primeiros dias úteis do mês de janeiro de 2011, para ingresso no mês de fevereiro do mesmo ano. Daquela vez, o total de candidatos concorrentes (**Quadro 2**) subiu para 1.664, resultando, porém, numa concorrência menor, de 3.2 candidatos/vaga, em relação ao processo seletivo de 2010.

Quadro 2– Demonstrativo de candidatos inscritos no Processo Seletivo Discente de 2011

Cursos	Número de candidatos inscritos	Número de vagas	Relação candidatos inscritos / vagas
Informática - Matutino - Câmpus Macapá	542	80	6.78
Edificações - Matutino - Câmpus Macapá	268	80	3.35
Mineração - Vespertino - Câmpus Macapá	243	80	3.04
Alimentos - Vespertino - Câmpus Macapá	148	80	1.85
Meio Ambiente - Vespertino - Câmpus Laranjal do Jari	107	247	2.68
Meio Ambiente - Matutino - Câmpus Laranjal do Jari	120	40	3.00
Informática - Matutino - Câmpus Laranjal do Jari	100	40	2.50
Informática - Vespertino - Câmpus Laranjal do Jari	87	40	2.18
Secretariado - Matutino - Câmpus Laranjal do Jari	49	40	1.23
Todos	1.664	520	3.2

Fonte: Elaborado pela autora com informações do *website* institucional (www.ifap.edu.br), 2014

Percebeu-se no segundo processo seletivo um aumento de vagas e, principalmente, das formas dos cursos técnicos de nível médio. Pela primeira vez, foram abertas vagas, no total, de 520 vagas, em cursos técnicos na forma Integrada ao Ensino Médio, ou seja, que contempla tanto a formação regular de ensino médio como a formação técnica. São cursos com duração de quatro anos, destinados aos estudantes egressos do ensino fundamental.

Também em janeiro de 2011 o Instituto Federal deu início à oferta de vagas em cursos superiores. O Sistema de Seleção Unificada (SISU) foi utilizado como fase única no processo seletivo para os cursos de Licenciatura em Informática e Química, somente para o câmpus Macapá. Das 160 ofertadas, 50% foram preenchidas por alunos que cursaram o ensino médio integralmente na rede pública de ensino.

Durante o ano letivo de 2011, os câmpus continuaram funcionando provisoriamente, em instalações cedidas. Em Macapá, as atividades foram transferidas para o Centro de

Educação Profissional Graziela Reis de Souza (**Figura 4**), enquanto em Laranjal do Jari continuaram no polo da Universidade Federal do Amapá.



Figura 4 – Fachada do Centro de Educação Profissional Graziela Reis de Souza
Fonte: Arquivo da Assessoria ASCOM/IFAP, 2011

Somente em março de 2012, portanto, dando início ao ano letivo, os dois câmpus passaram a funcionar em suas instalações definitivas. O câmpus Macapá no bairro Brasil Novo, na zona norte da capital, e o câmpus Laranjal do Jari, localizado no bairro Cajari, distante aproximadamente 3 km do centro da cidade.

Com quatro mil metros quadrados de área construída, as instalações do câmpus de Laranjal do Jari são constituídas de bloco administrativo, bloco de ensino, sala dos professores e área de convivência para alunos, professores e servidores em geral, além dos blocos de banheiros adaptados para pessoas portadoras de necessidades específicas. Possui dez salas de aulas, quatro laboratórios de Informática, laboratórios de Meio Ambiente, Biologia e Química, Física e Matemática.

Já o câmpus Macapá, foco deste estudo de caso, começou a funcionar com uma área construída de 10.000 metros quadrados, com 24 salas de aulas, auditório, quatro laboratórios de Informática, um bloco de laboratório de Edificações e Mineração, sete laboratórios de Química, um laboratório de Física, um laboratório de Matemática e um laboratório de Biologia, além do Bloco administrativo (**Figura 5**). Por não ter tido a obra completamente finalizada, por conta de problemas no contrato entre a empresa construtora e o Instituto Federal do Pará (IFPA), o bloco de laboratórios não pode ser equipado e utilizado integralmente até o momento de conclusão deste trabalho (Agosto/2014).



Figura 5 – Bloco administrativo e de ensino do Câmpus Macapá em março de 2012
Fonte: Arquivo da ASCOM/IFAP, 2012

Vale lembrar que os dois primeiros câmpus do IFAP foram inaugurados oficialmente pela presidenta da República, Dilma Rousseff, em cerimônia realizada em Brasília, no dia 5 de dezembro de 2012, durante a abertura do 7º Encontro Nacional da Indústria (ENAI) no Centro de Convenções Ulysses Guimarães.

Em março de 2012, mais de mil alunos matriculados em cursos técnicos de nível médio e superiores iniciaram as aulas nos câmpus Laranjal do Jari e Macapá, conforme consta no site institucional (IFAP, 2012). A aula de abertura do ano letivo 2012 (**Figura 6**) foi considerada um momento histórico do Instituto Federal pois assim a instituição ocupava os territórios a ela destinados legalmente, iniciando efetivamente o processo de territorialização, cuja conceituação foi tratada no capítulo anterior.



Figura 6 – Evento de abertura do ano letivo 2012 do câmpus Macapá
Fonte: Arquivo da ASCOM/IFAP, 2012

Ainda em 2011, quando lançada no mês de agosto pela presidenta da República, Dilma Rousseff a terceira fase da expansão da educação superior e profissional, foi anunciada a criação de mais dois câmpus do Instituto Federal do Amapá - nos municípios de Porto Grande e Santana. As obras de construção desses novos câmpus foram iniciadas em 2013 e

ainda estão em andamento até o momento de conclusão deste trabalho (Agosto/2014).

3.2. A Identidade do Instituto Federal do Amapá

Como o presente estudo busca investigar a imagem do Instituto Federal do Amapá na percepção da comunidade do entorno do câmpus Macapá, tornou-se fundamental conhecer qual a identidade institucional do IFAP, ou qual a sua identidade organizacional ou identidade corporativa, como também chamam os estudiosos do tema, visto que, conceitualmente, identidade e imagem institucionais são interdependentes, não sendo possível tratar de uma sem falar da outra.

Farias (2006, p. 3) remete à relação entre o interior e o exterior, considerando a identidade corporativa “algo profundo” que está “impregnado da forma de ser e de fazer da organização”. Torquato (1991; 2002) preferiu metaforizar, tratando a identidade como o objeto ou o ser da instituição, enquanto a imagem como sombra deste ser.

“A imagem é a sombra da identidade. Quando a identidade não é fixada de maneira adequada, a sombra é muito tênue” (TORQUATO, 1986, p. 115).

Com base nos critérios de Albert e Whetten (1985), verifica-se que o que é central e distintivo do Instituto Federal do Amapá – o pouco tempo de implantação ainda inibe falar em continuidade temporal – não pode ser dissociado dos princípios que embasaram a nova institucionalidade criada pela Lei nº 11.892/2008, que instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica - EPCT composta por 38 Institutos Federais, estruturados a partir da integração de 31 CEFET's, 36 Escolas Agrotécnicas Federais e oito Escolas Vinculadas às Universidades Federais.

Eliezer Pacheco (2009) lembra que “os Institutos Federais trazem em seu DNA elementos singulares para sua definição identitária, assumindo um papel representativo de uma verdadeira incubadora de políticas sociais, uma vez que constroem uma rede de saberes que entrelaça cultura, trabalho, ciência e tecnologia em favor da sociedade”.

Nesta nova institucionalidade, escolas de diferentes perfis tiveram que se adaptar ou se reinventar a fim de se ganhar uma diferente, mas única identidade. Para Freitas et al (20014), “pode-se inferir que a Rede EPCT é composta por vários Institutos com autonomia, mas que comungam dos mesmos objetivos e são possuidoras das mesmas características e identidade”.

O desafio enfrentado – e ainda não concluído - pelas instituições da Rede Federal de Educação Profissional convidadas a integrar o novo formato a partir da Lei 11.892/2008 foi tema de estudos de Otranto (2012), que diagnosticou uma crise de identidade entre as instituições.

Quanto à perda de identidade que as instituições que compõem os diferentes campi estão sofrendo, é difícil, neste momento oferecer alguma sugestão, uma vez que os Institutos Federais ainda não consolidaram uma identidade própria. São instituições grandes demais, que se propõem a oferecer ensino em todos os níveis e

modalidades, que precisam apresentar resultados numéricos e, no momento, estão preocupadas principalmente com esses números, pois serão avaliadas segundo os critérios de avaliação das universidades federais. Estão, portanto, em crise de identidade, assim como seus diferentes campi. (OTRANTO, 2012. p. 222)

Otranto acredita que o caso das escolas agrotécnicas é ainda mais desafiador pois “a perda de identidade vai desde a desvinculação do adjetivo “agrotécnica”, que demonstrava tratar-se de uma escola de tradição agrícola, até a mudança do logotipo que era exclusivo para cada uma delas, pelo novo logotipo imposto pelo MEC aos IFs, que é igual para todas as instituições. (OTRANTO, 2012, p.218)

Como determina a Lei nº 11.892/2008 (DOU, 2008), os Institutos Federais surgem como autarquias de base educacional humanístico-técnico-científica, com estrutura pluricurricular e multicâmpus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes níveis e modalidades de ensino. No parágrafo único do Artigo 1º da referida Lei, consta que os Institutos Federais, assim como as demais instituições que integram a Rede Federal, possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Nos três parágrafos do Artigo 2º, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, assim como ganham o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais e, finalmente, autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

As finalidades e as características dos Institutos Federais também estão relacionadas na lei de sua criação:

Art. 6º - Os Institutos Federais têm por finalidades e características:

I - ofertar educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional;

II - desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;

V - constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;

VII - desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente. (DOU, 2008, Seção II, Art. 6)

Um dos componentes dessa Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o Instituto Federal do Amapá, quando criado, em 2008, ainda não tinha uma identidade instalada anteriormente a não ser a criação em lei como escola técnica, já que as atividades de ensino não haviam sido iniciadas.

Além do que está previsto em lei, buscou-se neste estudo a identidade do Instituto Federal do Amapá também na visão de identidade que a própria instituição possui de si mesma, ou seja, os seus objetivos, valores e missão, que encontramos no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), relativo ao período de 2011-2014 (IFAP, 2011). Vale destacar que foi esse documento, o primeiro da história do IFAP, estudado nesta pesquisa, porém o segundo PDI, relativo ao período de 2014-2018, já estava em fase de conclusão no momento de realização do presente estudo.

De acordo com o PDI-IFAP 2011-2014, os objetivos institucionais englobam a oferta de educação profissional do nível médio à pós-graduação, formação inicial e continuada de trabalhadores, pesquisa aplicada, atividades de extensão, estímulo e apoio a processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional, bem como educação superior.

No que se refere ao objetivo de ministrar cursos em nível de educação superior, o PDI detalha que o IFAP vai ministrar os seguintes cursos:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas à formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica. (IFAP, 2011, p.13)

Os princípios orientadores para definição dos cursos técnicos, tecnológicos e licenciaturas foram pautados, coerentemente, em uma perspectiva de formação humanística que articula a dimensão profissional com a sociopolítica mediante uma ação autônoma nos espaços produtivos e sociais. Os eixos tecnológicos que norteiam a oferta foram os seguintes: Gestão e Negócios; Informação e Comunicação; Infraestrutura; Ambiente; Recursos Naturais; Controle e Processos Industriais; Produção Alimentícia e Apoio Educacional.

Merece especial para compreensão da identidade do Instituto Federal do Amapá a missão institucional que consta no Plano de Desenvolvimento Institucional, já que a missão é a declaração expressa do que a instituição é, ou seja, a sua identidade seguindo os critérios de centralidade, distintividade e unicidade histórica propostos por Albert e Whetten (1985):

Oferecer de forma gratuita ensino, pesquisa e extensão no âmbito da educação profissional superior e pós-graduação preparando pessoas para o trabalho e para o exercício da cidadania. (IFAP, 2011, p.9)

Ao analisar o texto da missão, pode-se observar os seguintes tópicos como inerentes à identidade do Instituto Federal do Amapá:

- A gratuidade no ensino;
- O tripé ensino-pesquisa-extensão;
- Educação profissional superior e pós-graduação;
- A preparação de pessoas para o trabalho; e
- A garantia de condições – essas entendidas como a capacitação para o mercado de trabalho - para exercício da cidadania.

Como “Visão de futuro”, o PDI do IFAP 2011-2014 traz a proposta de a instituição “consolidar-se como centro de excelência na educação profissional e tecnológica formando pessoas para o mundo do trabalho globalizado” e, para isso, define os seguintes princípios norteadores:

I. Compromisso com a inclusão e justiça social, equidade, cidadania, ética, preservação do meio ambiente, em especial o amazônico, transparência e gestão democrática;

II. Verticalização e indissociabilidade do ensino, pesquisa e a extensão nos diversos

níveis e modalidades de ensino de atuação do Instituto Federal do Amapá;

III. Eficácia nas respostas de formação profissional, difusão do conhecimento científico e tecnológico e suporte aos arranjos produtivos locais, sociais e culturais;

IV. Inclusão de indígenas, quilombolas e pessoas com deficiências e necessidades educacionais especiais;

V. Natureza pública e gratuita do ensino, sob a responsabilidade da União;

VI. Respeito ao pluralismo de ideias e liberdade de expressão;

VII. Excelência acadêmica;

VIII. Adequar e flexibilizar métodos, critérios e procedimentos acadêmicos as especificidades locais dos Câmpus. (IFAP, 2011, p.10)

Os princípios do ensino são só seguintes segundo o PDI:

I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;

IV. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;

V. Valorização dos profissionais da educação escolar, garantidos, na forma da lei, planos de carreira, com ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos, aos das redes públicas;

VI. Gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII. Garantia de padrão de qualidade;

VIII. Piso salarial nacional para os profissionais da educação escolar pública, nos termos de lei federal. (IFAP, 2011, p.10)

Outro elemento que deve ser considerado parte da identidade do Instituto Federal do Amapá é a sua marca ou logotipo, que, de acordo com os estudiosos da temática, refere-se à identidade visual, ou seja, é a identidade vista, tangível, através de formas escolhidas para retratar a missão institucional. Como citado acima, a identidade visual a Rede EPCT é única.

De autoria do Ministério da Educação, o Manual de Uso da Marca dos Institutos Federais (MEC, 2009b) foi lançado logo após a lei de criação das 38 autarquias e diz que a “identidade visual do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (IF) foi construída sobre a ideia do homem, integrado e funcional” e “utiliza-se de quadrados que se encaixam como numa rede e inclui o homem e seu pensamento como ideia central e objeto de educação, formação e capacitação”.

O manual diz que a marca única “deve ser preservada e apresentada sempre em conformidade com o padrão e as normas deste manual”, bem como que “a leitura IF é notadamente expressa e percebida, mas é importante a manutenção da inscrição na lateral direita, alinhada pela base, em suas versões simplificada (IF) ou completa (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia).

A identidade do Instituto Federal do Amapá, portanto, é construída com base nos principais elementos citados neste subitem, incluindo, entre outros, as finalidades legais, os objetivos estratégicos e a missão institucional, sendo sintetizada na sua marca completa (**Figura 7**):



Figura 7 – Logomarca completa do Instituto Federal do Amapá
Fonte: Arquivo da Ascom/IFAP, 2010

3.3. A Comunicação Institucional no Instituto Federal do Amapá

No capítulo anterior, foram abordadas as questões de identidade e imagem institucionais, embasando a apresentação que segue a partir deste item a respeito do processo de comunicação que ocorre entre o Instituto Federal do Amapá e os seus públicos. Vale ressaltar que essa relação entre escola e moradores do entorno do câmpus reproduz o processo básico de comunicação que envolve, de acordo com as teorias da comunicação, o emissor e o receptor da mensagem, aqui entendidos como igualmente produtores de sentidos.

Neves (2000 apud Fuck, 2006) diz que esse processo de comunicação organizacional envolve não somente ao uso da palavra – oral ou escrita – mas “uma gama de comportamentos e ideias que a empresa exterioriza, tais como gestos, gostos, símbolos, cheiros, espaços, atendimentos...”. Fuck ressaltava que “é esse conjunto de relacionamentos com o consumidor que vai sedimentar, num processo continuado, a imagem da empresa”.

Ressalte-se que a Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia não dispõe de uma política geral de comunicação que regule as atividades de comunicação de todos os institutos, que são, portanto, autônomos para realizar ações nessa área. Porém, por serem autarquias da administração direta do governo federal devem seguir as regulamentações e orientações da Secretaria de Comunicação da Presidência da República e da Assessoria de Comunicação do Ministério da Educação (MEC).

Encontra-se no Regimento Geral do Instituto Federal do Amapá (IFAP, 2012) a referência à existência da Assessoria de Comunicação Social como uma das unidades ligadas à Reitoria e, no artigo 39, diz que é “dirigida por um Assessor, nomeado pelo Reitor, e

responsável pelo planejamento e execução das ações de comunicação institucional voltadas aos públicos interno e externo do Instituto Federal do Amapá”.

Na **Figura 8**, podemos visualizar a posição da Assessoria de Comunicação no organograma funcional conforme consta no Relatório de Gestão 2013 (IFAP, 2013).

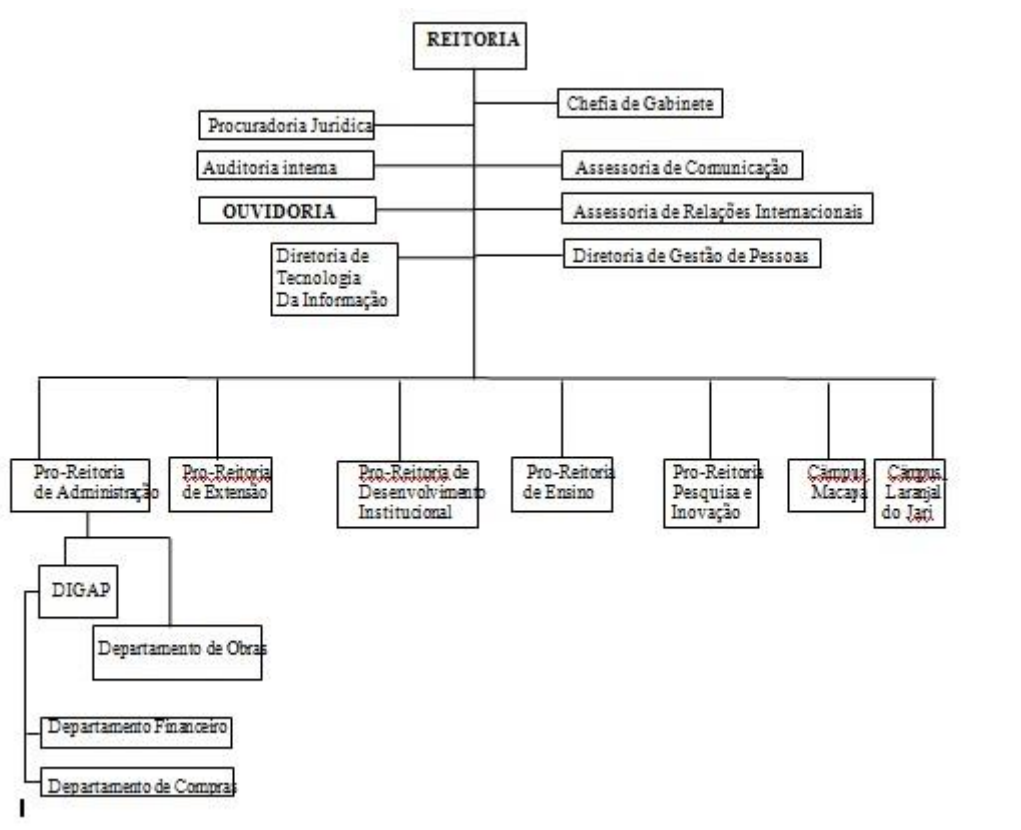


Figura 8 – Organograma funcional do Instituto Federal do Amapá

Fonte: IFAP-Relatório de Gestão, 2013

A esta Assessoria, diz o artigo 40 do Regimento Geral, “compete planejar e executar ações de comunicação institucional voltadas aos públicos interno e externo do Instituto Federal do Amapá; zelar pela imagem institucional da instituição, inclusive no que se refere à observância da identidade visual; executar, fomentar e consolidar o relacionamento com os veículos de comunicação (Imprensa); avaliar as demandas de ações de comunicação da Reitoria e Câmpus”, entre outras atribuições.

As estratégias de comunicação adotadas pelo Instituto Federal do Amapá no relacionamento com seus públicos internos e externos estão amparadas na Resolução do Conselho Superior do IFAP nº 01/2013 (IFAP, 2014), que homologou as Resoluções ad referendum do período de 2010 a 2013, entre elas a Resolução nº 18/2011, de 24/11/2011 (IFAP, 2011), que instituiu as Políticas de Comunicação (IFAP, 2014), e são executadas pela Assessoria de Comunicação.

O documento foi proposto pela Assessoria de Comunicação e aprovado Ad Referendum pelo reitor Emanuel Alves de Moura, em dezembro de 2011, pois no momento o Conselho Superior (CONSUP) ainda não havia sido instalado. De acordo com as Políticas de Comunicação, o objetivo principal é promover a comunicação integrada do Instituto Federal do Amapá com seus públicos de relacionamento, sejam internos, que respondem às pessoas com algum tipo de vínculo com a instituição, sejam externos, os que não têm vínculo direto.

São considerados os seguintes públicos internos: dirigentes (reitor, pró-reitores, diretores, coordenadores e seus substitutos e adjuntos), servidores do quadro efetivo (professores e técnicos), pessoal contratado, alunos e seus familiares. E são públicos externos: os órgãos de Imprensa, Governos, Estudantes e familiares, Formadores de opinião (público que influencia a Instituição pela simples manifestação de seu julgamento e seu ponto de vista), Instituições de ensino e centros de pesquisas e a comunidade em geral.

As Políticas de Comunicação definem os fluxos desenvolvidos nas ações de comunicação no que se refere à Assessoria de Comunicação, Identidade Visual, Comunicação Interna, Comunicação Externa, Internet e Eventos. Para esta investigação, mereceram especial atenção na Resolução nº 018/2011 os itens Assessoria de Comunicação e Comunicação Externa.

Diz a resolução que cabe à Assessoria de Comunicação planejar e desenvolver estratégias de comunicação institucional capazes de contribuir para o alcance dos objetivos institucionais, relacionando as seguintes atribuições:

Executar as políticas de comunicação em articulação com as demais unidades do Instituto Federal;

Coordenar as ações de comunicação executadas pelos jornalistas e/ou setores de comunicação nos câmpus, promovendo a integração institucional;

Preservar a Identidade Visual do Instituto, especialmente a aplicação da marca, de acordo com o Manual de Uso da Marca da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica;

Criar e/ou aprovar toda e qualquer peça de comunicação visual (cartaz, *banner*, folder, fundo de mesa, camisa, uniforme, brindes, convite, etc) de iniciativa do Instituto, assim como de terceiros (empresas contratadas e/ou instituições/empresas parceiras), sempre que seja utilizada a logomarca da instituição interna ou externamente;

Atender às demandas institucionais na área de Comunicação, em conformidade com os prazos e condições dispostos na presente Política;

Administrar o fluxo de informações institucionais entre o Instituto e a imprensa, defendendo a imagem e a identidade institucional, através de envio de releases, agendamento de entrevistas, sugestão de pauta e recepção de equipes de reportagem;

Acompanhar presencialmente as entrevistas concedidas pelos gestores ou designados, conforme item 4.3.4;

Atualizar e administrar o conteúdo dos canais oficiais de comunicação (*website*, página principal da intranet e outros) do Instituto;

Monitorar e atualizar as redes de relacionamento do Instituto na Internet;

Executar a organização e cerimonial de eventos presididos pelo reitor ou seu substituto;

Orientar, dar suporte à infraestrutura (em observância ao item 6.1) e aprovar roteiro de cerimonial de outros eventos promovidos pela Reitoria e/ou câmpus;

Produzir clipping, elaborar análise de mídia e criar arquivo de notícias produzidas e/ou publicadas;

Disponibilizar aos servidores o Formulário de Agendamento de Serviços de Comunicação, o Manual de Uso da Marca da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e outros documentos indispensáveis à implementação destas Políticas;

Produzir relatório de Avaliação dos Resultados. (IFAP, 2011)

O item Comunicação Externa está dividido nos subitens Publicidade, Assessoria de Imprensa e Internet. Quanto à publicidade, o documento determina que “a veiculação paga (compra de espaços publicitários nos veículos de comunicação) de peças do Instituto está expressamente condicionada às normas da Secretaria de Comunicação da Presidência da República (Secom)”. Porém, esta atividade (Publicidade) está restrita no Instituto Federal do Amapá à Publicidade Oficial, ou seja, o que diz respeito às exigências legais, no caso os editais e demais ações no âmbito de licitações.

Quanto à Assessoria de Imprensa, a Resolução nº 018/2011 deixa claro que o Instituto Federal do Amapá centraliza as ações de relacionamento do Instituto Federal do Amapá com os veículos de comunicação, destacando que este relacionamento “para fins de divulgação de informações do Instituto, através de envio de releases, agendamento de entrevistas, sugestão de pauta e recepção de equipes de reportagem, entre outras atividades, é atribuição exclusiva da Assessoria de Comunicação”. Diz ainda que a concessão de entrevista, em especial às mídias televisiva e radiofônica, “somente poderá ser feita se acompanhada pela Assessoria de Comunicação, salvo em caso de urgência ou com prévia autorização da unidade”.

A utilização de canais virtuais, através da internet, também é considerada nas Políticas de Comunicação, com a determinação de que cabe à Assessoria de Comunicação “a gestão do conteúdo informativo do *website* do Instituto, com o suporte técnico da Diretoria de Tecnologia da Informação”. Já o uso de redes de relacionamento na internet está condicionado ao planejamento da comunicação institucional, diz o documento.

3.4. Caracterização do Território da Pesquisa

3.4.1. Território e identidade no contexto do Instituto Federal do Amapá

A discussão de questões envolvendo os conceitos de território e identidade se tornou necessária neste estudo de caso para compreender a complexidade da presença do Instituto Federal do Amapá no bairro Brasil Novo (**Figuras 9, 10 e 11**), em Macapá, presença não somente de maneira física, mas também simbólica.



Figura 9 – Imagem de satélite do câmpus Macapá no bairro Brasil Novo (Macapá-AP)
Fonte: www.google.com (Setembro 2014)

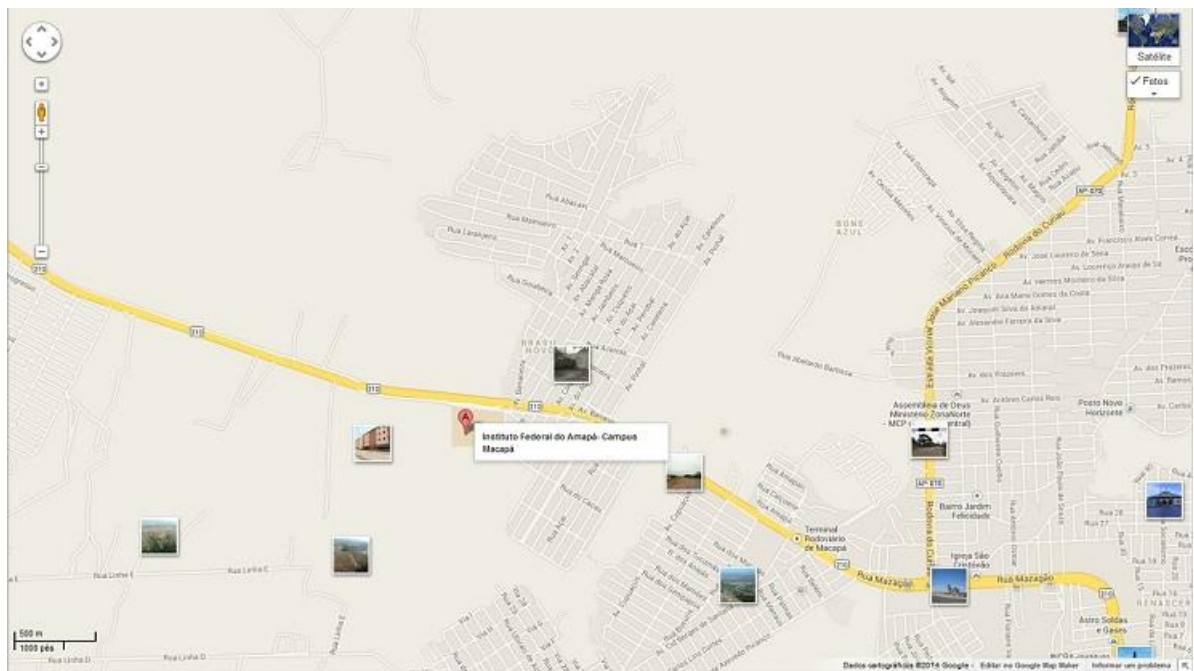


Figura 10 – Mapa com figuras do bairro Brasil Novo (Macapá-AP)
Fonte: www.google.com (Setembro 2014)



Figura 11 – Registro fotográfico da rodovia BR 210 em frente ao câmpus Macapá
Fonte: Acervo da pesquisa (Conceição, Suely, Agosto 2014)

Localizado às margens da rodovia BR-210, o câmpus Macapá, com seus prédios e outros elementos arquitetônicos, mas também seus serviços, comunicações e pessoas que, diariamente, transitam pelo local, certamente alterou a paisagem daquele território da capital amapaense, criando novas territorialidades e levando sua identidade para o seio da comunidade.

3.4.2. O bairro Brasil Novo

A pesquisa foi realizada no bairro Brasil Novo (**Figura 12**) - área periférica do município de Macapá - porque é exatamente onde está localizado o câmpus do Instituto Federal do Amapá. É um dos 28 bairros da capital amapaense registrados pelo IBGE no Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010) e está situado às margens de uma rodovia federal, a BR-210, onde surgiu espontaneamente enquanto aglomerado urbano.



Figura 12 - Registro fotográfico de uma das ruas de entrada do bairro Brasil Novo
Fonte: Acervo da pesquisa (Conceição, Suely, Agosto 2014)

Para situar o bairro no contexto municipal e compreender seu grau de importância, tornou-se necessário traçar, embora em linhas gerais, as dimensões geográficas e socioeconômicas da cidade de Macapá. Localizada na mesorregião do sul do Amapá, microrregião homônima, no extremo norte do país, a 1.791 quilômetros de Brasília, Macapá é cortada pela Linha do Equador e a maior parte de seu território encontra-se no hemisfério norte, sendo limitada ao norte com o município de Ferreira Gomes, ao leste com o Oceano Atlântico, ao sudeste com Itaubal e ao sudoeste com Santana (cidade com a qual é conurbada).

A população estimada de Macapá é de 437.255 habitantes, de acordo com a Estimativa da População 2013 (IBGE, 2013), estando em franco crescimento, com taxa de 10% desde o Censo Demográfico 2010, quando possuía 398.204 habitantes. Com área de 6.408,545 quilômetros quadrados e densidade demográfica (hab/km²) de 62,14, é a 53ª cidade mais populosa do Brasil, a quinta cidade mais populosa do Norte e a terceira maior aglomeração urbana da Amazônia, com 3,5% da população. Em relação aos dados educacionais, o IBGE revela a ocorrência, em 2012, de 78.924 matrículas e 234 escolas no ensino fundamental, 24.285 matrículas e 54 escolas no ensino médio e 9.096 matrículas e 76 escolas no ensino pré-escolar.

Situado em área afastada do centro comercial do município de Macapá foi ali no bairro Brasil Novo que foi destinado pelo governo estadual um terreno para abrigar o primeiro e principal câmpus do Instituto Federal do Amapá. O terreno foi doado pelo governo do estado do Amapá, através da Lei nº 1.381 de 13 de dezembro de 2009.

A localização do câmpus Macapá não tem uma relação com o número de habitantes por bairro e sim com a área física de domínio do poder público estadual, uma vez que, de acordo com o Censo 2010 (IBGE, 2010), o bairro Brasil Novo tinha 13.273 habitantes, sendo o 10º bairro mais populoso de Macapá, conforme o **quadro 3**.

Quadro 3 – População residente por bairro de Macapá em ordem decrescente em relação ao contingente populacional

Ordem	Bairro	População residente	Pessoa responsável pelo domicílio
1.	Buritizal	25 651	6 401
2.	Novo Horizonte	24 360	5 792
3.	Novo Buritizal	23 975	5 588
4.	São Lázaro	21 965	5 257
5.	Congós	18 636	4 311
6.	Central	17 798	4 843
7.	Jardim Felicidade	16 672	3 909
8.	Cidade Nova	15 194	3 219
9.	Marco Zero	14 577	3 581
10.	Brasil Novo	13 273	3 176
11.	Perpétuo Socorro	13 087	2 855
12.	Universidade	12 850	3 045
13.	Zerão	12 500	3 013
14.	Santa Rita	12 291	3 061
15.	Pacoval	12 216	2 866
16.	Infraero	9 411	2 262
17.	Beírol	8 764	2 114
18.	Araxá	8 713	1 799
19.	Laguinho	7 930	2 064
20.	Trem	6 800	1 800
21.	Jesus de Nazaré	5 915	1 410
22.	Santa Inês	5 847	1 229
23.	Pedrinhas	4 928	1 061
24.	Nova Esperança	4 568	1 014
25.	Alvorada	2 332	618
26.	Jardim Equatorial	1 877	469
27.	Cabralzinho	1 328	365
28.	Boné Azul	1 289	359
Macapá		398 204	94 669

Fonte: Dados elaborados com base no Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010) pela autora (Conceição, Suely, 2014)

A divisão da população do bairro quanto ao gênero sexual é praticamente igualitária – são 6.635 homens e 6.638 mulheres. Somente 3.176 dos habitantes são responsáveis pelos domicílios, sendo os demais 2.220 cônjuges, 5.865 filhos ou enteados, 730 netos ou bisnetos, 1.097 parentes e 185 sem parentesco.

Os resultados sobre os grupos de idade da população demonstram ser estes os indicadores de maior relação e adequação da presença do campus do Instituto Federal no bairro. Seguindo a tendência estadual e municipal, o Brasil Novo tem o maior número absoluto de habitantes no grupo da faixa etária entre 10 e 14 anos – 1.691 -, enquanto os grupos de 15 a 17 anos e de 18 ou 19 anos somados chegam a 1.450 habitantes, como mostra o **Gráfico 1**.

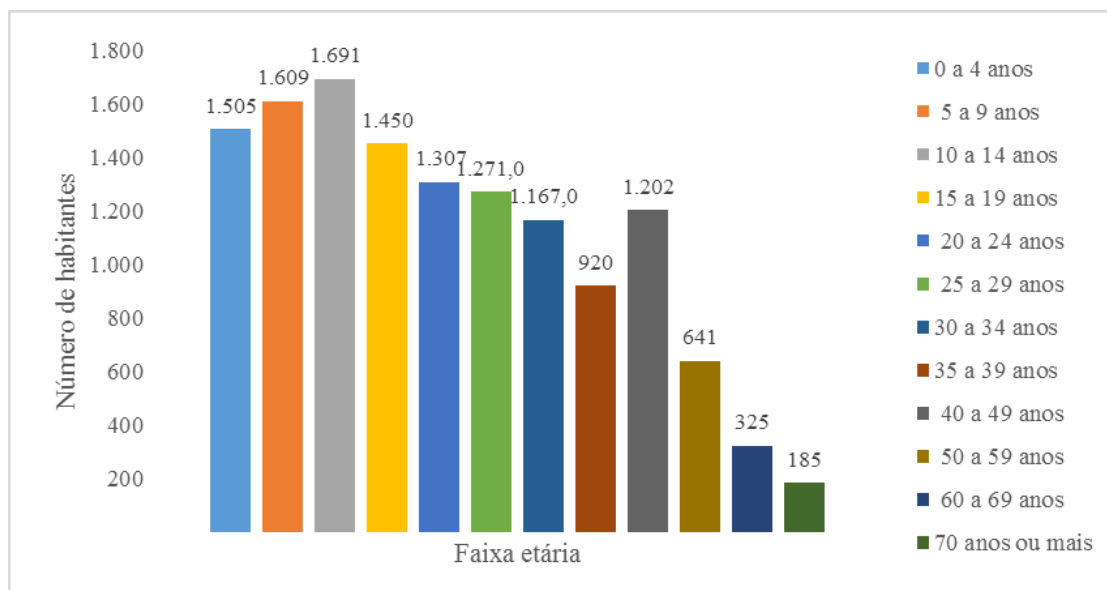


Gráfico 1 - População do bairro Brasil Novo por grupos de idade

Fonte: Dados elaborados com base no Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010) pela autora (Conceição, Suely, 2014)

Esta preponderância dos adolescentes e jovens - entre 10 e 14 anos - certamente torna propícia a oferta de vagas prioritariamente em cursos técnicos de nível médio na forma integrada pelo Instituto Federal – carro-chefe da instituição – os quais são destinados aos estudantes em idade regular, ou seja, recém egressos do ensino fundamental. Considerando a faixa etária de 10 até 19 anos, observa-se um caminho para o crescimento na busca da profissionalização por essa população e, pela perspectiva do Instituto Federal do Amapá, a consolidação da sua institucionalidade.

No contexto educacional, como o desta pesquisa, é importante ressaltar o grau de alfabetização da população com mais de 10 anos de idade, conforme os dados do Censo 2010. O Amapá tem uma taxa de 92,1%, enquanto especificamente na capital sobe para 94,1% e no bairro estudado de 92,1%, sendo praticamente igual entre mulheres e homens.

Também é significativa para a pesquisa a faixa de renda familiar, visto que a oferta de educação profissional – finalidade do Instituto Federal do Amapá – faz parte de uma política governamental que visa a ampliar o acesso ao mundo de trabalho, principalmente para os setores de menor renda da população. Os percentuais constatados pelo Censo 2010 em termos estaduais foram correspondentes tanto no município de Macapá quanto no bairro estudado, onde predomina a faixa entre mais de dois até cinco salários mínimos, com 31,4% do total, como mostra o **gráfico 2**.

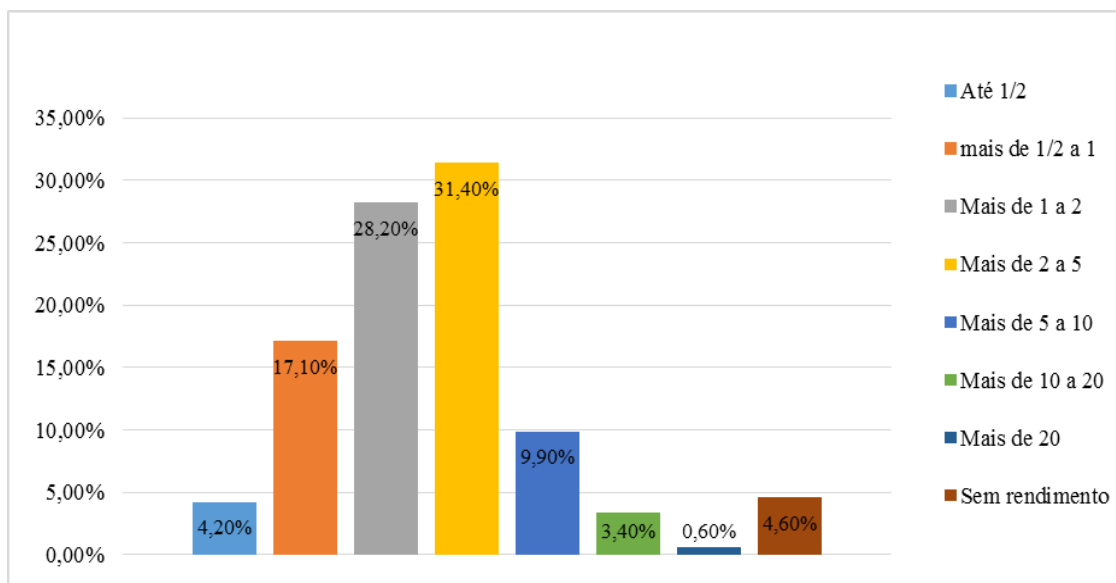


Gráfico 2 – População do bairro Brasil Novo por faixa de renda familiar

Fonte: Dados elaborados com base no Censo Demográfico 2010 (IBGE, 2010) pela autora (Conceição, Suely 2014)

A fim de complementar a descrição do território da pesquisa, também se considerou relevantes os resultados a respeito das condições de moradia. Dos 3.163 domicílios do bairro Brasil Novo, de acordo com o Censo 2010 (IBGE, 2010), somente 228 são atendidos pela rede de abastecimento de água, 2.696 tem poço e 239 outras formas de acesso. Já 3.028 recebem o serviço de coleta de lixo, sendo 3.020 diretamente, 8 por caçamba e 135 por outras formas. Quanto ao esgotamento sanitário, dos 3.054 domicílios que possuem banheiro próprio, apenas 7 são ligados à rede geral de esgoto ou pluvial, 157 têm fossa séptica e 2.890 outros tipos. Já 109 não têm sequer o banheiro próprio. Quase a totalidade – 3.158 domicílios – têm energia elétrica.

3.4.3. Caracterização dos sujeitos da pesquisa

Com a utilização de um formulário socioeconômico, foi possível traçar um perfil da amostra pesquisada. O formulário foi composto por 13 itens a fim de descrever características socioeconômicas dos sujeitos, indo além dos critérios definidos na escolha intencional dos entrevistados, conforme citados em 2.2. A seguir serão demonstrados os resultados por item.

A primeira questão do formulário foi a definição do gênero sexual. Dos 40 entrevistados, 25 eram mulheres e 15 homens, tendo o cálculo percentual apresentado no **Gráfico 3**.

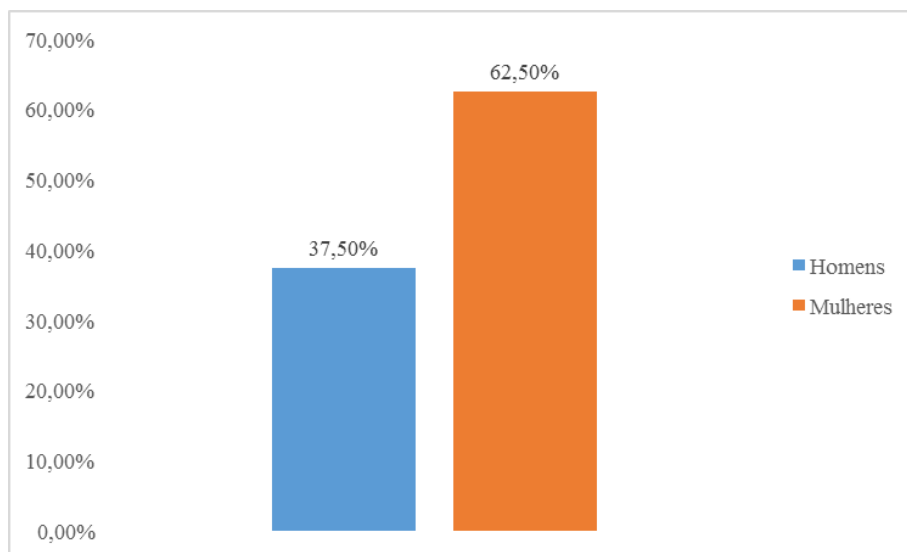


Gráfico 3 – Perfil socioeconômico dos sujeitos – Divisão por gênero sexual
Fonte: A autora (CONCEIÇÃO, Suely, 2014)

O item seguinte foi relativo à idade, obtendo como resultado o intervalo de 19 a 62 anos, conforme demonstra o **gráfico 4**, o que confirma os critérios de seleção da amostra e, ao mesmo tempo, revela que os sujeitos se encontram na faixa etária que os credencia a serem pais ou responsáveis de alunos, como também alunos do Instituto Federal do Amapá.

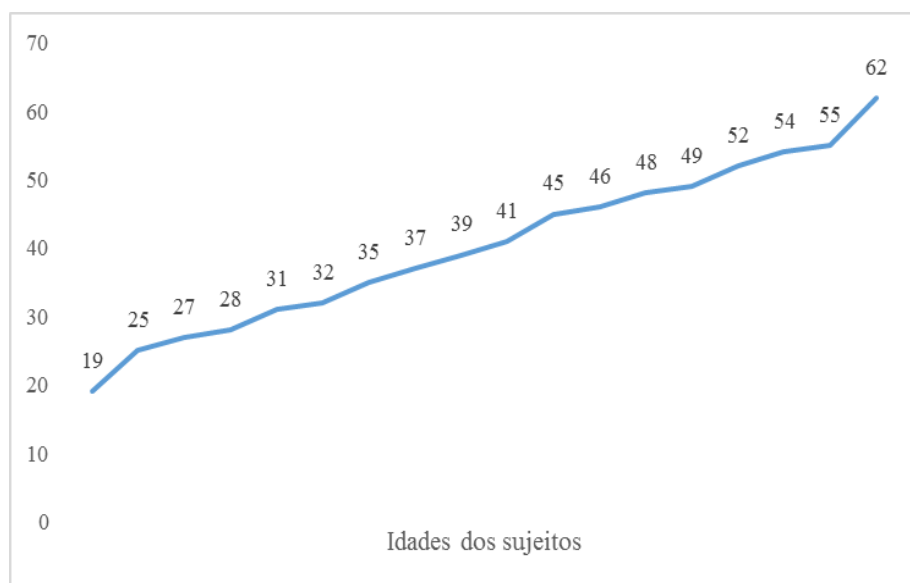


Gráfico 4 – Perfil socioeconômico dos sujeitos – Idade
Fonte: A autora (Conceição, Suely, 2014)

Sobre o estado civil, 25 eram casados, 14 solteiros e um viúvo, o que também referendou os critérios de seleção da amostra, privilegiando os chefes de família. Ressalte-se

que nenhum dos entrevistados se declarou divorciado porque tal condição foi considerada simplesmente como solteiro. A relação percentual do estado civil dos sujeitos está representada no **gráfico 5**.

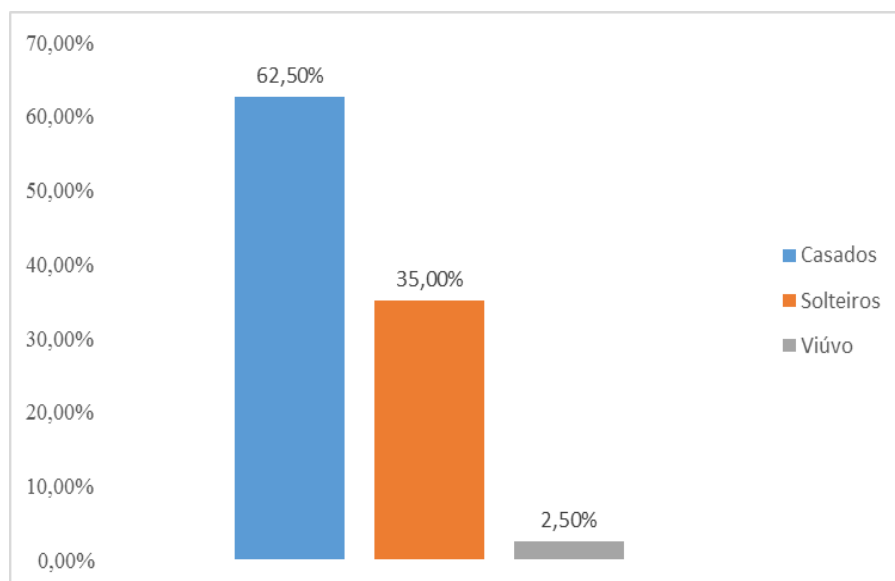


Gráfico 5 – Perfil socioeconômico dos sujeitos – Estado civil

Fonte: A autora (Conceição, Suely, 2014)

Também foi perguntado aos sujeitos sobre o número de filhos. As respostas estão demonstradas percentualmente no **Gráfico 6** e revelam que somente dois sujeitos não tinham filhos, revelando potencial interesse da maioria na oferta de cursos de formação de nível médio, nível superior ou mesmo Formação Inicial Continuada (FIC).

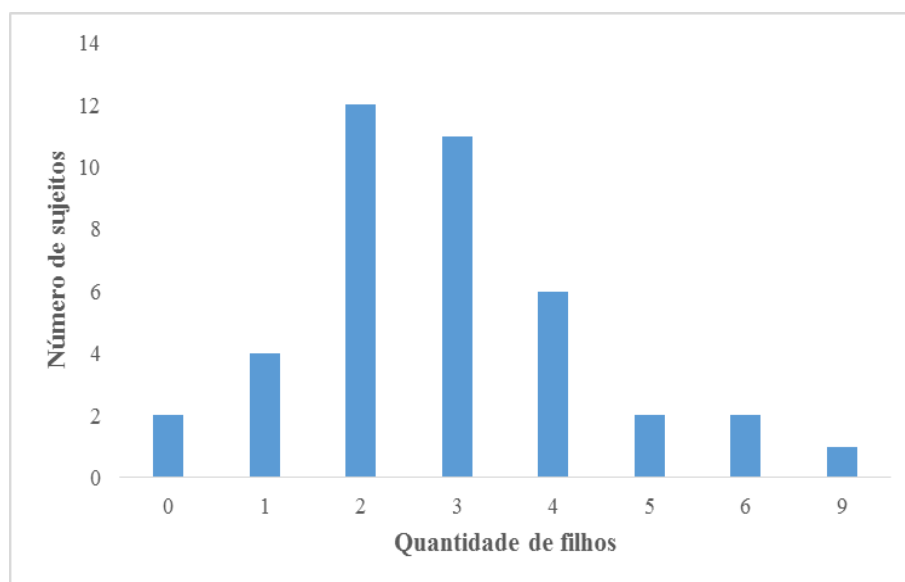


Gráfico 6 - Perfil socioeconômico dos sujeitos - Número de filhos

Fonte: A autora (Conceição, Suely, 2014)

No âmbito profissional, a pergunta “Qual o seu trabalho ou ocupação principal?” foi feita de forma aberta, tendo sido caracterizada como maior predominância de professor (7) e do lar (7), seguido por estudante (3) e serviços gerais (3), conforme apresentado no **Quadro 4**.

Quadro 4 - Perfil socioeconômico dos sujeitos – Ocupação principal

Ocupação principal	Número de sujeitos
Professor	7
Do lar	7
Estudante	3
Serviços gerais	3
Servidor	2
Vendedor	2
Empregada doméstica	2
Autônomo	2
Vigilante	2
Merendeira	2
Auxiliar administrativo	1
Auxiliar de disciplina	1
Comerciante	1
Eletricista	1
Marceneiro	1
Pastor	1
Pedreiro	1
Técnico de informática	1

Fonte: A autora (Conceição, Suely, 2014)

Os demais itens do formulário socioeconômico foram aplicados somente para os sujeitos das entrevistas estruturadas. Todos os entrevistados revelaram ser brasileiros, sendo quatro nascidos no Amapá, dois no Pará e um no Maranhão. Todos amapaenses eram nascidos em Macapá. Entre os paraenses, um era nascido em Breves e o segundo em Gurupá. Já o maranhense era nascido em São Luís. Sobre a localização das moradias nos municípios de origem, cinco dos entrevistados responderam que eram de área urbana e dois de área rural.

Na questão “Com quem você mora?”, cinco entrevistados responderam “filhos”, um

“cônjuge” e um “parentes”.

Uma das perguntas deixou claro que os próprios sujeitos, todos em idade adulta, interessam-se pela própria qualificação profissional e um dos sujeitos revelou já ter realizado curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) no Instituto Federal do Amapá. Perguntados em relação à ocupação, dois responderam que apenas estudavam, dois apenas trabalhavam, dois trabalhavam e estudavam e um estava desempregado. Portanto, dos sete entrevistados, somente três não estavam matriculados em algum curso no período da entrevista. Perguntados sobre o grau de escolaridade, dois responderam que já tinham ensino fundamental incompleto, dois ensino médio incompleto, dois ensino médio completo e um ensino superior completo.

Na questão “Qual a sua renda familiar”, três entrevistados responderam de um a dois salários mínimos (¹), outros três mais de dois a cinco salários mínimos e um respondeu mais de cinco a dez salários mínimos. A preponderância da faixa de renda mais de dois a cinco salários mínimos, embora esta pesquisa não seja censitária, corresponde aos resultados do Censo 2010. Já sobre o tipo de vínculo empregatício, três responderam Empregado assalariado, um autônomo e três que não trabalham.

A elaboração do perfil socioeconômico dos sujeitos entrevistados permitiu à pesquisadora ter o conhecimento da comunidade do entorno do câmpus Macapá, a partir de um recorte dessa população, que era um dos objetivos deste trabalho, sem a pretensão e mesmo tendo a impossibilidade de contemplar a totalidade do território pesquisado.

Assim é que se tem, utilizando o maior número de respostas para cada pergunta, “um sujeito” da pesquisa predominantemente feminino, com idade entre 19 e 55 anos, casado, amapaense, que reside com os filhos – quatro, no total -, que estuda e trabalha, tem até o ensino médio completo, é empregado assalariado e tem renda de mais de dois a cinco salários mínimos.

3.5. Características do Instituto Federal do Amapá na Percepção dos Sujeitos da Pesquisa

Nesta pesquisa sobre a percepção da imagem do Instituto Federal de Educação Profissional, Ciência e Tecnologia do Amapá pela sociedade, foram realizadas entrevistas estruturadas e semiestruturadas, a fim de atingir os objetivos específicos de identificar as características do Instituto Federal do Amapá na percepção das pessoas adultas que moram ou trabalham no entorno do câmpus Macapá, ou seja, no bairro Brasil Novo, território “ocupado” pela instituição no sentido muito mais simbólico do termo, ou seja, de apropriação, do que no sentido de dominação, como diferencia Henri Lefebvre (apud Haesbaert, 2004).

O que se pretende neste item não é a interpretação das falas e opiniões dos sujeitos mas uma descrição crítica das respostas que compõem a expectativa da comunidade, correlacionando-a à missão institucional do IFAP, expressa no Plano de Desenvolvimento

1 Valor do salário mínimo nacional no momento da entrevista estruturada: 2013 (R\$ 678,00)

Institucional (PDI), relativo ao período de 2011-2014 (IFAP, 2011).

Para tanto, as respostas às questões das entrevistas estruturadas e semiestruturadas foram devidamente compiladas e classificadas conforme as seguintes temáticas:

- 3.5.1 Conhecimento geral sobre instituição e impacto na comunidade
- 3.5.2 Alcance das estratégias de comunicação institucional
- 3.5.3 Percepção quanto aos serviços ofertados e às condições físicas de ensino
- 3.5.4 Percepção quanto à qualificação dos professores
- 3.5.5 Percepção quanto ao acesso da população aos cursos ofertados
- 3.5.6 Percepção quanto à valorização do bairro
- 3.5.7 Satisfação da comunidade
- 3.5.8 Percepção quanto ao relacionamento com a comunidade
- 3.5.9 Percepção quanto a qualidade e valores

Apresentaremos a seguir as respostas obtidas pelos sujeitos tanto nas entrevistas estruturadas como nas entrevistas semiestruturadas relacionadas à cada temática. No caso das entrevistas semiestruturadas cujas perguntas foram abertas, ou seja, sem opção de respostas, a apresentação terá ainda como critério padrões simbólicos encontrados e que permitiram o agrupamento das respostas a partir de eixos temáticos identificados pela pesquisadora, buscando significados a respeito do assunto tratado.

A fim de preservar a identidade dos sujeitos das entrevistas semiestruturadas, segundo previa o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelos entrevistados, eles foram identificados somente pelo número correspondente à ordem de realização das entrevistas. Quando a pesquisadora faz referência a um sujeito em particular, foi utilizada a letra “S” seguida do respectivo número, conforme a seguir: S.1, S.2, S.3, S.4, S.5, S.6 e S.7.

3.5.1. Conhecimento Geral sobre Instituição e Impacto na Comunidade

Nesta temática, a pesquisa buscou descobrir dos sujeitos qual o conhecimento deles em relação à instituição, ou seja, se este conhecimento tem pontos de convergências com a missão institucional do IFAP, que, como vimos, faz parte de um dos critérios de identidade organizacional definidos por Albert e Whetten (1985). A essência da organização, seus objetivos e a sua missão integram o critério de centralidade, o que é central na existência da organização. Complementando a temática, averiguou-se o conhecimento dos sujeitos sobre o impacto das ações institucionais para a comunidade.

Para tanto, foi apresentada inicialmente na entrevista estruturada a seguinte pergunta aos sujeitos: “Você conhece o Instituto Federal do Amapá?”. Como alternativa de resposta, foram apresentadas as opções “sim” e “não”. Dos 33 sujeitos, todos, sem exceção, responderam “sim”, o que resultou em 100% de conhecimento sobre a instituição.

A segunda pergunta verificou saber se os sujeitos já tinham tido contato pessoal com a instituição, através de visita ao câmpus Macapá: “Já visitou o câmpus do IFAP no bairro?”. Desta vez, constatou-se que, diferentemente da questão anterior, onde 100% afirmaram que conheciam a instituição, perto de um terço dos sujeitos respondeu que ainda não havia estado pessoalmente nas instalações físicas do IFAP no bairro. Dos 33 sujeitos, 23 responderam sim e 10 responderam não.

Verificou-se que o conhecimento que os sujeitos disseram ter a respeito da instituição não corresponde exatamente ao contato físico realizado, já que 30% admitiram que nunca visitaram as instalações do câmpus Macapá, corroborando com a noção de imagem perceptual proposta por Mitchell, aquela em que convivem as realidades material e mental.

O mesmo ocorreu quando foi abordada a experiência pessoal dos sujeitos com o IFAP, com a seguinte pergunta: “Estuda (ou estudou) ou tem algum familiar e/ou conhecido estudando (ou que estudou) no IFAP?”. A pergunta teve como objetivo de forma direta identificar se os sujeitos estudavam ou se já haviam estudado, ou se tinham algum familiar e/ou conhecido que estava estudando ou havia estudado no Instituto Federal, o que certamente influenciaria nas respostas subjetivas da entrevista estruturada. A análise percentual, de acordo com o **gráfico 7**, mostrou resposta positiva de 67% e resposta negativa de 33%, revelando ser maioria os sujeitos que tiveram experiência pessoal com o Instituto.

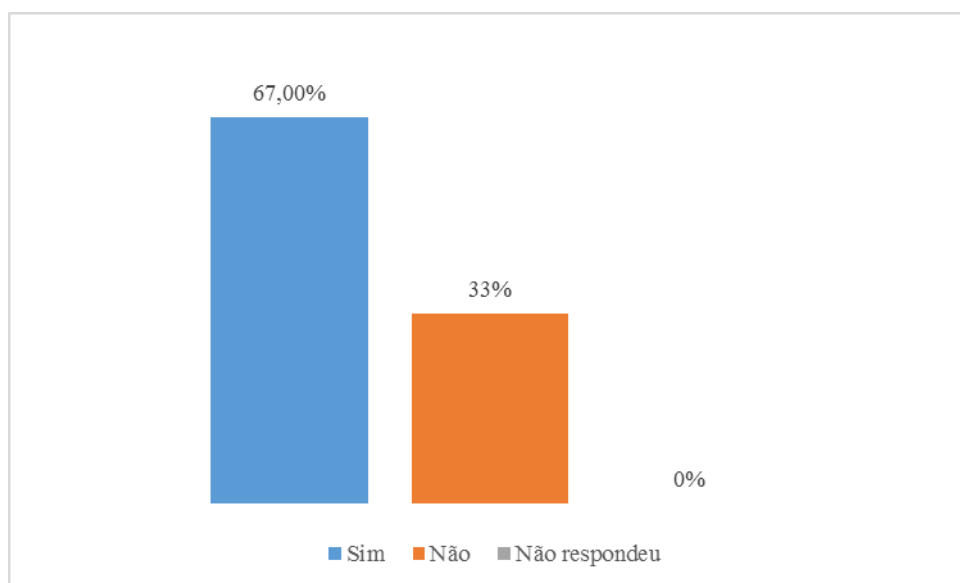


Gráfico 7 – Análise percentual das respostas à pergunta 3 (três) da entrevista estruturada
Fonte: A autora (Conceição, Suely, 2014)

A temática Conhecimento geral sobre instituição e atuação na comunidade foi abordada na entrevista semiestruturada com a seguinte pergunta aberta: “Como o Instituto Federal do Amapá influencia na sua vida e da comunidade do bairro?”

Dando início à entrevista semiestruturada de maneira a ampliar ao máximo as possibilidades de respostas com relatos dos sujeitos a respeito do assunto tratado, o objetivo

foi possibilitar aos sujeitos falar, inicialmente, de suas experiências pessoais e/ou familiares e, conseqüentemente, de suas impressões ou de seus sentimentos acumulados em relação ao Instituto Federal; e ainda, secundariamente, ou na ausência das experiências pessoais e/ou familiares, procurou-se apreender suas interpretações dos relatos de pessoas da comunidade do bairro no que diz respeito aos efeitos da atuação do Instituto Federal.

Ao serem indagados sobre como o Instituto Federal influencia em suas vidas ou da comunidade do bairro, os sujeitos não responderam imediatamente. Eles pensaram alguns segundos para em seguida responder de forma pausada, elaborando as frases, articulando o discurso e deixando transparecer à pesquisadora que eram capazes de ter uma opinião formada sobre o Instituto. A pergunta provocou uma reflexão nos sujeitos, necessária para buscar nos arquivos de sua memória os dados para elaborar a resposta. Houve um esforço dos sujeitos para demonstrar que conheciam o Instituto Federal, ou seja, dominavam o assunto. Porém, ao longo de suas respostas, os entrevistados revelaram não conhecer pessoalmente o Instituto Federal, ou seja, não ter visitado as instalações do câmpus ou mesmo frequentado algum curso da instituição. Houve apenas uma exceção: o S.6 disse já ter realizado “vários cursos” pelo Instituto Federal. Curiosamente, esse mesmo sujeito foi o único a responder de forma quase que imediata à pergunta 1.

Já ouvi falar, já fiz vários cursos de capacitação lá. E na minha vida, excelente. E na minha comunidade, muita gente trabalhando por conta das oportunidades que o instituto dá através do pronatec. (S.6, em resposta à pergunta 1)

Embora a maioria dos entrevistados não tenha tido influência direta do Instituto Federal, isto é, não informaram ter tido algum tipo de relacionamento com a instituição, fazendo cursos, por exemplo, foi possível ler nas falas a visão positiva dos sujeitos a respeito da instituição. Foram ditas palavras positivas como “bom”, “positivo” e “importante” relacionadas às oportunidades, bem como “capacitação”, “qualificação” e “estudo” no que se refere à formação ofertada.

A resposta de S.2, por exemplo, permite constar que a presença física do Instituto Federal do Amapá provoca, mesmo a distância, uma construção simbólica na mente das pessoas da comunidade, o que chamamos no subcapítulo 1.6 deste trabalho de “imagem”, e que vamos através do encadeamento das palavras, impressões e ideias lançadas pelos sujeitos construir ao longo desta análise.

O que ele pode influenciar é ajudar muito, muitas famílias que não têm condições de fazer uma faculdade, pessoas carentes que podem estudar lá e ter um futuro melhor. Eu não fui lá, mas já vi muito os meus amigos comentar, falar. Eu tenho vontade de conhecer mas não fui ainda. Passo na frente mas não conheci ainda. Os meus amigos ficam falando mas conhecer mesmo pessoalmente o prédio essas coisas ainda não fui. (S.2, em resposta à pergunta 1)

O agrupamento das respostas dos sete sujeitos culminou em dois eixos subtemáticos: “oportunidades de formação para a comunidade” e “cursos técnicos”, conforme o **Quadro 5**.

Quadro 5 – Agrupamento das respostas dos sujeitos à pergunta 1 (hum)

Sujeito	Eixo subtemático 1 Oportunidades de formação para a comunidade	Eixo subtemático 2 Cursos técnicos
S.1	Trazer curso de pós-graduação.	Ter curso técnico. Influência do curso técnico na vida social do aluno.
S.2	Ajudar famílias que não têm condições de pagar faculdade. Futuro melhor.	NC*
S.3	NC*	Importante para quem estuda lá.
S.4	Está servindo para pessoas do bairro. Bom para o Amapá. Fica feliz.	NC*
S.5	Capacitação e especialização para professores da rede pública. Muito positivo para o estado. Acesso dos jovens ao mercado de trabalho.	Cursos técnicos.
S.6	Cursos de capacitação. Oportunidades para a comunidade.	NC*
S.7	Importante para a comunidade.	Escola técnica.

*NC: não contemplado

No primeiro eixo subtemático, temos ideias que se cruzam e formam a ideia central de oportunidades de formação para a comunidade, mesmo que os sujeitos usem palavras (significantes) diferentes para dizer a mesma coisa (significado). Assim, as oportunidades foram expressadas e entendidas como pós-graduação, “futuro melhor”, capacitação, especialização, estudo, ou acesso ao mercado de trabalho, enquanto o território dessas oportunidades é não só a comunidade, mas o bairro, professores da rede pública, o estado.

Na fala de S.5 a ideia central pode ser apreciada em sua maior amplitude, envolvendo a formação tanto em nível técnico como de capacitação e pós-graduação; públicos diversos – jovens e professores da rede pública; e resultados (benefícios para a população do estado e acesso ao mercado de trabalho).

Eu particularmente em termos da instituição em si só vejo o que a televisão mostra em época de propaganda e na época dos concursos dos cursos técnicos, né, que eles oferecem para os estudantes e também os cursos de capacitação e especialização que eles ofertam também para os professores da rede pública. Para mim o instituto neste

sentido é algo muito positivo pro estado. Não somente para a formação dos professores mas também pros jovens que estão tendo acesso ao mercado de trabalho. (S.5, em resposta à pergunta 1)

Ainda que não se refira diretamente à finalidade específica do Instituto Federal, ou seja, a educação profissional em todos os níveis, modalidades e formas, a resposta de S.4 contempla elementos significativos sobre o grau de inserção e influência da instituição no desenvolvimento estadual, bem como em uma capacidade de servir como agente de mudança no contexto político, econômico e social.

Já ouvi falar, mas não tenho muito entendimento. Sei que é um instituto federal que veio pro bairro, aqui próximo. Não está servindo pra mim, mas para muitas pessoas aqui no bairro que estudam está servindo muito. Simplesmente eu acho muito bom pro Amapá. Já é uma vitória. Porque o Amapá é muito difícil de ter coisas que ajudem. Não são todos os governos que fazem alguma coisa para ajudar. A maioria, como o pessoal diz, é só para entrar, pegar e sair. Mas eu pelo menos pra mim não tá assim servindo, porque não estudo, mas tenho filho que estuda, não estudam lá, mas estudam em outra escola, então serve muito com certeza. Eu fico feliz de ter aqui (resposta completa de S.4 à pergunta 1)

O eixo subtemático “Cursos técnicos” permeia grande parte das respostas de todos os sujeitos, com citações diretas pelos sujeitos S.1, S.5 e S.7 e indiretas pelos demais sujeitos, como é o caso do S.3.

Nunca fui. Sei que existe, mas acho que é coisa muito importante pra quem tá lá estudando. Ninguém estuda da minha família, mas quem sabe um dia ainda vão estudar lá. (S.3, em resposta à pergunta 1).

Interessante notar que em sua fala S.3 admite ter informações mínimas sobre o Instituto Federal do Amapá ao ponto de afirmar que apenas sabe que existe e ainda não visitou nenhuma unidade da instituição, incluindo o câmpus Macapá, mas transmite claramente que reconhece a importância do Instituto para os alunos ali matriculados e vislumbra, como se fosse a realização de um sonho, a possibilidade de algum membro de sua família vir a estudar no local.

O desejo de ingressar em um curso da instituição, o que pode ser compreendido como prova do reconhecimento da atuação positiva do Instituto Federal, também está presente na fala de S.1, nesse caso o “sonho” é voltado para o nível de pós-graduação.

(...) ele traz curso de pós-graduação, se eu não me engano, aí eu pretendo também, depois que terminar a minha faculdade, frequentar a IFAP e ver de que modo pode me influenciar depois, na minha pós-graduação. (S.1, em resposta à pergunta 1)

Vale ressaltar que o agrupamento de ideias das respostas dos sujeitos também permite nos aproximar das reações deles diante da pergunta 1. Isso fica evidente em um trecho da resposta de S.4. Trata-se da frase “fico feliz”, onde o que consta não é a impressão racional sobre o Instituto, mas o sentimento de felicidade.

Da mesma forma analisamos a resposta de S.2, quando associa o ingresso no Instituto com a ideia de “futuro melhor”.

(...) O que ele pode influenciar é ajudar muito, muitas famílias que não têm condições de fazer uma faculdade, pessoas carentes que podem estudar lá e ter um

futuro melhor (S.2, em resposta à pergunta 1)

O mesmo pode ser dito, ou seja, a expressão de um sentimento ou mesmo uma ideia carregada de emoção, em relação à resposta de S.5, quando diz “Para mim o instituto neste sentido é algo muito positivo para o estado”.

3.5.2. Alcance das estratégias de comunicação institucional

Nesta temática a descrição crítica das respostas dos sujeitos da pesquisa tem como objetivo verificar o alcance sobre a comunidade das estratégias de comunicação institucional do IFAP, aproximando-se dos preceitos dos estudos da recepção na comunicação, que reposicionaram o receptor como produtor ativo de significação, assim como o emissor, no processo de comunicação. Para Boaventura (2009), não apenas se reconhece a não passividade do receptor, muda-se o eixo de análise e seu ponto de partida, sendo que o receptor deixa de ser apenas um decodificador das mensagens propostas pelo emissor e passa a ser também um produto de sentidos.

Para isso, a quarta pergunta da entrevista semiestruturada foi a seguinte: “Como você toma conhecimento dos cursos que o Instituto Federal oferece?”

Com os sujeitos livres para responder, as respostas foram bem diversificadas, abrangendo variadas indicações de como os entrevistados foram informados dos cursos, seja por meio de canais de comunicação formais e não formais. Esta é a possibilidade dada pela entrevista semiestruturada, que tem perguntas abertas o que permite uma variedade de respostas à mesma pergunta e que, segundo Lodi (apud LAKATOS; MARCONI, 2010), as diferenças possam refletir diferenças entre os respondentes e não diferenças nas perguntas”.

Curiosamente, somente um sujeito produziu uma resposta que destoava das demais por não confirmar a ideia intrínseca à pergunta, ou seja, de que as pessoas da comunidade conhecem os cursos ofertados pelo Instituto Federal. A resposta ganha relevância porque, apesar de exceção, demonstra que uma parcela da população estudada de fato desconhece – por, talvez, não ser alcançada adequadamente pelas estratégias de comunicação – o assunto tratado.

Como não se trata aqui de uma pesquisa com método quantitativo, torna-se desnecessário traçar e analisar o percentual de sujeitos que desconhecem os cursos, entretanto, é relevante analisar a resposta no contexto do estudo. Assim vemos que S.7 responde negativamente à pergunta, associando o fato de não ser aluno da escola.

Aí nesse caso que não posso responder porque eu não estudo lá, né? (S.7 em resposta à pergunta 4)

Diante da resposta negativa, a pesquisadora indagou o S.7 sobre se, independentemente do fato de não ser aluno, ele havia tomado conhecimento de alguns cursos dos cursos do Instituto Federal. Novamente, a resposta veio de forma negativa: “Não, dos cursos lá não”.

Já os demais sujeitos apontaram diversos modos de acesso ao conhecimento sobre os cursos, como podemos observar na resposta de S.6:

No próprio instituto. Eu sempre passo por lá. Pela televisão também, outdoor. Mas mais indo lá. (S.6 em resposta à pergunta 4)

Temos na resposta de S.6, em poucas palavras, três exemplos de divulgação – o próprio local, no caso o câmpus Macapá, onde o S.6 afirma visitar frequentemente, um veículo de comunicação, a emissora de televisão, através dos programas jornalísticos, e a propaganda, ao se referir à placa de outdoor. Vale ressaltar que a placa de outdoor não está entre as estratégias utilizadas pelo Instituto Federal, porém os sujeitos responderam livremente à pergunta, sem receber opções ou indicações por parte da pesquisadora.

Foi possível agrupar as respostas em dois eixos subtemáticos: Comunicação interpessoal e institucional e Mediação pelos canais de comunicação formais e não formais (quadro 6).

Quadro 6 - Agrupamento das respostas dos sujeitos à pergunta 4 (quatro)

Sujeito	Eixo subtemático 1 <i>Comunicação interpessoal e institucional</i>	Eixo subtemático 2 <i>Mediação pelos canais de comunicação formais e não formais</i>
S.1	Amigos.	Redes sociais.
S.2	Amigos.	Televisão.
S.3	“Tem que procurar lá” (Instituto)	NC*
S.4	Amigas.	NC*
S.5	Secretaria de educação.	Internet. Site do instituto.
S.6	No próprio instituto.	Televisão. Outdoor.
S.7	Não posso responder porque eu não estudei lá*	NC*

*Não contemplado

As respostas de seis sujeitos da entrevista semiestruturada puderam ser agrupadas no eixo subtemático 1, que abrange a Comunicação interpessoal e a Comunicação Institucional. As respostas abrangem “amigos” ou “amigas” e visitas presenciais às instituições, seja o próprio instituto, sejam outras, como a citada por S.5, a Secretaria Estadual de Educação. Já no eixo 2, Mediação pelos canais de comunicação formais e não formais, encontramos respostas de quatro sujeitos referentes às redes sociais, sítios eletrônicos (páginas da internet) e veículos de comunicação de massa, a exemplo da resposta de S.2:

Meus amigos falam e pela televisão também quando passa o comercial a gente fica sabendo os cursos que estão abertos ou os que não estão abertos. A gente conhece assim, fica conhecendo assim. (S.2 em resposta à pergunta 4)

3.5.3. Percepção quanto aos serviços ofertados e às condições físicas de ensino

Para investigar esta temática, a pesquisa utilizou o primeiro item da pergunta 4 (quatro) da entrevista estruturada “Qual a opinião que você tem do IFAP sobre os seguintes pontos” e a seguinte pergunta da entrevista semiestruturada: “O que você acredita que o Instituto Federal pode e deve oferecer para a população local?”.

Para responder à pergunta “Qual a opinião que você tem do IFAP sobre os seguintes pontos”, os sujeitos opinaram sobre três diferentes assuntos, seguindo-se três itens identificados pelas letras “a”, “b” e “c”, com alternativas antagônicas entre si, além da opção de não emitir opinião a respeito.

A primeira opinião dos sujeitos foi quanto às condições físicas de ensino de qualidade, tendo na análise percentual, conforme o **gráfico 8**, o resultado positivo em 91% da amostra, contra 9% que disseram não ter opinião a respeito, enquanto nenhum afirmou que a instituição não tem as condições físicas de ensino de qualidade.

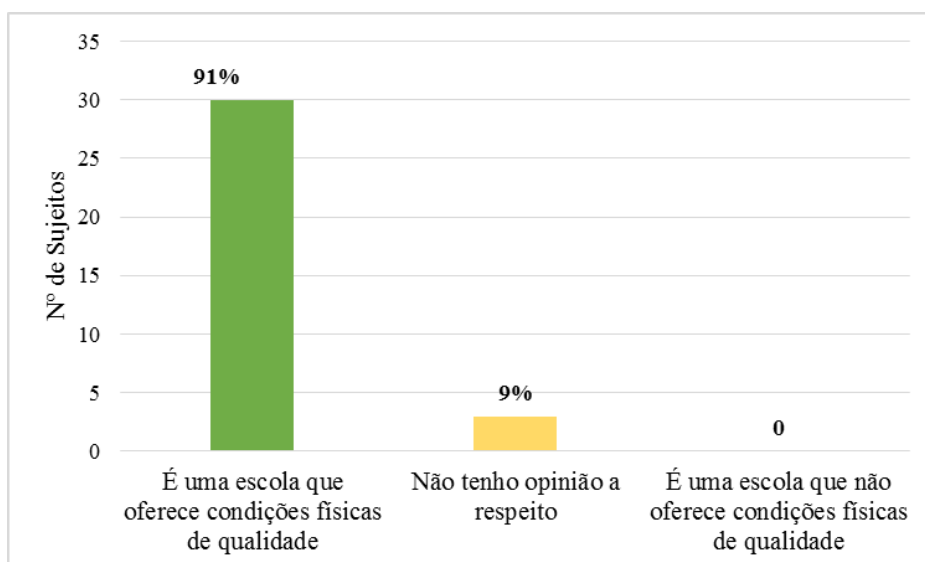


Gráfico 8 – Análise percentual das respostas em relação ao item “a” da pergunta 4 (quatro) da entrevista estruturada - Condições físicas de ensino

Fonte: A autora (Conceição, Suely, 2014)

A segunda pergunta da entrevista semiestruturada teve como objetivo buscar respostas mais específicas sobre o que os sujeitos acreditavam que o Instituto Federal pode e deve oferecer à população local e, com a análise dessas respostas, adentrar nas expectativas da comunidade. A pergunta permitiu que fossem mais diretos sobre o que pensavam ser a proposta do Instituto Federal e o que eles próprios esperavam ou desejavam da atuação da instituição, possibilitando correlacionar com a identidade do IFAP, o que inclui suas atribuições legais, finalidades e missão.

A oferta de educação independentemente do nível foi preponderante nas respostas, como pode ser visto de maneira bastante sintética e direta na resposta de S.7.

Pode oferecer eu acho que, pra mim, é um ensino de qualidade profissional. (S.7 em resposta à pergunta 2).

Em sua resposta, S.1 vai além da educação profissional e destaca a qualificação dos professores do Instituto Federal do Amapá.

É, o curso técnico já é o bastante né? Excelentes profissionais, inclusive têm um professor de lá que é ótimo também, já foi professor na faculdade. (S.1 em resposta à pergunta 2).

Mas enquanto seis sujeitos manifestaram sua opinião e seu desejo quanto à atuação do Instituto, sem fugir das finalidades próprias à instituição, S.4 deu o tom divergente, com uma proposta que, pelo menos, no momento, não está prevista legalmente no Instituto Federal.

Aqui no bairro eu só trabalho, mas eu creio que uma creche, um meio assim para ajudar, que as mães pudessem deixar pra elas poderem trabalhar. Seria muito bom (trecho da resposta de S.4 à pergunta 2).

Curioso notar que a resposta aponta uma possibilidade inexistente entre as nove finalidades do Instituto Federal elencadas no artigo 6º da Lei nº 11.892/2008 (DOU, 2008). Porém, no contexto geral da pesquisa, podemos constatar que não significa um desconhecimento por parte de S.4, como vimos na resposta anterior, quando disse “Sei que é um instituto federal que veio pro bairro, aqui próximo. Não está servindo pra mim, mas para muitas pessoas aqui no bairro que estudam está servindo muito”. Portanto, quando respondeu à pergunta 1 S.4 foi contundente em suas palavras para comprovar um certo domínio das informações sobre o assunto tratado, inclusive no domínio da nomenclatura da instituição (Instituto Federal) e de sua contribuição para o desenvolvimento econômico e social do estado do Amapá.

A proposta de “creche” não pode, contudo, ser descartada como “erro” visto que denota uma percepção, embora de apenas um sujeito, sobre o que é o Instituto Federal. Com essa resposta analisada a partir do método qualitativo do qual faz uso esta pesquisa, compreendemos que essa comunidade, ou pelo menos uma parte, pequena que seja, vê na instituição outras atribuições que não as originais, isto é, essa comunidade tem uma expectativa que vai além da sua identidade institucional.

O agrupamento das respostas dos sete sujeitos à pergunta 2 resultou nos seguintes eixos subtemáticos: “educação” e “ensino técnico”, conforme o **Quadro 7**. Somente a citada resposta de S.4 não se enquadrou em nenhum dos eixos.

Quadro 7 – Agrupamento das respostas dos sujeitos à pergunta dois (2)

Sujeito	Subeixo temático 1 <i>Educação</i>	Subeixo temático 2 <i>Ensino técnico</i>
S.1	Excelentes profissionais.	Curso técnico.
S.2	Ensino. Faculdade.	NC*

S.3	Coisas boas. Estudo.	NC*
S.4	Creche* (não se enquadra em nenhum dos eixos)	
S.5	Fazendo algo positivo no momento. Mas falta observar a realidade local e do estado. Oportunidade para os jovens.	NC*
S.6	Mais vagas.	NC*
S.7	NC*	Ensino profissional de qualidade.

*Não contemplado

No eixo subtemático 1 “Educação” estão as respostas de cinco sujeitos que não especificaram nível ou tipo de ensino em relação ao que esperam que o Instituto Federal ofereça à sociedade. Vejamos a resposta de S.2 que, em poucas palavras, resume a missão do Instituto, embora sem citar a categoria educação profissional.

Muito ensino, faculdade, um bom ensino, acho que é isso. (S.2 em resposta à pergunta 2)

Podemos verificar que o sujeito propõe o serviço “ensino”, contudo, não o ensino em si, mas o ensino em quantidade (“Muito ensino”) e em qualidade (“um bom ensino”). E ainda especifica o ensino superior (“faculdade”).

Já S.3 restringe a oferta do Instituto Federal a “coisas boas” e “estudo”, muito provavelmente, na avaliação da pesquisadora às próprias limitações de articulação verbal do próprio sujeito, sem, entretanto, demonstrar desconhecimento que se trata de uma escola.

Acho que deve oferecer umas coisas boas, um estudo, muitas coisas mais. (S.3 em resposta à pergunta 2)

Também foi sucinto o S.6, mas vai além de S.3, sugerindo o incremento da oferta, com “mais salas de aulas”, “mais oportunidade” e “vagas”.

Mais salas de aula para abranger, pra mais gente estudar lá, mais oportunidade, de vagas, muito mais. (S.6 em resposta à pergunta 2)

Nesta análise, destaca-se a resposta de S.5 pela sua abrangência ao falar da proposta do Instituto Federal, porém, com um teor crítico quanto à definição dos cursos ofertados. O sujeito questiona se haverá espaço no mercado local ao aluno egresso dos cursos técnicos, afirmando que o Amapá “não tem mercado de trabalho” para um dos cursos ofertados, no caso o de Mineração.

Na minha concepção o que eles estão fazendo no momento é positivo. Nada contra. Mas eu acredito muito que eles devem observar um pouco a realidade local e também do próprio estado. Porque o que a gente vê é que tem jovem saindo, por exemplo, agora, se formando em Mineração e o estado não tem mercado de trabalho

pra essa mão-de-obra especializada. Se esses jovens caso queiram colocar em prática os conhecimentos que eles adquiriram vão ter que sair do estado. Porque a gente sabe que o estado em si pode ser promissor a esta exploração, mas no momento não se tem empresas atuando que possam dar oportunidade para esses jovens.

No eixo subtemático “ensino técnico”, temos as respostas de S.1 e S.7, que mencionam esta temática de forma direta.

É, o curso técnico já é o bastante né? Excelentes profissionais, inclusive tem um professor de lá que é ótimo também, já foi professor na faculdade. (S.7 em resposta à pergunta 2)

Pode oferecer eu acho que, pra mim, é um ensino de qualidade profissional. (S.7 em resposta à pergunta 2)

Enquanto que S.1 parece já estar satisfeito com o serviço ofertado e ainda dá exemplo disso, S.7 vê tal oferta como algo a ser realizado no futuro. Porém, não resta dúvida que as duas respostas convergem para a expectativa de ensino técnico.

Diante de todas as respostas obtidas e relacionadas à temática “Percepção quanto aos serviços ofertados e às condições físicas de ensino”, podemos dizer que a expectativa da comunidade está contemplada na missão do Instituto Federal do Amapá, com exceção de um aspecto levantado por um sujeito, a oferta de creche.

3.5.4. Percepção quanto à qualificação dos professores

Para investigação desta temática, a pesquisa utilizou o item “b” do quarto questionamento da entrevista estruturada, onde os sujeitos foram convidados a emitir opinião sobre a qualificação dos professores e poderiam opinar se o Instituto Federal é uma escola pública com professores qualificados, sem professores qualificados ou se não tinham opinião a respeito. Desta vez, as três opções de resposta foram escolhidas, embora a opção negativa tenha tido somente uma escolha. A análise percentual demonstrada no **Gráfico 9** revelou que 85% dos sujeitos consideram que o Instituto Federal tem professores qualificados, 3% não e 12% não emitiram opinião.



Gráfico 9 – Análise percentual das respostas ao item “b” da pergunta 4 (quatro) da entrevista estruturada – Qualificação dos professores

Fonte: A autora (Conceição, Suely, 2014)

3.5.5. Percepção quanto ao acesso da população aos cursos ofertados

Considerando que entre os princípios do ensino do Instituto Federal definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional-PDI 2011-2014 (IFAP, 2011b) está em primeiro lugar a “Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”, esta investigação buscou saber a percepção dos sujeitos quanto ao acesso da população aos cursos ofertados pelo IFAP.

Esta temática foi tratada no item “c” da quarta pergunta da entrevista semiestruturada, que abordou a opinião dos sujeitos sobre o acesso aos cursos do Instituto Federal pela população conforme a faixa de renda, ou seja, se o acesso é para pessoas de todas as faixas de renda, somente para quem é da faixa de menor renda, somente para quem tem maior renda ou se não tinham opinião sobre o assunto. Conforme a análise percentual demonstrada no **Gráfico 10**, prevaleceu a opinião de que o Instituto Federal é uma escola para todas as faixas de renda, tendo uma minoria de 9% opinado que é uma escola para a população de menor renda.

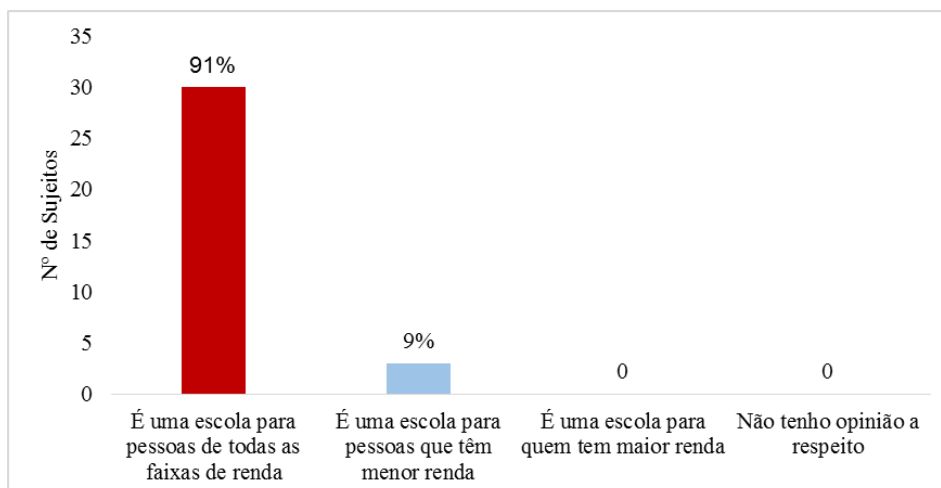


Gráfico 10 – Análise percentual das respostas ao item “c” da pergunta 4 (quatro) da entrevista estruturada – Acesso aos cursos conforme faixa de renda

Fonte: A autora (Conceição, Suely, 2014)

A temática também foi tratada na terceira pergunta da entrevista semiestruturada: “É fácil pessoas como você ou de outra origem social estudar no Instituto Federal?” O objetivo foi obter dos sujeitos a sua percepção sobre as possibilidades de ingresso aos cursos, o que é fundamental para o cumprimento das finalidades e dos objetivos da instituição, como vimos anteriormente. Interessante notar que apenas um sujeito responde negativamente à parte inicial da pergunta, ou seja, se é fácil estudar (no sentido de ingressar) no Instituto.

Acho que não é tão fácil assim não entrar pra estudar. Tem que fazer muitas coisas. Saber as coisas importantes pra poder entrar lá. Ir direto entrar não é fácil (S.3 em resposta à pergunta 3).

A resposta de S.3 diverge na parte inicial das demais respostas e concorda no restante, ou seja, da necessidade de um esforço nos estudos, para este sujeito traduzido em “Tem que fazer muitas coisas. Saber as coisas importantes pra poder entrar lá”.

Trata-se para fins de análise da mesma ideia da resposta de S.1, quando diz que “basta se ter os conhecimentos e estudar pra poder ingressar na instituição”, porém, este sujeito acrescenta uma característica do perfil institucional relevante, que é o fato de ser uma escola pública, que, no Brasil, tradicionalmente, é destinada aos estudantes oriundos de familiar com menor poder aquisitivo.

(...) porque é uma instituição pública, basta se ter os conhecimentos e estudar pra poder ingressar na instituição. (S.1 em resposta à pergunta 3).

As respostas convergiram para a ideia central de que a entrada como aluno no Instituto Federal do Amapá é fácil, mas depende do esforço pessoal de cada um, sem relação com a origem social, e é preciso fazer frente à concorrência devido à quantidade limitada de vagas, configurando-se em três eixos subtemáticos, conforme o **Quadro 8**.

Quadro 8 - Agrupamento das respostas dos sujeitos da pesquisa à pergunta 3 (três)

Sujeito	Eixo subtemático 1 <i>Fácil</i>	Eixo subtemático 2 <i>Esforço pessoal</i>	Eixo subtemático 3 <i>Concorrência</i>
S.1	Com certeza	Basta estudar.	Instituição pública. Conhecimentos.
S.2	É fácil se a gente quiser.	Querendo a gente consegue. Basta estudar.	NC*
S.3	NC*	Tem que fazer e saber muitas coisas.	NC*
S.4	É fácil.	Depende do esforço. Força de vontade de estudar.	NC*
S.5	Eu acredito que sim.	Tem oportunidade.	Pouco interesse dos professores.
S.6	Através do processo seletivo sim.	NC*	Muito concorrido. Poucas vagas.
S.7	Acho que é fácil.	NC*	NC*

* Não contemplado

No eixo subtemático 1, estão as respostas que têm em comum a opinião de facilidade no acesso aos cursos do Instituto Federal, sendo que apenas S.3 não se enquadraram, o que significa que, pela pesquisa qualitativa, pode-se inferir que o público de uma maneira geral considera o acesso fácil. Já a resposta de S.3 ficou agrupada exclusivamente no eixo subtemático 2, onde é destacado o esforço pessoal para ingresso na instituição. Nesse eixo subtemático, somente S.6 e S.7 não se enquadraram. Já o eixo subtemático 3 aponta a concorrência como fator de restrição no acesso, conforme resposta de três dos sete sujeitos entrevistados.

3.5.6. Percepção quanto à valorização do bairro

Os sujeitos foram indagados sobre a temática de valorização do bairro, ou seja, se o Instituto Federal trouxe alguma influência positiva para o bairro, não entrando em detalhes sobre que grau ou tipo de valorização ocorreu, podendo ser tanto no aspecto econômico de valorização dos imóveis, como da imagem do próprio bairro diante da população de Macapá. Não houve pergunta direta na entrevista semiestruturada sobre esta temática. A resposta à pergunta tinha apenas as opções “sim”, “não” e “não tenho opinião a respeito”, resultando na maioria de respostas afirmativas, com 97%, ilustrado no **Gráfico 11**.

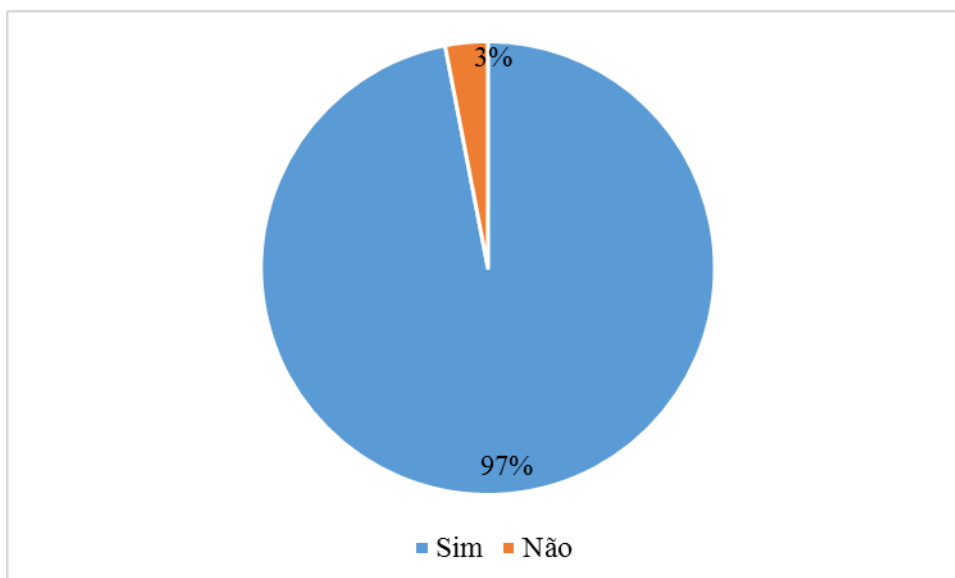


Gráfico 11 – Análise percentual das respostas à pergunta 5 da entrevista estruturada – Valorização do bairro

Fonte: A autora (Conceição, Suely, 2014)

3.5.7. Satisfação da comunidade

A sexta pergunta da entrevista estruturada foi sobre o reflexo positivo, de maneira geral, da implantação do Instituto Federal para a população do bairro, também sem entrar em detalhes. O objetivo foi obter a opinião dos sujeitos quanto à satisfação da comunidade do bairro diante da implantação do câmpus Macapá, sintetizada na seguinte pergunta: “O IFAP trouxe benefícios para a população do bairro?” A análise percentual, conforme o **Gráfico 12**, demonstra que nem todos estão satisfeitos, já que 9% dos entrevistados responderam negativamente, embora a grande maioria, ou seja, 88%, tenham respondido “sim”, enquanto 3% não emitiram opinião. Também não houve pergunta direta na entrevista semiestruturada sobre esta temática.

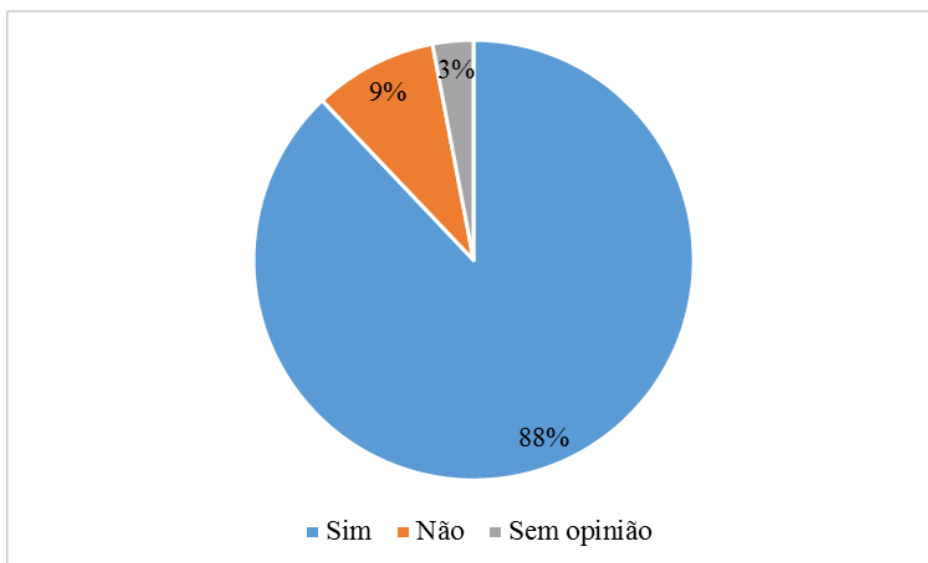


Gráfico 12 – Análise percentual das respostas à pergunta 6 (seis) da entrevista estruturada - Benefícios para a população do bairro

Fonte: A autora (Conceição, Suely, 2014)

3.5.8. Percepção quanto ao relacionamento com a comunidade

Na sétima pergunta da entrevista estruturada, a temática se voltou para o relacionamento do Instituto Federal com a comunidade do bairro, com o objetivo de identificar se, na opinião dos sujeitos, este relacionamento ocorre através de “parceria” ou de “conflito”, bem como se não existe nenhuma forma de contato. Ao realizar a análise percentual transcrita no **Gráfico 13**, verifica-se que para 91%, há parceria e para 3% não há relacionamento, não tendo nenhuma resposta quanto à ocorrência de conflito. Também esta temática não foi abordada na entrevista semiestruturada.

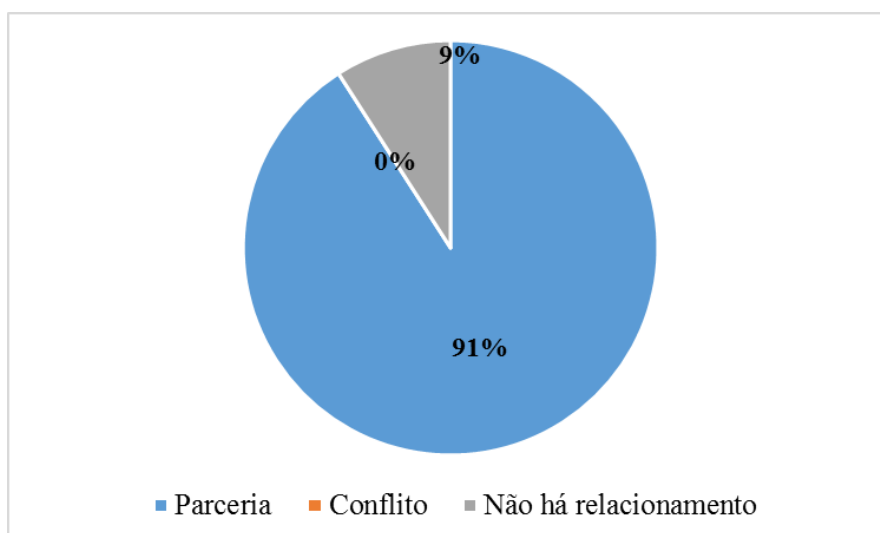


Gráfico 13 – Análise percentual das respostas à pergunta 7 (sete) da entrevista estruturada – Relacionamento do IFAP com a comunidade

Fonte: A autora (Conceição, Suely, 2014)

3.5.9. Percepção quanto aos valores atribuídos à instituição

Como vimos a identidade tanto pessoal quanto coletiva é construída pelas múltiplas relações de territorialidades que estabelecemos todos os dias e isso envolve, necessariamente, as obras materiais e imateriais que produzimos, como os valores. Diante disso, a oitava e última parte da entrevista estruturada partiu de uma única questão: “Qual dessas qualidades (ou valores) você atribui ao IFAP”. Com duas opções antagônicas como resposta e mais a alternativa de não emitir opinião, o objetivo foi captar dos sujeitos sua percepção sobre diferentes valores que poderiam ser atribuídos ao Instituto Federal.

3.5.9.1. Quanto à eficiência

O resultado visualizado no **Gráfico 14** demonstra que os sujeitos têm uma percepção positiva em relação à eficiência do Instituto Federal, não tendo nenhuma resposta para Ineficiência quando perguntados “Qual dessas qualidades (ou valores) você atribui ao IFAP”.

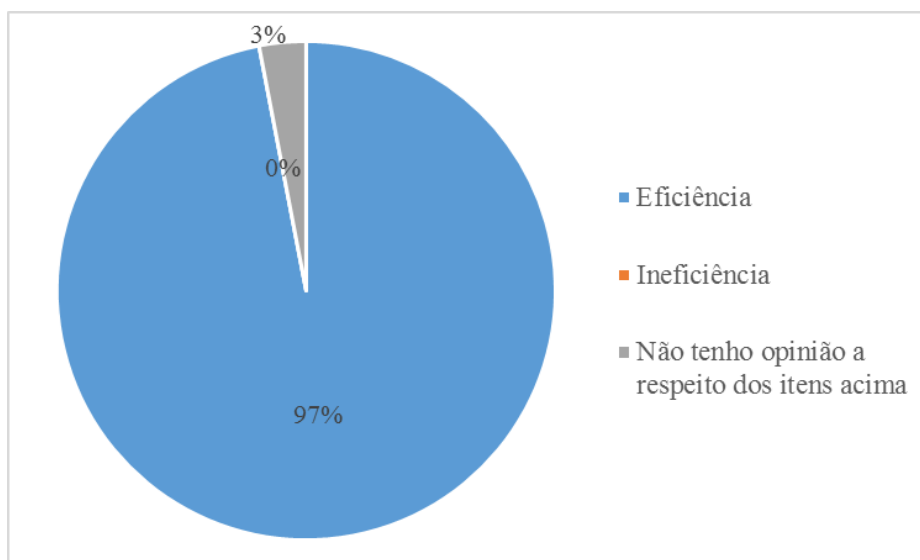


Gráfico 14 – Análise percentual das respostas ao item “a” da pergunta 8 (oito) da entrevista estruturada - Eficiência

Fonte: A autora (Conceição, Suely, 2014)

3.5.9.2. Quanto à qualidade

Como no item anterior, a maioria dos sujeitos atribuiu ao Instituto federal o valor de qualidade, mas desta vez houve um sujeito, correspondente a 3% da amostra, que respondeu negativamente, ou seja, “Falta de qualidade”, quando perguntado “Qual dessas qualidades (ou valores) você atribui ao IFAP”, conforme o **Gráfico 15**.

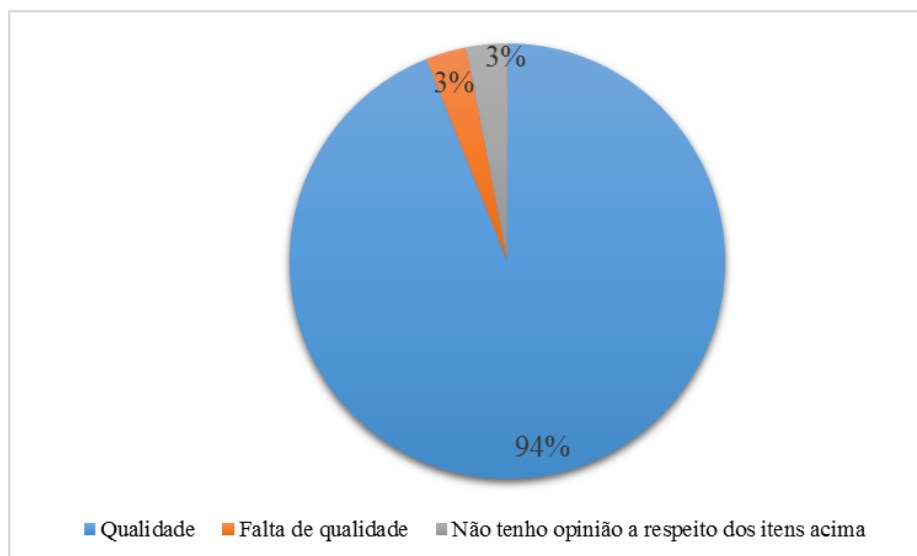


Gráfico 15 – Análise percentual das respostas ao item “b” da pergunta 8 (oito) da entrevista estruturada - Qualidade

Fonte: A autora (Conceição, Suely, 2014)

Na entrevista semiestruturada, os sujeitos também foram abordados quanto à percepção de qualidade na formação de profissionais pelo IFAP, através da seguinte pergunta: “Você acredita que o Instituto Federal possa formar profissionais competentes para o trabalho?” A quinta e última pergunta levou os sujeitos a expor de maneira direta o seu pensamento ou opinião quanto à atuação do Instituto Federal na formação de profissionais competentes para o trabalho. No agrupamento da resposta, que conforme a pergunta poderia ser afirmativa e negativa, pode-se constatar a totalidade de respostas afirmativas, completadas com conceitos como “excelência”, “competência” e “qualidade”.

S.1 atesta a capacidade do Instituto Federal em formar profissionais competentes em função da qualidade dos cursos ofertados e informa ser desejo próprio ingressar como aluno na instituição.

Com certeza, excelente curso, apesar de eu não conhecer, mas um dia eu pretendo ingressar na IFAP. (S.1 em resposta à pergunta 5)

S.5 ressalta que formar profissionais é o “objetivo do instituto” e acrescenta que o resultado da formação não depende somente da instituição de ensino, mas também do compromisso e esforço do aluno.

Eu acredito sim que o objetivo do instituto é esse, formar pessoas competentes na área em que elas fazem o curso, né? Mas também acredito que a questão da competência, do compromisso, da profissionalização, é algo muito que parte da pessoa, do compromisso, do caráter das pessoas. Então não é só jogar para o instituto. Porque o que faz o bom profissional, a competência, não é a instituição, só a instituição, é a pessoa também. Se a pessoa tiver compromisso, ela tem competência. Agora o que adianta a pessoa fazer um curso na melhor instituição do planeta se ela não é responsável, não tem compromisso: Não vale a pena. (S.5 em resposta à pergunta 5).

No agrupamento das respostas demonstrado no **quadro 9**, além da resposta imediata afirmativa, constatou-se dois eixos subtemáticos: “Qualidade dos cursos” e “Compromisso do aluno”:

Quadro 9 - Agrupamento das respostas dos sujeitos à pergunta cinco (5)

Sujeito	Eixo subtemático 1 <i>Qualidade dos cursos</i>	Eixo subtemático 2 <i>Compromisso do aluno</i>
S.1	Excelente curso.	NC*
S.2	NC*	NC*
S.3	Pessoal competente.	NC*
S.4	NC*	NC*
S.5	O objetivo do instituto é esse.	Se a pessoa tiver compromisso, ela tem competência.
S.6	Em excelência.	NC*
S.7	Ensino de qualidade.	NC*

* Não contemplado

No eixo subtemático 1, as respostas à pergunta “*Você acredita que o Instituto Federal possa formar profissionais competentes para o trabalho?*” tiveram como ponto central a opinião quanto à qualidade dos cursos ofertados pela instituição, enquanto no segundo eixo subtemático “Compromisso do aluno” foi considerado determinante o desempenho do estudante na formação. Dois sujeitos não tiveram respostas enquadradas em nenhum dos eixos subtemáticos.

Após responder positivamente se acreditavam que o Instituto Federal possa formar profissionais competentes para o trabalho, cinco dos sete sujeitos expressaram outros elementos qualitativos que consideram ser características do serviço prestado pela instituição.

Eu creio que sim, porque o ensino lá, como eu já vejo falar, o ensino é de qualidade, é profissionalizante e técnico. Eu creio que sim (S.7 em resposta à pergunta 5)

Para S.7, essa capacidade de formar profissionais competentes é resultado do ensino de qualidade e ainda salienta que esse ensino é o profissionalizante e o técnico. O sujeito, portanto, responde à pergunta demonstrando propriedade de conhecimento sobre a atuação do Instituto, muito embora tenha sido esse mesmo sujeito que na pergunta anterior admitiu não conhecer quais os cursos ofertados.

3.5.9.3. Respeito, confiança e honestidade

Quando indagados sobre os valores “respeito”, “confiança” e “honestidade”, relativos aos itens “c”, “d” e “f” da questão oito da entrevista estruturada, os sujeitos foram unânimes na resposta afirmativa, não tendo tido nenhuma resposta negativa quando perguntados “Qual dessas qualidades (ou valores) você atribui ao IFAP”. Nos três casos, houve, contudo, um sujeito, correspondente a 3% da amostra, que não tinha opinião relativa ao assunto. A análise percentual dos três itens está representada no **Gráfico 16**.

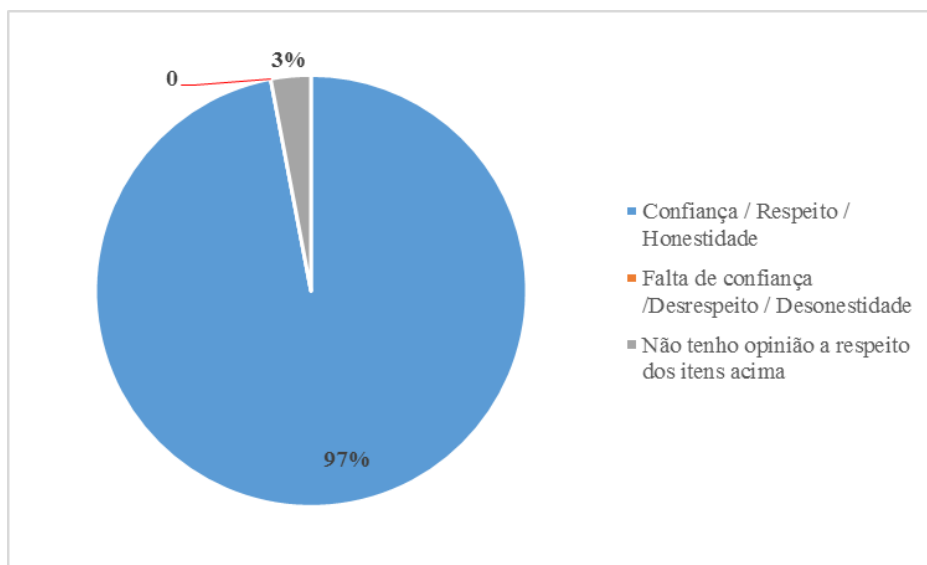
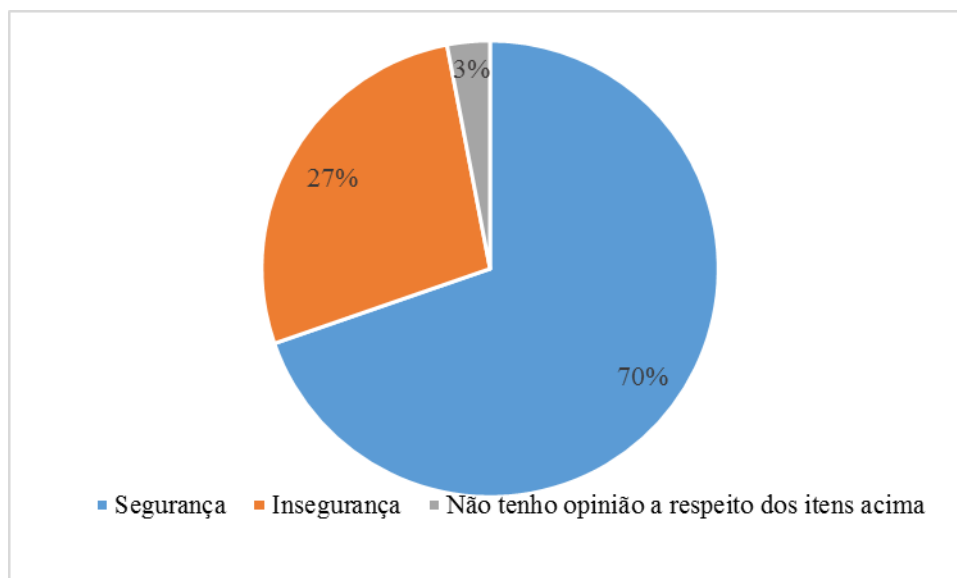


Gráfico 16 – Análise percentual das respostas aos itens “c”, “d” e “f” da pergunta 8 (oito) da entrevista estruturada – Respeito, Confiança e Honestidade

Fonte: A autora (Conceição, Suely, 2014)

3.5.9.4. Quanto à segurança

Finalmente, os entrevistados responderam afirmativamente ou negativamente quanto à temática da segurança enquanto atributo do Instituto Federal do Amapá, tendo a análise percentual representada no **Gráfico 17** um resultado peculiar em relação aos itens anteriores. Enquanto anteriormente, a resposta afirmativa quanto a qualidades e valores chegava perto do percentual absoluto, neste item da segurança houve um percentual significativo de respostas negativas, ou seja, “Insegurança”, com 27%, para a pergunta “Qual dessas qualidades (ou valores) você atribui ao IFAP”.



**Gráfico 17 – Análise percentual das respostas ao item “e” da pergunta 8 (oito) da entrevista estruturada -
Segurança**

Fonte: A autora (CONCEIÇÃO, Suely, 2014)

Cabe ressaltar que na percepção dessa temática os sujeitos que escolheram a opção insegurança, ou seja 27%, provavelmente estivessem sofrendo influência de fatores externos ao Instituto Federal do Amapá, referindo-se aos dados relativos à violência urbana de Macapá-AP e mais especificamente, do bairro Brasil Novo. Porém, esta suspeita foge aos objetivos desta pesquisa e, portanto, não foi alvo de investigação.

Finalizada a descrição crítica das respostas dos entrevistados a cada uma das perguntas que constituíram as entrevistas estruturadas e semiestruturadas, temos diversas características do Instituto Federal do Amapá na percepção da comunidade estudada, qual seja a do entorno do câmpus Macapá, correspondendo ao que Minayo (1996, apud Boni e Quaresma, 2005) afirma ao descrever que as “pesquisas qualitativas na Sociologia trabalham com: significados, motivações, valores e crenças e estes não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas, pois que, respondem a noções muito particulares. Entretanto, os dados quantitativos e os qualitativos acabam se complementando dentro de uma pesquisa”.

Podemos analisar, a partir desse manancial de frases, carregadas de ideias e sensações do sujeitos que esta comunidade percebe o Instituto Federal do Amapá como o que está declarado em sua missão institucional, ou seja, “oferecer de forma gratuita ensino, pesquisa e extensão no âmbito da educação profissional superior e pós-graduação preparando pessoas para o trabalho e para o exercício da cidadania” (IFAP, 2011, p.9). Isto pode ser apreendido porque, na maioria dos temas abordados e que tinham por escopo caracterizar a imagem da instituição policial, os pesquisados concordaram com a assertiva que apresentava atributo positivo à instituição, sobre o que podemos aferir a apropriação do território, no caso o bairro Brasil Novo, pelo Instituto Federal do Amapá aos olhos de sua comunidade, ou seja, no sentido proposto por Henri Lefebvre (apud Haesbaert, 2004), como marcas do “vivido”, do valor de uso.

Vale ressaltar que os resultados desta pesquisa foram positivos em relação à percepção da imagem do Instituto Federal do Amapá Câmpus Macapá pelos sujeitos do seu território, uma vez que na maioria das respostas os valores percentuais foram superiores a 90%. No entanto, quando se trata de segurança este indicador foi mais baixo (70%), porém, é possível que os sujeitos tenham correlacionado o item “Segurança” com fatores relativos à localização do câmpus Macapá e não à segurança quanto à qualidade de ensino. Esta percepção positiva reforça a responsabilidade social da instituição, que tem por desafio garantir a qualidade de seus serviços esperada pela sociedade.

Os resultados refletem o processo de identificação territorial estabelecido mediante as relações entre o IFAP e a comunidade local, mesmo que não necessariamente pela funcionalidade, que nesse caso poderia ser a matrícula dos sujeitos ou de seus familiares nos cursos ofertados. Tais relações, de acordo com Mariani e Arruda (2010), são chamadas de territorialidades, que conferem existência aos territórios, seja material ou imaterialmente falando. Também corroboram com o que o professor Eliezer Pacheco (PACHECO, 2009) chama de “intervenção” dos Institutos Federais, através de “estrutura multicampi e uma territorialidade definida” e que “assumem um compromisso de intervenção em suas respectivas regiões, identificando problemas e criando soluções tecnológicas para o desenvolvimento sustentável, com inclusão social”.

Porém, a identidade ainda não está plenamente definida nem mesmo para os próprios Instituto Federais, como avaliou Otranto (OTRANTO, 2012, p.222), “uma vez que os Institutos Federais ainda não consolidaram uma identidade própria. São instituições grandes demais, que se propõem a oferecer ensino em todos os níveis e modalidades, que precisam apresentar resultados numéricos e, no momento, estão preocupadas principalmente com esses números, pois serão avaliadas segundo os critérios de avaliação das universidades federais. Estão, portanto, em crise de identidade, assim como seus diferentes campi”.

Contudo, a pesquisa demonstrou que a comunidade já expressa algumas características que fornecem subsídios para a construção da imagem institucional do IFAP, como pudemos ver nos resultados das entrevistas, dos quais citamos as seguintes: condições físicas de ensino de qualidade, escola pública com professores qualificados, escola para pessoas de todas as faixas de renda, eficiente e de qualidade, além de transmitir respeito, confiança e honestidade.

Como a imagem institucional “representa a visão externa da instituição, uma tradução no imaginário das pessoas daquilo que é a própria instituição”, conforme Farias (2006), compreendemos que essa percepção investigada na presente pesquisa foi influenciada pelas experiências próprias dos entrevistados, dado que não seria diferente visto que os estudos sobre a percepção na comunicação apontam que a mensagem de um processo de comunicação, como o que se dá de maneira formal e informal entre o IFAP e a comunidade, é ressignificada pelos receptores, sendo o receptor não apenas um decodificador das mensagens propostas pelo emissor mas também um produto de sentidos Boaventura (2009).

Finalmente, torna-se preponderante ressaltar que a imagem do Instituto Federal do Amapá caracterizada nesta investigação retrata a percepção do universo de sujeitos do bairro Brasil Novo, cuja população é jovem. Esses sujeitos foram caracterizados como um público potencial para se qualificar no IFAP, pertencendo a uma faixa etária predominante de 10 a 14 anos, idade essa que compreende a formação básica nos diferentes cursos ofertados pela

instituição e ainda possibilita a sua permanência para a conquista do ensino superior.

Esta é a imagem da instituição que esses sujeitos esperam ou sonham. Também é uma imagem que reflete a este momento histórico, ou seja, o período estudado de 2012 a 2014. Portanto, esta imagem será, inevitavelmente, afetada pelo dinamismo temporal.

CONCLUSÕES

Este estudo lançou a pesquisadora diante de um desafio que impunha uma reflexão de sua própria atuação funcional como servidora no cargo de jornalista e na função de assessora de Comunicação do Instituto Federal do Amapá. Afinal, as atribuições do setor de comunicação se desenvolvem em direção à busca de uma imagem institucional compatível à missão da instituição, compreendendo que esta construção simbólica envolve não só as estratégias planejadas, mas também o fazer diário do ensino, da pesquisa, da extensão, as falas dos atores envolvidos nesse processo tanto formal, mas, principalmente, informal de comunicação que se dá dentro, para fora e de dentro para fora da escola.

O primeiro passo para superar o desafio foi compreender a importância da implantação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica e como se configura a partir da primeira década deste século XXI. Após o breve histórico sobre a educação no Brasil com foco nas origens do ensino profissional, chegou as etapas de implantação do Instituto Federal do Amapá, desde a sua criação, até o efetivo desenvolvimento de suas atividades.

Mas era preciso ir atrás de conceituações teóricas que envolvem a percepção da imagem institucional. Nesse caminho a pesquisadora se deparou com as questões de território. Estava claro que o estar li, no bairro Brasil Novo, colocava o Instituto Federal do Amapá como um agente de apropriação de um espaço antes já ocupado por outras territorialidades.

Se o assunto era imagem - reflexo no espelho, ou sombra, como preferem alguns autores estudados aqui -, tornou-se fundamental conhecer o que está sendo refletivo. Daí houve a necessidade de discussão em torno da identidade institucional do Instituto Federal do Amapá, bem como do que é si essa identidade. A investigação tomou como princípio a imagem como um signo, ou seja, um componente cheio de significados e que ao ser decifrado provoca novos sentidos.

Ainda para embasar a realização da pesquisa e alcançar os objetivos esperados, foram apresentadas as estratégias de comunicação adotadas na instituição, visto que, certamente, e como podemos comprovar nos resultados da pesquisa, estas têm influência sobre a percepção da imagem.

Utilizando a metodologia considerada mais adequada, foi possível, portanto, realizar as propostas desta pesquisa. Foi feito o levantamento socioeconômico da comunidade do território que compõe o câmpus Macapá e, através das entrevistas, identificadas as características do Instituto Federal do Amapá na percepção daqueles moradores do entorno do câmpus Macapá, sendo estas características analisadas em correlação com a missão do Instituto Federal. E, finalmente, o estudo caracterizou a imagem que a comunidade local tem a respeito da imagem institucional do Instituto Federal do Amapá.

A pesquisa ocorreu pouco mais de dois anos da presença do IFAP em atividade no bairro Brasil Novo, sem contar os momentos da construção, iniciada em 2009, quando as obras mudaram a paisagem do KM 3 da rodovia 210. Outras e novas territorialidades já se fazem acontecer, a exemplo do conjunto habitacional Macapaba - um projeto de moradia

popular na rodovia BR-210, exatamente ao lado do câmpus Macapá e onde já moram até o momento que se finaliza esta dissertação (agosto/2014) mais de 2.100 famílias. Quando plenamente construído, o conjunto dará moradia a mais de cinco mil famílias, ampliando ainda mais a dimensão da comunidade em torno do Instituto Federal do Amapá.

O sentimento da comunidade em relação ao IFAP ainda é novo e muitas vezes frágil. Somente alguns sujeitos entrevistados, conforme declararam, já haviam estado pessoalmente no espaço físico ou se beneficiado dos serviços de educação ofertados. Assim ficou claro, para a pesquisadora, a vontade e o esforço empreendido pela comunidade para interagir com a instituição.

As entrevistas contribuíram para construção da imagem institucional do IFAP quando em contato direto com os sujeitos a pesquisadora pode coletar suas percepções, através de suas respostas às perguntas preelaboradas. Esta imagem institucional construída na pesquisa retratou uma época. Sabe-se que em outra época as respostas às mesmas perguntas serão outras. Ainda que não tenham se tornado material de análise desta pesquisa, outras percepções foram possíveis no desenvolvimento do trabalho, especialmente nas entrevistas. Em seus olhares, gestos, tons de voz, os sujeitos expressaram muito mais que palavras.

Por tudo isso, entende-se que esta pesquisa poderá servir como uma provocação capaz de suscitar nos servidores, especialmente, aos que recaem atribuições de gestão, do Instituto Federal do Amapá, uma reflexão a respeito da atuação institucional, tanto no âmbito do ensino, da pesquisa e da extensão, como nas estratégias de comunicação e relacionamento com a comunidade do entorno.

Nas respostas dos sujeitos da pesquisa, já podemos encontramos algumas indicações de futuras ações de cunho institucional, como a oferta de creche para a comunidade, serviço que hoje não é previsto nas ações do Instituto Federal do Amapá, mas que, através de políticas educacionais e sociais próprias, poderia ter sua viabilidade estudada, assim como outros programas e iniciativas que podem e devem ser pensadas a fim de atender as expectativas da comunidade onde o câmpus Macapá e outras unidades do Instituto Federal do Amapá estão inseridas.

Espera-se, portanto, que as respostas obtidas nesta pesquisa sirvam de inspiração para que, enquanto escola, jamais o Instituto Federal do Amapá feche as portas para o conhecimento, não só aquele compartimentado nas estantes das bibliotecas ou acessado no mundo virtual, mas ao que está ali do lado, o conhecimento que vem do homem comum, mesmo que pouco seja percebido por quem está dentro dos muros escolares.

REFERÊNCIAS

ALBERT, S.; WHETTEN, D. A. **Organizational identity: Research in Organizational Behavior**, London, v.7, p.263-295, 1985.

BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12ª Edição. HUCITEC – 2006.

BOAVENTURA, Katrine Tokaerskti. **Recepção e Estudos Culturais: uma relação pouco discutida**. Dissertação. 178 p. Brasília-DF. UnB. 2009

BRASIL, **Constituição dos Estados Unidos do Brasil** (de 18 de setembro de 1946). 1946. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm. Acesso em: 11 de agosto de 2014.

BONI, V. e QUARESMA, S. J. **Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais**. Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC. Vol. 2 nº 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68-80. Disponível em: <https://www.emtese.ufsc.br> . Acesso em: 23 de julho de 2014.

CARRIERI, A. de P. PIMENTEL, T. D. **A espacialidade na construção da identidade**. CADERNOS EBAPE. BR, v. 9, nº 1, artigo 1, Rio de Janeiro, Mar. 2011 p. 18-21

CUNHA, L. A. **O ensino de ofícios artesanais e manufatureiros no Brasil escravocrata**. São Paulo: Editora UNESP, Brasília, DF: Flacso, 2000.

DUARTE, R. **Pesquisa qualitativa: reflexões sobre o trabalho de campo**. Cadernos de Pesquisa, n. 115, pág 139-1540, mar. 2002.

_____. **Entrevistas em pesquisas qualitativas**. Educar, Curitiba, n. 24, p. 213-225, Editora UFPR, 2004.

ECO, Umberto. **Tratado Geral de Semiótica**. 4ª reimpressão, São Paulo, Editora: Perspectiva. 2012.

ELSBACH, K. D. **Managing organizational legitimacy in the California cattle industry: the construction and effectiveness of verbal accounts**. *Administrative Science Quarterly*, v. 39, p. 57-88, 1994.

ESCOSTEGUY, A. C; JACKS, N. **Comunicação e Recepção**. São Paulo: Hacker Editores, 2005.

FARIAS, L. A. B. de. **Comunicação organizacional: identidade e imagem corporativas fortalecendo marca e produto**. 2006. Disponível em: <https://www.comunicacaoempresarial.com.br/artigoluizalbertocomunicaorganizacional.htm>. Acesso em: 25 de outubro 2013.

FREITAS, M.D; MACHADO, M.C.R; PASSOS, G.P.R. **Análise da nova institucionalidade:**

o caso do Instituto Federal de Sergipe - IFS sob a ótica dos seus servidores. Anais do IV Encontro de Administração Política. Vitória da Conquista (BA). Junho, 2013. <http://www.uesb.br/eventos/encontroadministracaopolitica/artigos/EAP012.pdf>. Acesso em: 9 de agosto de 2014.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 4. ed. Tradução Rosisca Darcy de Oliveira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. **Pedagogia do oprimido.** 27 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FUCK, E. L. **A Imagem da polícia civil em Blumenau.** Monografia. São José – Santa Catarina Novembro/2006

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HAESBAERT, R. **Des-territorialização e identidade: A rede “gaúcha” no nordeste.** RJ: EDUFF. 1997.

_____. **Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade .** Porto Alegre, 2004 . Revista Eletrônica de Ciências Sociais Aplicadas e outras coisas. n° 2 (4), vol. 1 Disponível em <http://www.uff.br/etc>. Acesso em: 5 de novembro de 2013.

_____. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

_____. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, São Paulo, 2005. Anais. São Paulo: USP, 2005

IBGE. **Censo 2010.** Resultados da amostra. Disponível em <http://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em 31 de janeiro de 2014.

_____. **Estimativas da População IBGE 2013.** Disponível em <http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=311860&idtema=119&search=minas-gerais|contagem|estimativa-da-populacao-2013>. Acesso em: 12 de junho de 2014

IFAP. **Site institucional. Audiências Públicas definem primeiros cursos do IFAP.** 2008. Disponível em: http://www.IFAP.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=205%3Aaudiencias-publicas-definem-primeiros-cursos-do-IFAP&catid=1%3Aultimas&Itemid=1. Acesso em: 4 de agosto de 2013.

_____. **Ofício nº 198/2010/GR/IFAP. 2010a.**

_____. **Ofício nº 248/2010/GR/IFAP. 2010b.**

_____. **Site institucional. Câmpus Macapá inicia aulas no dia 12 com semana de boas vindas aos alunos. 2012.** Disponível em http://www.IFAP.edu.br/index.php?option=com_content&view=article&id=574%3Aaulas-no-campus-macapa-comecam-no-dia-12-com-semana-de-boas-vindas-aos-alunos&catid=1%3Aultimas&Itemid=1. Acesso em 24 de novembro de 2013.

_____ Regimento Geral do Instituto Federal do Amapá. 2012 a

_____ Relatório de Gestão 2013. 2013

_____ Resolução nº 18/2011. 2011

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. de A. **Técnicas de pesquisa:** planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dado. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Fundamentos de metodologia científica.** 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. **Metodologia científica.** 4. ed. São Paulo: Atlas, 2004.

MARIANI, M. A. P; ARRUDA, D. DE O. Desenvolvimento Rural, Territorial e regional - **Território, Territorialidade e Desenvolvimento local: um estudo de caso dos empreendimentos econômicos solidários de Corumbá/MS.** Campo Grande-MS, 2010, 48º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural UFMS, CAMPO GRANDE - MS – BRASIL. 2010.

MARTÍN-BARBERO, J. **Dos Meios às mediações:** comunicação, cultura e hegemonia. Tradução Ronald Polito e Sérgio Alcides. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

MINAYO, M. C.de S. (org). **Pesquisa Social:** Teoria, Método e Criatividade. 6ª Edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1996.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA - MEC. **Educação Profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico.** Brasília. 2000. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 15 de julho de 2013.

_____. **Aviso de Chamamento Público MEC/SETEC Nº 2, de 13 de dezembro de 2007.** Chamada Pública de Propostas para constituição dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFET. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Seção 3, p. 38, 13 dez. Acesso em: 15 de julho de 2013.

_____. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica.** 2009a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf. Acesso em: 15 de julho de 2013.

_____. **Manual de Uso da Marca,** 2009b.

_____. **Dilma anuncia criação de universidades e unidades de institutos federais.** 2011. Artigo publicado na seção Notícias no Portal do MEC. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=16972:dilma-anuncia-criacao-de-universidades-e-unidades-de-institutos-federais&catid=212&Itemid=86. Acessado em 1º de setembro de 2014.

MOREIRA, S. V. **Análise documental como método e técnica.** In: DUARTE, J.; BARROS, A. (orgs). Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação. Ed. Atlas. São Paulo. 2005.

NASSAR, P; FIGUEIREDO, R. **O que é comunicação empresarial.** São Paulo: Brasiliense,

2004.

NEVES, R de C. **Comunicação empresarial integrada: como gerenciar: imagem, questões públicas, comunicação simbólica, crises empresariais.** Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

NOGUEIRA, E.E.S.; Silva. C.L.M. **Identidade Organizacional: um Caso de Manutenção, outro de Mudança.** RAC, Rio de Janeiro: ANPAD, Edição Especial 2001. P. 35-58. 2001

OTRANTO, C. R. **Reforma da Educação Profissional no Brasil: marcos regulatórios e desafios.** Revista Educação em Questão, Natal, v. 42, n. 28, p. 199-226, jan./abr. 2012

_____. **A política de educação profissional do Governo Lula: novos caminhos da educação superior.** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 34., 2011, Natal. Anais eletrônicos. Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 2011. Disponível em: <<http://34reuniao.anped.org.br/images/trabalhos/GT11/GT11-315%20int.pdf>>. Acesso em: 31 de julho de 2014.

_____. **Criação e Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – IFETs.** Revista Retta, Seropédica, Rio de Janeiro, v. 1, n. 01, p. 89-108, jan./jun. 2010.

PACHECO, E. **Os Institutos Federais: Uma Revolução na Educação Profissional e Tecnológicas.** Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=14428. 2009. Acesso em: 13 de maio de 2013.

PORTUGAL, Daniel B; ROCHA, Rose de Melo. **Como caçar (e ser caçado por) imagens: Entrevista com W. J. T. Mitchell.** Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação - E-compós, Brasília, v.12, n.1, jan./abr. 2009. P. 1 a 17.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas.** São Paulo: Atlas, 1989.

SAQUET, M. A.; BRISKIEVICZ, M. **Territorialidade e Identidade: um patrimônio no desenvolvimento territorial,** Caderno Prudentino de Geografia. Vitória da Conquista-Bahia, nº 31, vol.1, 2009.

SOARES, A. M. D. **Política educacional e configurações dos currículos de formação de técnicos em agropecuária, nos anos 90: regulação ou emancipação?.** Tese de Doutorado. 252p. Seropédica. UFRRJ. 2003

TORQUATO, G. **Tratado de comunicação organizacional e política.** São Paulo: Pioneira, 2002.

_____. **Cultura, poder, comunicação e imagem: fundamentos da nova empresa.** São Paulo: Pioneira, 1991.

_____. **Comunicação empresarial, comunicação institucional: conceitos, estratégias, sistema, estrutura, planejamentos e técnica.** São Paulo: Summus, 1986.

ANEXOS

- A - Ofício nº 198/2010/GR/IFAP
- B - Ofício nº 248/2010/GR/IFAP
- C - Formulário socioeconômico
- D – Formulário da entrevista estruturada
- E – Roteiro da entrevista semiestruturada
- F - Termo de Consentimento Livre Esclarecido
- G – Planilha com respostas (entrevista semiestruturada) de um dos sujeitos da pesquisa

Anexo A



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP



OFÍCIO Nº 198/2010/GR/IFAP

Macapá-AP, 07 de julho de 2010.

A Sua Excelência, o Senhor:
DORIEDSON MARQUES COSTA
Secretário de Estado da Educação
Av:FAB, Nº 096 - Centro
68.900-073 - Macapá-AP

Assunto: Cessão de espaço físico

Senhor Secretário,

Em visita a Escola Estadual Tempo Integral Professor Darcy Ribeiro localizada no bairro Novo Horizonte II Zona norte da cidade, verificamos que a mesma atende as necessidades deste Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - IFAP, na implantação dos cursos técnicos subsequentes de informática e Edificações programada para ocorrer ainda neste semestre.

Face o entendimento, anteriormente firmado entre a Direção da Escola e o Instituto Federal, solicitamos os bons préstimos de Vossa Excelência no sentido de viabilizar esta parceria, com a cessão de quatro salas de aula, laboratório de informática e auditório por um período de 7 (sete) meses a serem utilizados no turno noturno, ressaltando que o IFAP se responsabilizará pela preservação do patrimônio.

Certos de que seremos mercedores de vossa valiosa atenção, agradecemos antecipadamente.

Atenciosamente,

26 07 2010
10:12
MARCUS

EMANUEL ALVES DE MOURA
Reitor Pro Tempore IFAP
Portaria MEC 21/2009

Anexo B



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ - IFAP

OFÍCIO Nº 248/2010/GR/IFAP

Macapá-AP, 17 de agosto de 2010.

Ao Senhor:

Prof. Dr. JOSE CARLOS TAVARES CARVALHO

Magnífico Reitor da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP

Rodovia Juscelino Kubitschek, Km 02, Jardim Marco Zero - Macapá-AP

CEP 68.902-280

Assunto: Cessão do Espaço Físico do Campus Sul - Laranjal do Jari

Magnífico Reitor,


Em atenção à contrapartida sugerida pelo Departamento de Interiorização da UNIFAP, encaminhamos proposta para apreciação desse Colegiado referente à cessão do Imóvel da UNIFAP, Campus Sul - Laranjal do Jari, com seu mobiliário, no período de agosto a dezembro de 2010. O espaço físico (duas salas de aula e um laboratório de informática) será utilizado para o atendimento de duzentos estudantes dos cursos Técnicos em Informática, Secretariado Executivo e Secretariado Escolar. O início das aulas está previsto para 8 de setembro de 2010. Sendo assim, como contrapartida, o IFAP assume os seguintes compromissos perante a UNIFAP:

1. Gradeamento das janelas e portas do laboratório de informática e dos laboratórios de pesquisa convênio-Finep/Unifap;
2. Adequação da rede lógica e elétrica do laboratório de informática e ampliação da capacidade de atendimento para 40 (quarenta) estudantes;
3. Dedetização e limpeza geral do bloco de salas de aulas;
4. Contratação de serviço de vigilância (24 horas) para guarda do bloco de salas de aulas;
5. Contratação de dois servidores para limpeza e manutenção do bloco de salas de aula; e
6. Pagamento das despesas de energia, água e telefone do prédio.

Enfatizamos ainda que, para firmar esse compromisso, sugerimos a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica entre o IFAP e a UNIFAP.

Cônscoios de que seremos mercedores de vossa valiosa atenção, reiteramos a Vossa Magnificência elevados protestos de estima e consideração.

Atenciosamente,


Prof. Dr. HARIM REVOREDO DE MACEDO

Reitor em Exercício

ANEXO C – Formulário socioeconômico



Formulário socioeconômico

A seguir você preencherá um formulário socioeconômico que tem como objetivo traçar o perfil dos entrevistados desta pesquisa, com a garantia de anonimato dos entrevistados.

1. Sexo:

- Masculino
 Feminino

2. Idade: _____ Anos completos.

3. Estado Civil:

- Solteiro(a) Casado(a) Separado(a) / Divorciado(a) Viúvo(a)
 Vivo com companheira Vivo com companheiro

4. Naturalidade:

- Brasileiro(a) Estrangeiro(a) naturalizado(a) Qual país? _____

5. Estado de origem: _____ e **Município de origem:** _____

6. Em seu município de origem você morava na região:

- Urbana (cidade) Rural (fazenda, sítio, chácara, aldeia, vila agrícola, etc.)

7. Com quem você mora? (múltipla escolha)

- Pais Cônjuge Companheiro (a) Filhos Sogros Parentes
 Amigos Empregados domésticos Outros (ou) Sozinho (a)

8. Quantos filhos nascidos vivos você tem ou teve no total?

- Nenhum Um Dois Três Quatro Cinco
 Mais. Quantos ao todo? _____ Não sei

9. Atualmente você:

- Apenas estuda
 Trabalha e estuda
 Apenas trabalha
 Está desempregado (a)
 Está de licença ou incapacitado de estudar / trabalhar Está aposentado (a)
 Não trabalha nem estuda

10. Qual é o seu trabalho ou ocupação principal? _____

11. No seu trabalho principal, você é:

- Empregado assalariado (exceto empregado doméstico) Empregado doméstico mensalista ou diarista
 Empregado que ganha por produção (comissão) Estagiário remunerado Bolsista
 Trabalha por conta própria, é autônomo É dono de negócio, empregador
 Trabalha em negócio familiar sem remuneração Presta serviço militar obrigatório, assistencial ou religioso com alguma remuneração.
 Não trabalho.

12. Qual é a sua renda familiar mensal?

- Menos de um salário mínimo (até R\$ 679,99)
 De um a dois salários mínimos (entre R\$ 678 e R\$ 1.356)
 Mais de dois a cinco salários mínimos (entre R\$ 1.356,01 e R\$ 3.390)
 Mais de cinco a dez salários mínimos (entre R\$ 3.390,01 e R\$ 6.780)
 Mais de dez salários mínimos (a partir de R\$ 6.780,01)
 Prefiro não declarar

13. Qual o seu grau máximo de escolaridade?

- Ensino fundamental incompleto
- Ensino fundamental completo
- Ensino médio incompleto
- Ensino médio completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior completo
- Especialização
- Pós-Graduado

ANEXO D- Formulário da entrevista estruturada



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA A PERCEPÇÃO DA IMAGEM DO INSTITUTO FEDERAL DO AMAPÁ PELA COMUNIDADE DO ENTORNO DO CÂMPUS MACAPÁ

FORMULÁRIO DE PESQUISA

1. Você conhece o Instituto Federal do Amapá ?

- () Sim
() Não

2. Já visitou o câmpus do IFAP no bairro?

- () Sim
() Não

3. Estuda ou tem algum familiar e/ou conhecido estudando no IFAP?

- () Sim
() Não

4. Qual a opinião que você tem do IFAP sobre os seguintes pontos:

a.

- () É uma escola que **oferece** condições físicas de ensino de qualidade
() É uma escola que **não oferece** condições físicas de ensino de qualidade
() Não tenho opinião a respeito

b.

- () É uma escola pública **com professores** qualificados
() É uma escola pública **sem professores** qualificados
() Não tenho opinião a respeito

c.

- () É uma escola para pessoas de **todas** as faixas de renda
() É uma escola para os que têm **menor renda**
() É uma escola para os que têm **maior renda**
() Não tenho opinião a respeito.

5.O IFAP valorizou o bairro?

- () Sim
() Não
() Não tenho opinião a respeito

6.O IFAP trouxe benefícios para a população do bairro?

- () Sim
() Não
() Não tenho opinião a respeito

7. O IFAP e a comunidade do bairro Brasil Novo tem que tipo de relacionamento?

- () Parceria
- () Conflito
- () Não há relacionamento

8. Qual dessas qualidades (ou valores) você atribui ao IFAP:

a.

- () Eficiência
- () Ineficiência

b.

- () Qualidade
- () Falta de qualidade

c.

- () Respeito
- () Desrespeito

d.

- () Confiança
- () Falta de confiança

e.

- () Segurança
- () Insegurança

f.

- () Honestidade
- () Desonestidade

g.

- () Não tenho opinião a respeito dos itens acima

E – Roteiro da entrevista semiestruturada

- a) Como o Instituto Federal do Amapá influencia na sua vida?
- b) O que você acredita que o IF pode e deve oferecer para a população local?
- c) É fácil pessoas como você ou de outra origem social estudar no IF?
- d) Como você toma conhecimento dos cursos que o Instituto Federal oferece?
- e) Você acredita que o IF possa formar profissionais competentes para o trabalho?

Anexo F - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, SUELY LEITÃO DA CONCEIÇÃO, aluna de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, convido-o (a) a participar de um estudo que tem como objetivo investigar a imagem do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá (IFAP) na percepção da comunidade do entorno do câmpus Macapá, através de entrevista com moradores do bairro Brasil Novo.

Pelo presente consentimento, declaro que fui informado(a) e estou ciente dos objetivos e procedimentos a que serei submetido(a) e dos benefícios do presente estudo. Fui igualmente informado:

- 1- do direito de receber resposta a qualquer pergunta ou dúvida sobre esta pesquisa;
- 2- da liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento para participar da pesquisa;
- 3- do direito de ser mantido o anonimato da minha identidade e ter minha privacidade preservada.

Declaro que tenho conhecimento da realização da pesquisa, bem como de sua finalidade e concordo em participar das atividades elaboradas pela pesquisadora citada neste termo de consentimento.

Macapá, _____ de _____ de 20____.

Nome do(a) entrevistado: _____

Assinatura: _____

Contato: Suely Leitão da Conceição
Telefone: (96) 9181-2522
e-mail: suely.leitao@IFAP.edu.br

ANEXO G – Planilha com respostas (entrevista semiestruturada) de um dos sujeitos da pesquisa

Respostas completas do Sujeito 1

Pergunta	Resposta do S.1
Como o Instituto Federal do Amapá influencia na sua vida?	Bom, através dele ter curso técnico né? Eu sei que o curso técnico que voltou ao Brasil e traz muita influência na vida social para os alunos. Por exemplo, eu... ele traz curso de pós-graduação, se eu não me engano, aí eu pretendo também, depois que terminar a minha faculdade, frequentar a Ifap e ver de que modo pode me influenciar depois, na minha pós-graduação.
O que você acredita que o Instituto Federal pode e deve oferecer para a população local?	É, o curso técnico já é o bastante né? Excelentes profissionais, inclusive tem um professor de lá que é ótimo também, já foi professor na faculdade.
É fácil pessoas como você ou de outra origem social estudar no IF?	Com certeza, através..., porque é uma instituição pública, basta se ter os conhecimentos e estudar pra poder ingressar na instituição.
Como você toma conhecimento dos cursos que o Instituto Federal oferece?	É, com certeza, você tem conhecimento através das redes sociais, dos amigos também.
Você acredita que o IF possa formar profissionais competentes para o trabalho?	Com certeza, excelente curso, apesar de eu não conhecer, mas um dia eu pretendo ingressar na Ifap.